



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII N° 150, TERÇA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 2017



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 151^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 9 DE OUTUBRO DE 2017

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a Homenagear o Dia do Professor, nos termos do Requerimento nº 777/2017, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senadores.	8
1.2.1 – Realização de um minuto de silêncio em razão do falecimento das crianças de Janaúba, Minas Gerais, e, especialmente, em homenagem à professora Heley de Abreu Silva Batista ..	8
1.2.2 – Execução do Hino Nacional Brasileiro pela Banda do Colégio Militar de Brasília	9
1.2.3 – Oradores	
Senador Valdir Raupp, como Líder	9
Senador Jorge Viana	11
Senadora Fátima Bezerra	15
Senador Hélio José	20
Senadora Vanessa Grazziotin	24
Senhora Márcia Ehns, Professora do Centro de Ensino Especial de Santa Maria	28
Sr. Oswaldo Luiz Saenger, Professor e fundador do Colégio e do Centro Universitário e Faculdade Projeção	28
Sr. Heitor Gurgulino de Souza, Professor e Presidente da Academia Mundial de Arte e Ciência	30
Sr. Vamireh Chacon, Professor Emérito da Universidade de Brasília	32
Sr. Enrique Huelva, Reitor da Universidade de Brasília	32
Sr. Aníbal Coelho, Professor	34



1.2.4 – Fala da Presidência (Senador Cristovam Buarque)	34
1.3 – ENCERRAMENTO	35
2 – ATA DA 152^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE OUTUBRO DE 2017	
2.1 – ABERTURA	37
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Oradores	
Senadora Fátima Bezerra – Apelo ao Ministro das Cidades para que libere unidades de moradia em Natal para desabrigados em decorrência de incêndio ocorrido no último sábado; e outro assunto.	37
2.2.2 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	39
2.2.3 – Comunicação	
Do Senador Roberto Rocha, de filiação partidária de S. Ex ^a ao PSDB (Ofício nº 255/2017).	40
2.2.4 – Oradores (continuação)	
Senador Lindbergh Farias – Defesa do fortalecimento da indústria naval do Rio de Janeiro como forma de superação da crise econômica por que passa o estado; e outros assuntos.	40
Senador Alvaro Dias – Destaque para a importância do agronegócio para o crescimento da economia brasileira; e outros assuntos.	46
Senadora Vanessa Grazziotin, como Líder – Indignação com o recente caso de feminicídio ocorrido dentro de uma viatura da Polícia Militar, no município de Teófilo Otoni; e outros assuntos.	49
Senador Valdir Raupp – Defesa do sistema eleitoral distrital misto nas eleições para escolha dos membros do Poder Legislativo; e outro assunto.	52
Senador Reguffe – Comentários acerca de projeto de lei protocolado por S. Ex ^a que propõe eleição para compor o Comitê Olímpico Brasileiro.	55
Senador Cristovam Buarque – Reflexões sobre o artigo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado pelo jornal <i>O Globo</i> , intitulado “Quais os Rumos do Brasil”.	56
Senador Elmano Férrer – Preocupação com a crise hídrica no estado do Piauí; e outros assuntos.	60
Senador Armando Monteiro – Preocupação com a possibilidade de transferência da base de produção de hemoderivados da Hemobrás para o estado do Paraná; e outros assuntos.	66
Senador Jorge Viana – Relato de agenda cumprida por S. Ex ^a em Sena Madureira, no estado do Acre; e outros assuntos.	76
2.3 – ENCERRAMENTO	79



PARTE II

3 – MATERIAS E DOCUMENTOS DA 151^a SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Hélio José – Íntegra do discurso de S. Ex^a, nos termos do art. 203 do Regimento Interno ... 81

4 – MATERIAS E DOCUMENTOS DA 152^a SESSÃO

4.1 – EXPEDIENTE

4.1.1 – Comunicações

Da Liderança do PSDB, de indicação de membro para integrar a Comissão de Serviços de Infraestrutura (**Ofício nº 215/2017**). *Designado o membro* 85

Da Liderança do PSDB, de indicação de membro para integrar a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (**Ofício nº 216/2017**). *Designado o membro* 86

Da Liderança do PSDB, de indicação de membro para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES (**Ofício nº 218/2017**). *Designado o membro* 87

Do Senador Roberto Rocha, de filiação partidária de S. Ex^a ao PSDB (**Ofício nº 255/2017**). 88

4.1.2 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 181/2017 (nº 411/2016, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à RC FM – Rádio Comunitária de Itambé para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itambé, Estado de Pernambuco.* 90

Projeto de Decreto Legislativo nº 182/2017 (nº 663/2017, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal do Pampa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.* 92

Projeto de Decreto Legislativo nº 183/2017 (nº 667/2017, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Lar Comunitário para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Poções, Estado da Bahia.* 94

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 181 a 183/2017. 96

4.1.3 – Ofício da Câmara dos Deputados

Nº 250/2017, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 6/2009. 98

4.1.4 – Pareceres

Nº 98/2017-CAE, sobre as Emendas nºs 4 e 5-PLEN ao Projeto de Lei do Senado nº 165/2015-Complementar. 100

Nºs 175/2017-CAS-PLEN/SF e 103/2017-CAE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 471/2011. 106

*Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 471/2011 seja apreciado pelo Plenário (**Ofício nº 102/2017-CAE**).* 119



4.1.5 – Recurso

Nº 15/2017, interposto no prazo regimental, para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 5/2017.	122
---	-----

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 5/2017.

123

4.1.6 – Requerimentos

Nº 868/2017, do Senador Alvaro Dias, de homenagens de pesar pelo falecimento da Srª Ruth Escobar.	125
Nº 869/2017, do Senador João Capiberibe, de autorização para desempenho de missão no período de 27 a 29 do corrente.	129
Nº 870/2017, do Senador Roberto Rocha, de voto de aplauso e congratulações ao Sr. Neiva Moreira.	132

4.1.7 – Término de prazos

Término do prazo, quinta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 39/2017.	136
Término do prazo, quinta-feira última, com apresentação de uma emenda, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 212/2017-Complementar.	137
Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 740/2015.	138
Término do prazo, quinta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 664/2015 e 312/2017.	139

PARTE III

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	140
6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	143
7 – LIDERANÇAS	144
8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	148
9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	157
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	162
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	209



Ata da 151^a Sessão, Especial,
em 9 de outubro de 2017

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura

Presidência do Sr. Cristovam Buarque.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 32 minutos e encerra-se às 13 horas e 39 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um de vocês. Meus grandes agradecimentos por estarmos juntos aqui nesta homenagem aos que fazem o Brasil, que são os professores.

Eu quero iniciar pedindo que abram aquelas cadeiras que estão vazias, que, em geral, são para a imprensa, mas que hoje eu acho que poderiam ser bem utilizadas servindo a todos os convidados que estão em pé sem necessidade. Está bem? Então, quem quiser pode tomar assento naquelas cadeiras.

Eu declaro aberta esta sessão, que tem por finalidade homenagear os professores, por ocasião da celebração do dia deles e delas, que é comemorado no dia 15 de outubro.

Eu vou compor a Mesa chamando já, inicialmente, essas duas figuras pelas quais eu tenho o maior respeito, porque considero que são meus professores. Desse eu tive aula, desse eu não tive aula, mas são professores, na minha consideração, por terem ajudado na formação da minha cabeça: o Prof. Vamireh Chacon e o Prof. Heitor Gorgulho.

Quero chamar também, para compor a Mesa, os demais nomes previstos – quando eu achar aqui... O Magnífico Reitor da Universidade de Brasília, em exercício, o Prof. Enrique Huelva; o fundador do Colégio Projecão, o Prof. Oswaldo Luiz Saenger, que é o que conseguiu trazer todos esses que aqui nos honram com a presença; uma professora da educação de base, representando todos os demais, que é a Profª Márcia Ehns, professora do Centro de Ensino Especial de Santa Maria; quero convidar também uma figura que merece nossa homenagem pelo que faz na educação – ele, diretamente –, o Prof. Aníbal Coelho. Eu não o vi ainda... Ah, está ali.

Quero cumprimentar e pedir que se sinta como se estivesse na Mesa o representante do Ministério da Educação, o Prof. Felipe Sartori Sigollo. Onde está? Obrigado professor. E peço que se considere na Mesa, por falta de lugar. Há um lugar guardado ali para o senhor.

Cumprimento ainda a Magnífica Reitora Eda Coutinho, grande amiga e uma das figuras deste País, à qual peço que se considere como se estivesse na Mesa, Profª Eda, por falta de lugar aqui. Profª Eda Coutinho, grande amiga, é criadora, fundadora, reitora deste Centro Universitário que tanto orgulha o Distrito Federal, o Iesb; o reitor da UniProjeção, o Magnífico Reitor José Sérgio de Jesus. Está ali; o representante do governo do Estado da Bahia, o Sr. Guilherme Menezes. Obrigado pela presença.

Cumprimento também o Professor de Direito Constitucional do Centro Universitário e Faculdade Projecão, Sr. Wildemar Félix; o Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, um grande amigo, Sr. Ademar Vasconcelos, que está ali.

Eu citarei outros ao longo da nossa sessão.

Antes mesmo de iniciar a sessão formal, que é em homenagem aos professores, antes mesmo do Hino Nacional, eu gostaria que nos levantássemos e fizéssemos um minuto de silêncio em homenagem às crianças – dez, hoje – que foram vítimas daquele gesto insano, maluco, de um homem em Janaúba, Minas Gerais. E, especialmente, além das crianças, para a Profª Heley de Abreu Silva Batista, que foi quem conseguiu, com o sacrifício de sua vida, impedir que essa tragédia fosse ainda maior. Então, vamos fazer um minuto de silêncio em homenagem às crianças e à professora. (Pausa.)

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado.



Está prestada a nossa homenagem a essas crianças, a essa professora e a todas as outras crianças vítimas, hoje em dia, de violência nas escolas.

Eu peço que fiquem de pé, para ouvirmos o Hino Nacional, que vai ser executado pela Banda do Colégio Militar de Brasília.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu quero dizer a vocês que há algum tempo – acho que alguns meses – eu consegui que um ônibus trouxesse um grupo de crianças de uma escola pública de Goiás para visitar o Colégio Militar de Brasília. Passei quase que um dia inteiro com eles no Colégio Militar. Eu queria mostrar como a escola pública pode ser de qualidade. E quero dizer a vocês que esses meninos e meninas que vieram dessa pequena escola de Goiás não conseguiam acreditar que a escola era pública, que a escola era grátil, que os pais dos alunos não pagavam.

Vocês, ao ouvirem o desempenho desses meninos e meninas tocando o Hino, vocês veem o que é uma escola pública da maior qualidade, que orgulha o Distrito Federal e que permite termos esperança de que um dia todas as escolas públicas sejam com essa qualidade.

Então, muito obrigado a vocês que tocaram para nós o Hino Nacional com um desempenho dessa qualidade. Muito obrigado aos professores, ao diretor, a todos vocês. É uma honra tê-los aqui, tocando nesta solenidade.

Eu quero passar a palavra ao Senador que está inscrito, o Senador Valdir Raupp, que fala pela Liderança do PMDB.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão e primeiro signatário do requerimento de sessão especial para homenagearmos os professores e as professoras do nosso querido Brasil, Senador Cristovam Buarque; Reitor em exercício da Universidade de Brasília, Magnífico Sr. Enrique Huelva; Professor Emérito da Universidade de Brasília, Sr. Vamireh Chacon; fundador do Centro Universitário e Faculdades Projeção (UniProjeção), Sr. Oswaldo Luiz Saenger; Professora do Centro de Ensino Especial de Santa Maria, Srª Marcia Ehns; Prof. Aníbal Coelho; demais autoridades presentes; minhas senhoras e meus senhores.

Prestamos hoje nossas homenagens às professoras e professores – cujo dia transcorre no próximo dia 15 –, nesta sessão de hoje. Esses construtores que fizeram do Brasil um País livre, democrático e soberano; construtores que fazem a nossa história passada, presente e, sobretudo, futura.

Os construtores do Brasil são os mestres da nossa melhor obra: o País que todos nós queremos; um País mais igual, mais justo e onde as oportunidades sejam democratizadas. E esse mesmo País somente será real com a melhor distribuição do conhecimento. Obra, portanto, dos mestres das nossas escolas, em todos os níveis. Mestres na obra de ensinar, mestres na obra de construir o País de todos os nossos sonhos.

Aqui destaco também a importância dos professores rondonienses, do meu Estado, que são abnegados pela profissão e trabalham diuturnamente pela expansão do conhecimento em todo o Estado e além-fronteira.

Presto também as minhas homenagens à professora já homenageada aqui, com um minuto de silêncio, Profª Helley Abreu Batista, de apenas 43 anos, que lutou bravamente com um vigilante,



lamentavelmente doente, que, no auge da sua loucura, incendiou o Centro Municipal de Educação Infantil, na cidade de Janaúba.

Eu conheço Janaúba, Senador Cristovam. Uma cidade carente... Tive um cunhado que morava lá, fui a um aniversário da filha de uma sobrinha. Um povo guerreiro, um povo lutador, no norte de Minas Gerais.

Na última semana, aconteceu esse lamentável incidente. Nesse incêndio morreram nove crianças, dez agora, além da professora, que foi uma heroína neste caso. Outras 23 vítimas ainda estão internadas. Pedimos a Deus que possa prover a saúde delas. Foi uma tragédia que lamentamos. E nos associamos à dor das famílias dos alunos e da professora falecida neste episódio.

Retomando a importância dos professores nas nossas vidas, menciono que, sem os professores e as professoras, não teríamos outra profissão, qualquer que seja ela. É que não é possível a prática do conhecimento, por mais necessário que ele seja, sem que esse mesmo conhecimento seja transmitido ou ensinado. O professor é o instrumento essencial para todas as áreas da vida social. Sem ele, não haveria a Engenharia, nem a Arquitetura, nem o Direito, nem a Medicina, nem a Filosofia, nem outras áreas, de campo qualquer, das nossas vidas.

A profissão do professor é aquela que torna todas as outras possíveis. Sem o professor, a professora não haveria cidadania. Mais que isso: não haveria nem mesmo a evolução da espécie humana. Daí a necessidade de se valorizar o professor, construidor de nossa melhor história. Nesses tempos em que a vida familiar exige que os pais permaneçam a maior parte do tempo longe dos filhos, são os professores que ocupam também o lugar da educação no sentido da verdadeira formação da cidadania, no seu sentido mais amplo.

Muitos comparam a profissão do professor como um autêntico sacerdócio. Isso é verdade. Os nossos mestres parecem ser ungidos de uma missão divina, portanto a profissão do professor tem de ser considerada tão somente como uma espécie de sacerdote que sacrifica, muitas vezes, a própria vida, para levar o conhecimento a quem ainda vive na escuridão do saber.

É preciso que o professor seja valorizado na sua essência, pois, na vida cotidiana, ele busca novos conhecimentos para transmitir a seus alunos, os quais são nossos filhos e até mesmo nossos pais. Há necessidade de se viabilizarem recursos, incentivos e oportunidades visando à formação dos nossos mestres, pois quanto mais eles próprios agregarem conhecimento melhor será a nossa história.

Eu lembro que o Senador Cristovam Buarque, desde que cheguei aqui, desde que eu o conheço, tem lutado, tem defendido a valorização da categoria, a melhoria no ensino do País. Tanto o é que a minha esposa, que é professora, psicóloga, pedagoga, votou no Cristovam Buarque para Presidente da República. Ela votou por entender que, se ele assumisse a Presidência da República, teríamos um professor, um defensor da educação no nosso País.

Ao valorizar o professor, estamos construindo também o verdadeiro conceito de humanidade, e o Dia do Professor não é só um dia a mais no nosso calendário, mas o mais importante de todos os dias, se quisermos uma sociedade mais humana.

Parabéns a todas as professoras e professores do nosso País e também aos professores e professoras do meu Estado de Rondônia. Parabéns!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado, Senador Raupp.



Passo a palavra agora ao professor – professor não deixa de ser –, ao Senador Jorge Viana, que muito orgulha esta Casa como um dos mais importantes Senadores, pela capacidade de diálogo e pela maneira como trata o meio ambiente, é defensor dos nossos índios e de um País cada vez mais progressista.

Professor Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Certamente não sou merecedor de elogios tão generosos do Presidente desta sessão, o querido colega Cristovam Buarque, mas eu queria dizer que, vindo de um professor, muito mais me honra.

É com satisfação que participo desta sessão no momento em que a vida nacional está muito difícil. No próximo dia 15, nós celebraremos o Dia do Professor e da Professora. Eu não sei por que é sempre professor, deveria ser professora, não por nada, não gosto desse tipo de disputa, mas é porque nós temos mais professoras do que professores. Para mim, quando se fala professor, está incluindo professora, como também quando se fala professora está incluindo professor.

Eu me pego sempre me perguntando – eu fui Prefeito, fui Governador: por que a gente teima ainda em falar que a educação precisa ser prioridade e não torna esse discurso tão coerente, essa proposta capaz de unir todos, realidade?

Os países que experimentaram fazer isso, que viviam como uma espécie de submundo ou subdesenvolvidos, todos tiveram sucesso. E o nosso País tão bonito, que tem um povo tão fantástico, não toma essa atitude. O Senador Cristovam cobra isso quase que diariamente desta tribuna ou usando o microfone no plenário.

Talvez, se todos os colegas Senadores e Senadoras, por quem tenho muito respeito – está aqui a Senadora Fátima Bezerra, o Senador Raupp que acabou de falar... A Senadora Fátima é uma lutadora pela educação, dedicada. Ela realmente enfrenta tudo e todos em defesa da educação. Mas, talvez, se todos os nossos colegas ou tivessem um vínculo com a educação, ou tivessem sido prefeitos e governadores, eu acho que essa proposta, essa proposição tão importante viraria realidade, porque quem foi gestor público, de fato, e que fez algum trabalho para mudar e melhorar a vida das pessoas tem de ter levado a educação como fundamental e prioritária.

O nosso País precisa disso, nós precisamos disso, porque a nossa sociedade está se embrutecendo, está lidando com a intolerância, com o ódio, com sentimentos perigosos, que estão presentes no ser humano, mas que têm de estar meio que vigiados para que não cresçam. Agora, eles não estão mais só nas pessoas, estão presentes na convivência da nossa sociedade. Isso é muito perigoso. Boa coisa não teremos daí. Boas coisas nós temos quando fazemos o bem, até para quem a gente não gosta; quando fazemos o bem para pessoas que precisam, que não têm.

Eu quando assumi a Prefeitura de Rio Branco, havia vários problemas. Primeiramente, só havia 4 mil alunos na rede pública municipal da capital – 4 mil alunos na capital do Acre. O meu Secretário de Educação era o Binho, Binho Marques, que trabalhou com cinco ministros do Ministério da Educação e ajudou a fazer esse grande movimento nacional para a construção do Plano Nacional de Educação. O Binho Marques passou por cinco ministros.

E na época, eu lembro bem, Presidente Cristovam, professores, professoras aqui presentes – que eu não queria nominar, porque o meu querido colega Raupp – e ontem viemos – já se referiu aqui aos que estão à Mesa, e não é um desrespeito, já foram anunciados, só queria dizer que é uma satisfação



tê-los aqui e no plenário também –, que nós tínhamos problema de toda ordem. A educação era um instrumento dos políticos mais atrasados.

Então eles viviam – ganhavam mandatos – transferindo professor, pondo numa escola, atendendo... Menos à educação! Menos à formação! Menos à essência do que devemos ter. E isso não foi fácil.

Havia uma escola chamada Dom Giocondo, em Rio Branco, que tinha cento e cinquenta e poucos funcionários. Ali boa parte deles não dava serviço, estava até fora da cidade, do Estado... E o número de alunos era terrível! Nós tínhamos uma proporção de um servidor para quatro alunos. E não era porque nós chegamos a uma excelência, porque se fosse excelência... E eu sei que não é bom ter exclusividade, é bom também que os alunos tenham a sua privacidade. Os estudos que eu leio falam em 12, 14, como mínimo, para que o aluno também possa ter a sua independência até na sala de aula. Então, quatro? Mas não era... Era porque a distorção era tão grande que o melhor negócio que havia na cidade de Rio Branco era o prefeito contratar vagas na melhor escola, a mais cara da cidade, e pôr os quatro mil alunos lá se pudesse. Sairia bem mais barato.

E aí eu vi nisso um desafio. Na época, o Secretário Binho, que depois foi Secretário do Estado, foi Governador, me sucedeu, nós falamos: "Não. Nós vamos provar, mostrar que a educação pública também é viável do ponto de vista econômico. Vai ser mais barato manter os alunos na escola pública. E vamos disputar a qualidade também com a escola privada!"

E assim trabalhamos quatro anos, fizemos o Plano Decenal de Educação na Prefeitura e, quando nós concluímos, a média de professor por aluno estava em torno de 22. E eu fiz a conta, de pura matemática, que era mais barato ter os 12 mil alunos, porque aí nós já tínhamos 12 mil alunos, e não quatro, estudando na escola pública do que na melhor escola privada que nós tínhamos na cidade.

Eu acho que nós, que temos compromisso com a educação, devemos disputar em todos os espaços, inclusive do ponto de vista econômico. Econômico! Já que o mundo vive movido por essa máquina terrível, e que nós fomos levados a um modelo mental de que o individualismo, a ganância, o crescimento pessoal, econômico é o que rege o mundo. E hoje o Nobel da Economia é exatamente alguém que pensa diferente, que tenta analisar... Hoje, o escolhido tenta nos analisar como pessoas de carne e osso, seres humanos que erram e que são levados, às vezes, a um modelo de egoísmo, que precisam melhor calibrar para não ficarem reféns dos bancos e das organizações financeiras que são as que mais lucram, o que também acontece no caso do Brasil – o lugar do mundo em que os bancos mais lucram é aqui, e a gente nunca questiona os banqueiros. Aliás a gente dá sempre poder para os banqueiros nos dirigir a todos.

Então, voltando aqui para a área da educação, eu queria dar um exemplo. Quando eu estava assumindo a Prefeitura, Senadora Fátima, querido Professor e Presidente desta sessão, Senador Cristovam, os alunos do primeiro ano nosso, da primeira série do ensino infantil, tinham que repetir de ano. Mas como é que repete de ano uma criança no primeiro ano infantil, que eu fiz, que todos nós fizemos? Vocês já pararam para pensar nisso? Como é que faz isso com o aluno? E aí o Binho entrou na minha sala, o Secretário, e falou: "Jorge, nós estamos com um problema, os meninos e as meninas têm de repetir o primeiro ano infantil..."

Eu falei:

- Mas por que, Binho?



- Rapaz, não sei. Mas nós vamos fazer uma pesquisa para saber o que está acontecendo. Por que essas crianças têm de repetir?

E nós fomos fazer uma pesquisa. Nós fomos atrás de saber quem são os pais dessas crianças, onde elas moram, como elas vivem. E sabe qual foi a resposta, Senador? A primeira vez em que elas tinham contato com papel, com algo para escrever, era naquele primeiro ano de escola.

Eu tenho uma neta de três anos. Desde o primeiro mês de vida, quando pode, já está com um papelzinho, já está com um... Quanto tempo demora para a gente se familiarizar com algo para pôr na mão? Hoje em dia, é só *tablet*, está passando. Mas como era isso? E o papel?

Então, eles eram filhos de analfabetos, de pessoas muito pobres, que não tinham papel em casa. Por que vai haver papel e caneta na casa de uma pessoa analfabeta? Nessa época, o analfabetismo do Acre beirava os 40%.

E aí, quando nós encontramos quem eram os nossos alunos, quem eram as famílias deles – porque temos de ver o que está por trás ou o que está na base da família –, nós fizemos um programa, e as coisas começaram a mudar. O Acre era o último lugar em educação no Brasil, disputava os últimos lugares; hoje, graças a Deus, está numa posição de destaque, e já ganhamos até prêmios por termos avançado muito, apesar de termos muitos problemas.

Quando assumi o governo, já mais à frente, havia 2 mil professores leigos no Acre – um Estado com 700 mil habitantes e 2 mil professores leigos! Eles ganhavam menos de um salário mínimo – todos os professores do Acre – quando eu assumi, tinham complementação salarial por salário mínimo, que era de R\$120 naquela época – complementação salarial!

Nós implantamos um piso; nós criamos um plano de cargos e salários; nós estabelecemos um currículo; mudamos a lógica de direção de escola, porque havia eleição direta, para ficar bem claro. Falamos: "Não, na eleição direta pode haver troca de picolé." Até o Ministro da Justiça, outro dia, falou que não dá dinheiro para o picolé na eleição, esse dinheiro que estão aprovando, essa fortuna! Mas falamos: "Não, não!"

Então, para ser candidato a ser diretor da nossa escola na eleição direta, tinha que fazer prova, apresentar um plano de trabalho e passar na prova. Com isso, começamos a selecionar, por voto direto, só os melhores, mas havia critério: "Tem de se credenciar para ser votado." E isso mudou muito. Nós tivemos um processo de gestão e de descentralização nas escolas, com dinheiro, com reparos, com funcionamento, fantástico.

E eu botei outra coisa na cabeça: o prédio público mais bonito, mais organizado, mais acolhedor da cidade – não importa qual seja a cidade – tem que ser a escola, para todo mundo admirar, todo mundo querer entrar – da cor ao ambiente do banheiro, da sala e de tudo. E nós conseguimos fazer isso, para ser atrativo, para dar vontade de ir. E o Governador Tião Viana agora está começando a implantar escolas em tempo integral para nossos jovens.

E eu queria dizer que os 2 mil professores leigos – imaginem os senhores, leigos, pessoas que tinham aprendido e, então, gostam de dar aula, porque também é um sacerdócio, é uma opção de vida – nunca tinham feito um curso de magistério, nunca tinham feito uma faculdade. O que eu fiz? Em vez de criar uma faculdade estadual, para pôr o meu nome na placa, eu chamei a universidade federal – tive muita dificuldade para isso –, e fizemos convênios, que, somados, deram 70 milhões naquela época – eu saí do governo já faz mais de 12 anos –, e nós levamos a Universidade Federal do Acre para os 22 Municípios do Acre.



Nos 22 Municípios, havia a presença da Universidade, formando professores de Matemática, Biologia, História, Geografia, Português. Com isso, nós formamos todos os professores do Estado, todos os dos Municípios e também da área rural e indígena, e abrimos ainda vagas para as pessoas da comunidade, porque nós tínhamos Municípios que não tinham nenhuma pessoa com terceiro grau no Acre.

Eu não estou falando de muito tempo atrás, não. Eu assumi o governo em 1999 e saí em 2007. Vejam que País é o nosso: Municípios, nesse período de 1999, 2000, em que não havia uma única pessoa com nível superior, e esse monte de leis para o gestor cumprir, e esse monte de compromisso que a Constituição nos impõe realizar.

Estou contando esses episódios porque precisamos olhar um pouco, fazer a leitura dessa página para poder virá-la, essa página de um País que é tão bacana, tão bonito, mas que, nesses tempos atuais, está piorando muito. A violência contra as professoras e os professores no Brasil é chocante: 40% dos professores em São Paulo, o Estado mais rico, dizem que já foram vítimas de alguma violência. Nós temos a Profª Heley agora, numa creche. Eu estive numa creche outro dia – no meu aniversário, 20 de setembro, fizeram uma festinha para mim, para mim e para a Luana, uma garota, uma aluna, numa creche que eu implantei quando era ainda Governador do Estado.

É triste vermos isto, uma professora ser esmurrada, essa sociedade embrutecida, intolerante chegando à sala de aula. Sempre tivemos uma máxima: às vezes, ficávamos até com raiva do pai e da mãe, chateados com o pai e a mãe, porque isso se conserta em casa, mas a admiração por professora e por professor sempre esteve presente na história de cada um de nós. Hoje, o que há são exemplos terríveis de violência, como tivemos nessa semana que passou, que chocou todos nós, numa creche.

Eu não estou aqui só pondo a culpa num coitado vendedor de picolé. Ele é a expressão dessa sociedade em que estamos vivendo. As pessoas não toleram mais exposição em museu. É uma situação tão triste de censura, de tudo, em que todos estão atrás de encontrar a diferença que temos entre um e outro; a diferença que temos é enorme. O que nós temos que fazer é, primeiro, não viver – e eu queria concluir com isto – a indiferença, fazer de conta que não está acontecendo nada. "Ainda não é comigo." "Podem cometer injustiça com quem quiserem." "É até bom que aconteça isso." Não é bom, não.

Vamos tentar ver se construímos um mundo melhor, um mundo mais solidário, um mundo mais justo, porque, senão, a violência vai para dentro da sala de aula. E acho que, em vez de a violência ir para dentro da sala de aula, a sala de aula é que tem que tomar conta dessa sociedade e fazer com que possamos pôr fim à violência. Não serão as armas pesadas que agora o próprio Exército tem que usar para dar um pouco de tranquilidade ou enfrentar o crime organizado no Rio. Não é isso. Essa é uma situação inevitável neste momento, mas o que vai nos modificar, o que vai, de fato, nos empurrar para pôr os dois pés no século XXI certamente será a educação, certamente a cultura, certamente a convivência da paz e não do ódio e da intolerância.

Por isso, eu queria aqui dizer que as primeiras leis nasceram em 1827. Nós temos agora o Plano Nacional de Educação, que foi implementado em 2014. Nós temos agora o risco das universidades sem orçamento, do ensino público correndo risco, e isso tem que funcionar como desafio não para conseguirmos melhorar um pouquinho o orçamento, mas tem que nos empurrar para dizer: "Olhe, vamos repensar o nosso País." Vamos estabelecer um plano – ou decenal, ou de 30 anos, ou de 20 anos – que definitivamente faça com que o País possa se reencontrar com uma coisa bonita do



passado, que era haver, mesmo que só para alguns, a boa educação. Mas agora ela teria que ser para todos e em todo lugar. E isso é possível.

Há pessoas, milhares, milhões de pessoas que fizeram a opção pela carreira do magistério, que fizeram a opção de trabalhar com a educação nas diferentes áreas, e são essas pessoas que nós deveremos referenciar neste dia. Mas, essencialmente, aqui, na instituição mais antiga da República, com quase 200 anos, que é o Senado Federal, a chamada Casa de Ruy Barbosa, nós, no Dia do Professor, que é o dia 15, devemos assumir um compromisso individual, pessoal, mas pensando no coletivo e dizendo: temos que mudar o modelo que o Brasil adotou para a educação, fazer com que ele se reencontre consigo mesmo e possa seguir em frente, com data, dia e período marcado de nos livrar desta pecha de sermos um País que não tem a educação como prioridade.

Por isso, do fundo do coração, queria agradecer às professoras, aos professores, cumprimentar todos, especialmente os do meu Estado – com todo o respeito aos demais –, que são heróis, trabalhando nos mais distantes lugares, nos ajudando a fazer com que a educação do Acre deixasse de ser uma referência negativa e passasse a ser uma referência positiva para o nosso Brasil.

Muito obrigado ao Senador Cristovam e a todos que estão presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Eu queria dizer primeiro que é muito gratificante ouvir um Senador agradecendo aos professores em geral. Nós precisamos fazer isso todos os dias, aqui. Deveríamos começar todos os dias agradecendo aos professores.

Segundo, quero dizer que sou testemunha do seu trabalho, do Binho e do Tião, três Governadores que se sucederam, mantendo a coerência na procura de fazer do Acre um Estado com educação que orgulha não só o seu Estado, mas o Brasil inteiro.

Então, agora, sou eu, como professor, que agradeço ao Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado.

E, com isso, passo a palavra à nossa Senadora Fátima Bezerra, que é professora no Estado do Rio Grande do Norte.

Enquanto ela chega, vou lendo já alguns nomes de pessoas que nos orgulham por estarem aqui: o Marcos Formiga, meu amigo, Prof. Marcos Formiga; o Prof. Edgar Cândido Bastos; a Profª Maria Alice Guimarães, que ali está, no cantinho; o Prof. José Pacheco, que é um dos formuladores de uma nova pedagogia em Portugal e que está tentando fazer isso aqui, no Brasil; o marido da Profª Maria Alice, que é o Salviano Guimarães, nosso amigo, primeiro Presidente da Câmara Legislativa; a Viviane Guimarães, Diretora de Ensino; o Presidente do PPS do DF, Chico Andrade; o Prof. Marcos, Diretor Regional de Ensino do Recanto das Emas; o Prof. Ângelo, do Recanto das Emas; o Prof. Luciano Lima, que trabalha com o Deputado Izalci.

E agora passo a palavra à Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Bem, quero inicialmente dar meu bom-dia.



Quero cumprimentar o Prof. Cristovam Buarque, autor da presente sessão solene alusiva ao Dia do Professor. Quero dizer, claro, da nossa admiração pelo Prof. Cristovam Buarque pela sua história, história e trajetória de vida, dedicada à luta em defesa da educação no nosso País. Eu tive, inclusive, a alegria de compartilhar muitos dos desafios no campo da educação aqui, no Congresso Nacional, sempre em busca do respeito, da valorização e da dignidade dos profissionais da educação pública em todo o País.

Eu me refiro aqui à Lei nº 11.738, que foi uma parceria minha e do Senador Cristovam, que teve o papel determinante do Presidente Lula porque, a despeito de o Piso Salarial Nacional Profissional constar na nossa Constituição Cidadã desde 1988, até então nenhuma tentativa havia prosperado no âmbito do Congresso Nacional, por conta dos aspectos da juridicidade, uma vez que ao Parlamentar não cabe a prerrogativa de apresentar iniciativas que gerem despesas para o Poder Executivo. Por isso o Senador Cristovam havia apresentado o projeto de lei para instituir o Piso Salarial Nacional com base no art. 205 da Constituição Federal. Mas, repito, essa iniciativa não prosperava porque nunca passava na Comissão de Constituição e Justiça da nossa Casa.

Então, por dever de justiça, nós temos aqui que resgatar o papel que o Presidente Lula teve, porque ele manda o projeto de lei para o Congresso Nacional e aí o projeto de V. Ex^a é exatamente acoplado ao projeto que veio do Executivo. E, depois de um bom debate, nasceu a Lei nº 11.738, que instituiu o Piso Salarial Nacional. É claro que ele é muito distante, ainda, daquilo que o professor merece e precisa ganhar, mas, inegavelmente, foi um passo muito importante para nós construirmos uma política pública de valorização e de respeito aos profissionais da educação do nosso País.

Mas quero aqui cumprimentar também o Reitor em exercício da Universidade de Brasília, o Magnífico Enrique; o Professor Emérito da Universidade de Brasília Vamireh Chacon; o fundador do Colégio e do Centro Universitário e Faculdade Projeção (UniProjeção), o Sr. Oswaldo Luiz Saenger; a professora do Centro de Ensino Especial de Santa Maria, Sr^a Márcia; o Presidente da Academia Mundial de Arte e Ciência, Sr. Heitor Gurgulino; o Prof. Aníbal Coelho, e abraçar cada um, cada uma de vocês.

Conforme disse aqui o Senador Cristovam, sou professora da rede estadual, da rede básica do Estado do Rio Grande do Norte e do Município de Natal. Tenho uma vida muito voltada, portanto, para a luta em defesa da educação, como professora, como Deputada Estadual e Deputada Federal que fui e, agora, como a primeira Senadora de origem popular do Rio Grande do Norte.

Trago aqui, Senador Cristovam, a mensagem – assim como o Senador Jorge Viana, o nosso companheiro de Bancada que acabou de falar – do Partido dos Trabalhadores. Falo aqui nome de toda a Bancada do PT no Senado – aliás, o PT que hoje, Senador Jorge Viana e Senador Cristovam, realiza exatamente um debate sobre o tema da educação.

Nosso Partido vem realizando uma série de debates programáticos acerca dos principais temas que estão a desafiar a sociedade brasileira e hoje é exatamente a vez de a gente falar de educação no seminário que tem como tema a questão da educação e a questão da soberania nacional. Estamos discutindo lá os avanços e retrocessos na área da educação, bem como a defesa do Plano Nacional de Educação, entre outros temas extremamente relevantes para a educação do nosso País.

E eu pediria aqui licença aos senhores e senhoras para, ao falar nesse Dia do Professor, contextualizar falando da oportunidade que o nosso Partido teve, quando esteve à frente dos destinos do País, e o legado que os governos do PT, Lula e Dilma – governos esses, inclusive, dos quais o



Senador Cristovam participou e contribuiu, sem dúvida nenhuma –, dizer exatamente do legado que foi construído nesse período, que resultou em avanços muito importantes para a educação brasileira. Esse legado se expressa através de inúmeras políticas, marcos legais, programas e iniciativas que, vistos de forma global, representaram avanços e conquistas extraordinárias para a educação brasileira, na medida em que revolucionaram a vida de milhões de crianças e de jovens e revolucionaram a vida de milhões de brasileiros pelo País afora.

Mas eu diria, Senador Cristovam, que esse legado dos governos do PT na área da educação só foi possível porque nós temos aqui que fazer justiça a mais uma visão que o Presidente Lula teve, que foi, ao assumir, inverter a lógica até então adotada na educação, que era tratar a educação como gasto e não como investimento. Tanto é que isso permitiu – inverter essa lógica, portanto, fruto de uma decisão política preliminar que o Presidente Lula tomou –, inverter essa lógica permitiu que nós saíssemos de R\$18 bilhões, que era o orçamento destinado à educação em 2002, para chegarmos em 2015 aplicando mais de R\$115 bilhões na área da educação.

Isso permitiu que nós, em pouco mais de uma década, fizéssemos mais pela educação do que os governos que nos antecederam. E eu vou dar aqui um exemplo: a educação profissional e tecnológica. Levou cem anos para nós termos 144 escolas pelo País afora. Em 12 anos dos governos Lula e Dilma, nós saímos de 144 escolas técnicas para mais de 600 novas unidades dos institutos federais de educação profissional e tecnológica, com tudo aquilo que eles representam em matéria de excelência e em matéria de qualidade de ensino.

No campo do ensino superior, também destaco aqui a expansão extraordinária que houve. Nós saímos de 3 milhões de matrículas para mais de 7 milhões. Nós tivemos o Prouni. Nós criamos, Senador Cristovam, 18 novas universidades. E digo a V. Ex^a: dessas 18, sabe qual foi o endereço de sete delas? Foi o Nordeste brasileiro, mostrando que o Reuni, o plano de reestruturação e expansão do ensino superior, teve um olhar voltado, Senador Hélio José, para a questão da interiorização. Não bastava só expandir a presença da universidade, era preciso fazer com que essa universidade não ficasse só no eixo Sul-Sudeste, mas adentrasse os rincões do nosso País. E ela adentrou. No meu Estado, por exemplo, Senador Cristovam, dentre essas sete novas universidades que o Nordeste ganhou, nós ganhamos a Ufersa – o senhor, inclusive, na época, como Ministro, participou dessa luta –, que, na verdade, é oriunda da Escola Superior de Agricultura de Mossoró. Hoje é Universidade Federal do Semi-Árido. Hoje ela já chegou a Pau dos Ferros e a Caraúbas. Sabe aonde ela chegou, Senador Cristovam? A Angicos, a terra onde Paulo Freire pisou, na década de 60, levando o seu método de alfabetização.

Enfim, destaco aqui também, nesse período, Senador Cristovam, outro avanço que diz muito a mim e a V. Ex^a, porque fala exatamente da educação básica. Destaco aqui o Fundeb, que eu tive a alegria, inclusive, de ter sido a Relatora, na Câmara dos Deputados, da regulamentação da emenda à Constituição enviada pelo Presidente Lula, aprovada pelo Congresso Nacional, em 2006, em 2007. Eu fui a Relatora da emenda à Constituição. Eu costumo dizer que é uma das coisas que guardo com o maior carinho na minha biografia de professora, porque aquela missão de regulamentar o Fundeb, para mim, foi como se eu tivesse feito um mestrado na área da educação, pelo debate que nós fizemos pelo País afora.

E qual é a riqueza do Fundeb, meus caros estudantes, meus caros professores? A riqueza do Fundeb é exatamente nós termos instituído com o Fundeb, que é o Fundo de Manutenção e



Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a mais importante política de financiamento da educação básica. Até então, nós tínhamos o Fundef, uma iniciativa do governo anterior, que tinha seus méritos, mas era uma iniciativa, infelizmente, fragmentada, excludente, porque o Fundef, como o próprio nome dizia, era uma política de financiamento que olhava só para o ensino fundamental, como se o povo brasileiro não tivesse direito a botar as crianças na creche, no ensino médio, nas diversas modalidades que fazem parte da educação básica. Então, o Fundeb nasce exatamente para corrigir essas lacunas imperdoáveis. O Fundeb nasce dentro de uma visão, repito, sistêmica de a gente entender que o Estado brasileiro tem a obrigação e o dever de garantir a educação da creche, até o ensino médio, até a graduação e após a graduação. E assim nasceu o Fundeb, exatamente com esse perfil. O Fundeb que está completando 11 anos e cuja vigência termina agora em 2020.

Por isso que nós já nos antecipamos. A Senadora Lídice apresentou uma proposta de emenda à Constituição, da qual eu sou Relatora. O Senador Cristovam está participando desse debate. E nós queremos, desde já, aprovar uma proposta de emenda à Constituição, não só para prorrogar o Fundeb – porque é impossível você pensar na educação básica sem o Fundeb –, não queremos só isso; nós queremos tornar o Fundeb uma política permanente, tirá-lo das Disposições Transitórias da Constituição e levar para o corpo da Constituição.

E mais do que isso, Senador Cristovam, fazer o debate do financiamento, ampliar a participação financeira da União junto aos Estados e Municípios, para que os Estados e Municípios inclusive façam frente aos desafios que estão colocados no novo Plano Nacional de Educação, outra agenda importantíssima, fruto de um debate apaixonado em todo o País. Foram quatro anos. Isso aqui não foi de cima para baixo, isso aqui foi de baixo para cima. Quatro anos de debate com todos os segmentos da sociedade, sancionado à época sem vetos,...

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... em 2014, pela Presidenta Dilma.

Então, eu quero aqui, Senador Cristovam, para ir concluindo, só dizer o seguinte: que, infelizmente, com o golpe de estado consumado em 2016, nós estamos vivendo agora tempos muito difíceis. Todas essas conquistas estão seriamente ameaçadas, seriamente ameaçadas. Está aí o orçamento de 2018. Um contingenciamento brutal na área da educação.

O senhor sabe da minha posição, a visão crítica que nós temos dessa reforma do ensino médio, reforma autoritária, porque ela não veio fruto de um debate com os estudantes nem com os professores. Nós temos, por exemplo, a intervenção do MEC no Fórum Nacional de Educação, através de portarias, de decretos, sequestrando aquilo que o Fórum tem de mais importante, que é o papel de interlocução com a sociedade. Nós temos o fim do Ciência sem Fronteiras e o desmonte do Pronatec. Enfim, muitas das principais conquistas, não só dos governos Lula e Dilma, eu diria, mas da própria Constituição de 1988, estão sumariamente sendo destruídas a partir do golpe consumado em 2016.

De forma, Senador Cristovam, que penso que este Dia do Professor, mais do que nunca, é um dia de refletir sobre tudo isso, porque nós não podemos, de maneira nenhuma, aceitar o que estão fazendo com as universidades brasileiras, com a educação básica e com os institutos federais. As



universidades estão agonizando em praça pública! Nós estamos voltando àqueles tempos da era tucana, de sucateamento total. A UnB sabe o que é que está acontecendo. Todas as universidades. Nós estamos sem recursos para garantir o funcionamento, o custeio. As universidades estão sendo obrigadas a demitir terceirizados, um canteiro de obras paralisadas, corte de bolsas; até dinheiro para pagar a luz e a energia nós não temos o suficiente até o final do ano.

E tudo isso em decorrência, eu acho, de uma das facetas mais cruéis e desumanas destes tempos de golpe que nós estamos enfrentando, que foi a Emenda 95, que congelou os investimentos nas áreas sociais, que tirou o piso mínimo destinado exatamente à área da educação.

Então, eu quero, Senador Cristovam, concluir dizendo aqui o quanto nós temos que estar juntos para reverter esse quadro. Nós não podemos, de maneira nenhuma, deixar que a versão preliminar da Lei Orçamentária Anual, que já está aqui no Congresso Nacional, seja aprovada como ela está.

Sabe quanto é que está previsto na Lei Orçamentária Anual para investimentos nas universidades? R\$85 milhões! Dívida isso por 63 universidades públicas e veja o que isso vai dar. Sabe quanto é que está previsto para os institutos federais de educação profissional e tecnológica por todo o País, 28 institutos e mais de 600 unidades? A quantia irrisória de R\$63 milhões. Infelizmente, esses são os reflexos da Emenda 95, a do teto de gastos. Há teto de gastos para as áreas sociais, mas não há teto de gastos para o pagamento da dívida pública etc.

Então, Senador Cristovam, eu agradeço a generosidade que V. Ex^a está me concedendo, mas quero dizer a V. Ex^a que, antes de terminar, eu quero aqui que a gente possa – não sei se V. Ex^a já fez – fazer um minuto de silêncio em homenagem à memória do Reitor da Universidade de Santa Catarina, Luiz Carlos Cancellier, que, ao tirar a própria vida em razão da injustiça da qual estava sendo vítima, tornou-se um símbolo desse ataque sistemático à autonomia universitária e à tentativa de desqualificação do papel primordial que as universidades desempenham.

Apresentamos, inclusive, um voto de pesar à família e à universidade na semana passada, que o Senador Cristovam também subscreveu. Da mesma forma também, quero aqui propor um minuto de silêncio à memória da Prof^a Helle de Abreu, já lembrada aqui hoje, professora que é um símbolo de luta para nós professoras pelo quanto de dedicação ela deu para salvar as crianças na tragédia lá daquela creche incendiada no Município de Janaúba, em Minas Gerais.

Então, que os exemplos do Prof. Luiz Carlos Cancellier, da Prof^a Helle nos deem forças para que a gente continue, cada vez mais, a luta em defesa da educação pública, porque eu acho, meus amigos e minhas amigas, que a melhor forma de a gente homenagear os mais de 2,5 milhões de professores e professoras pelo País afora, os profissionais de educação, é reafirmar o nosso compromisso, o nosso compromisso irrenunciável de resistir para barrar os retrocessos que aí estão, como o projeto Escola sem Partido, como, por exemplo, revogar a Emenda nº 95, de 2016, como, por exemplo, um projeto de lei que tramita aqui nesta Casa, inclusive no Senado, que desmonta o piso salarial nacional do magistério. Ou seja, eu acho que a melhor forma de homenagear os professores e professoras do Brasil, que têm um papel estratégico e essencial no contexto de desenvolvimento da nossa sociedade, é reafirmar o nosso compromisso de não arredar o pé em defesa da democracia, em defesa da educação pública gratuita, laica, inclusiva e de qualidade para todos e para todas.

Nação nenhuma do mundo, como diz muito o Senador Cristovam, jamais vai conseguir a sua emancipação do ponto de vista político, social e cultural se não cuidar com total prioridade da educação do seu povo, das suas crianças, dos seus jovens e adultos.



Uma ideia de nação que todos nós sonhamos – generosa, justa e soberana – não pode prescindir jamais de um projeto de educação que seja uma educação inclusiva, portanto uma educação pública, portanto uma educação gratuita, portanto uma educação de qualidade, universal para todos e para todas.

Essa é exatamente a nossa luta.

Muito obrigada, Senador Cristovam. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Muito obrigado, Senadora Fátima.

No início, fizemos um minuto de silêncio em homenagem às crianças de Janaúba e à Prof. Helle, mas a senhora trouxe um ponto importante, que é a homenagem ao Prof. Luiz Carlos Cancellier. Até o final da sessão vamos cuidar disso.

Passo a palavra agora ao Senador Hélio José, do Distrito Federal.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero dar um bom dia a todos e cumprimentá-los, cumprimentando de forma muito especial o nosso Presidente, meu professor, meu amigo, meu colega aqui do Senado Federal, Cristovam Buarque, com quem tive a honra de assinar esta proposição – eu e o Senador Reguffe, que também é o Distrito Federal – em homenagem a todos os professores e ao nosso professor, nosso mestre, Prof. Cristovam, que está aqui presidindo esta sessão. Também quero cumprimentar o nosso Sr. Enrique Huelva, Magnífico Reitor em exercício da Universidade de Brasília. Eu gostaria que você mandasse um abraço especial à Márcia Abrahão e dissesse a ela que a estou aguardando em meu gabinete, como Coordenador eleita da Bancada neste ano, para juntos discutirmos emendas importantes para a Universidade de Brasília. Foi uma deferência especial que o nobre Senador Cristovam e o Senador Reguffe me indicar para coordenar a Bancada este ano. Portanto, é importante conversarmos com a UnB.

Também quero cumprimentar o professor emérito da Universidade de Brasília, Sr. Vamireh Chacon. Meus cumprimentos. Cumprimentar também o fundador do Centro Universitário e Faculdade Projeção, UniProjeção, Sr. Oswaldo Luiz Saenger. Meus cumprimentos, Sr. Oswaldo. Eu vi o Projeção começar deste tamanho e, hoje, o Projeção é uma potência. Parabéns. Qualquer dia desses, quero aguardá-lo para um café em nosso gabinete.

Cumprimentar a professora do Centro de Ensino Especial de Santa Maria, nossa querida Santa Maria, a Srª Márcia Ehns. Meus cumprimentos. E, em nome da senhora, quero cumprimentar o Sinpro, Sindicato dos Professores de Brasília e todos os professores do Distrito Federal, e cumprimentar o Sinproep, Sindicato dos Professores de Entidades de Ensino Particulares.

Quero cumprimentar o Presidente da Academia Mundial de Arte e Ciências, Sr. Heitor Gurgulino de Souza – meus cumprimentos, Heitor!

E o meu amigo pessoal... Até que enfim nós vamos tornar realidade uma luta de anos, dele, na zona rural do Distrito Federal. Refiro-me ao nosso nobre Prof. Aníbal Coelho, do Núcleo Rural Casa Grande. O Gama, hoje, está fazendo aniversário. O Núcleo Rural Casa Grande é vizinho do Gama. Quero garantir ao senhor, Sr. Aníbal, que, por meio da emenda impositiva da Bancada do Distrito Federal, o colégio Casa Grande vai ser construído e o sonho do senhor vai ser realizado, em homenagem a todos os professores.



Eu não poderia deixar de citar que, na quinta-feira, dia 05/10/2018, a nossa querida Helley Abreu Silva Batista, professora da Creche Gente Inocente, em Janaúba, Minas Gerais, deu sua vida para salvar seus alunos e para salvar crianças inocentes, demonstrando o espírito construtivo, o espírito pacífico e humanista dos professores do nosso País. Então, como Senador do Distrito Federal, como pessoa que tenho, em meu programa de trabalho aqui, em primeiro lugar, as políticas públicas de saúde, educação, segurança e transporte, que são as quatro políticas constitucionais, eu não poderia deixar de citar e homenagear essa nobre Helley Batista, uma professora corajosa, que lutou para salvar a vida de seus alunos, uma heroína, em luta de crianças indefesas, em luta pela educação. Que Deus esteja com a nossa nobre Helley Batista, em nome de todos os professores que deram sua vida para tentar defender um País melhor, mais justo, mais igualitário, menos de grupos e mais do povo, que é o que nós precisamos fazer.

Aqui no Senado, pelo menos no meu mandato, como servidor público concursado que sou, sei a dificuldade que é para nós, concursados públicos, levarmos a situação que a gente leva, em defesa de um Estado que valorize aquilo que é essencial, que é exatamente a parte da educação, a parte dos professores. Por isso rogo tanto que o nosso nobre Presidente, de repente, se disponibilize a ser um Presidente da República neste País, para fazermos a revolução que foi feita na Irlanda, anos atrás, na Coreia, anos atrás, e em outros países que hoje são âncoras no mundo, porque apostaram na educação.

Eu não tenho dúvida de que, se o Prof. Cristovam, que já colocou em debate o importante tema da educação, se comprometer a colocar de novo, na crise em que o País está, da falta de gestão, da falta de direção, da falta de ética, da falta de responsabilidade e envolto numa corrupção sem fim... Porque eu acho que nós temos que votar em ficha limpa, em pessoas que tenham a vida honesta, a vida pregressa, para poder ser avaliado. E isso o Prof. Cristovam tem.

Por isso, Prof. Cristovam, rogo para que o senhor e o seu partido possam disponibilizar um programa de educação com uma pessoa como o senhor, que pode ser uma âncora para discutir essa questão tão importante, que seria a única revolução que pode tirar o Brasil do caos em que se encontra, que é a revolução da educação. É muito importante isso, e quero desejar muito isso.

Sr. Presidente, Sr^as Senadoras, Srs. Senadores, juntamente com o Senador Cristovam e outros Srs. Senadores, apresentei o Requerimento nº 777, de 2017, propondo a realização desta sessão especial destinada a prestar uma singela homenagem ao Dia do Professor, exatamente dez dias depois que a nossa nobre Helley morreu, batalhando pelas crianças.

Tudo começou quando o Imperador D. Pedro I baixou o decreto criando o ensino elementar no Brasil e determinando que todas as cidades, vilas e lugarejos tivessem suas escolas de primeiras letras. Tratava, ainda, da descentralização do ensino, do salário dos professores, das disciplinas básicas e até do modo de contratação dos professores, nobre Reitor, nobre Professor, nobre amigo e colega Senador Cristovam Buarque.

Mas somente em 1963, com o Decreto Federal nº 52.682, a data se transformou em feriado escolar. O decreto definia, inclusive, a razão do feriado. Abro aspas: "Para comemorar condignamente o Dia do Professor, os estabelecimentos de ensino farão promover solenidades, em que se enalteça a função do mestre na sociedade moderna, fazendo participar os alunos e as famílias" – fecho aspas. Isso estava no decreto que criou oficialmente o Dia dos Professores.



É muito digno estarmos aqui, Prof. Cristovam, e vermos pessoas como nossos nobres professores do Colégio Tiradentes, que é do Corpo de Bombeiros Militar, que são pessoas de altíssima responsabilidade e compromisso, e do nobre Colégio Militar do Distrito Federal, que tem feito um trabalho extraordinário com alunos maravilhosos que passam em qualquer concurso, com qualquer questão.

Nós, da Bancada do DF – eu, o Prof. Cristovam e outros –, definimos como prioridade na LDO a construção do Colégio da Polícia Militar do Distrito Federal neste ano, porque nós sabemos o tanto que esse tipo de ensino, dos militares, complementa a nossa rede pública.

Mas é triste ver que a rede pública tem acordos que não são cumpridos. Os salários já são baixos, e acordos não são cumpridos. Compromissos não são cumpridos pelo governador que eu e o Senador Cristovam ajudamos a eleger e que, na primeira semana, já nos decepcionou, quando não cumpriu os acordos que havia feito com os professores do Distrito Federal. E isso é assim no Brasil afora, onde, em mais de dez Estados brasileiros, os professores ganham menos do que o piso determinado pelo Fundeb.

Não pode continuar desta forma! Nós, que somos políticos sérios e responsáveis e que não estamos envoltos no mar da lama da corrupção, temos que batalhar para mudar essa questão.

Não podemos admitir que universidades públicas brasileiras não tenham condições de honrar os seus compromissos, os salários dos professores que batalham para nos ensinar, porque os orçamentos não são cumpridos, por culpa de uma legislação a que eu o Senador Cristovam votamos a favor, a Emenda 95. Votamos a favor, mas nunca para tirar um real da educação; para tirar real de Refis, para tirar real de outras benesses, para comprar votos de pessoas aqui no Congresso Nacional. Isso nós não podemos aceitar. Não podemos admitir que educação, seja secundária, universitária, seja primária, seja prejudicada por uma carta de intenção que eu, o senhor e outros aqui demos ao Governo, para poder fazer o melhor orçamento, haver um teto, mas nunca para tirar dinheiro de universidade, tirar dinheiro de escola, para não – e por que não? – federalizar o ensino. O Senador Cristovam tem feito esse debate, e é um debate importante.

Eu sou o Presidente da Comissão Senado do Futuro. O que eu posso, junto com o Senador Cristovam, para poder discutir assuntos importantes para o nosso povo de Brasília e do Brasil, nós discutimos.

Eu pedi à minha assessoria, que eu espero que tenha cumprido a minha orientação, que entregasse o meu cartão a todos. Espero que todos tenham recebido o meu cartão, com o endereço do meu gabinete. Eu já pedi para entregar a todos vocês. O meu gabinete está à disposição de todos vocês, para colaborar.

O meu mandado de titular de Senador da República vai até o dia 2 de fevereiro de 2019. Então, até o dia 2 de fevereiro, de 2019, espero estar continuando o trabalho ético, lícito e correto que a gente vem fazendo aqui nesta Casa, para defender o servidor público, para defender os professores, para defender a ética, para defender a moral, para defender que a gente tenha políticos sérios e que não desviem o dinheiro público, porque é isso que a gente precisa na Casa, tanto no Senado quanto na Câmara.

O ano que vem todos nós vamos ter um encontro com as eleições, no dia 7 de outubro de 2018. Poderemos renovar todo mundo.



Quero desejar que os professores, os mestres, nos ajudem a eleger uma Bancada cada vez melhor, uma Bancada cada vez mais comprometida com o Brasil.

Eu teria algo mais a dizer no meu discurso, Prof. Cristovam, mas eu quero dizer ao senhor que, em respeito à companheirada dos professores que estão aqui, não vou prolongar o meu discurso escrito, que eu gostaria que constasse dos *Anais* desta Casa como o meu discurso oficial em homenagem a esses guerreiros professores.

Por isso, vou passar aqui para a penúltima parte do meu discurso, deixando a todos claramente o seguinte compromisso – e eu posso falar em nome do Senador Reguffe e do Senador Cristovam: o que nós pudermos fazer para ajudar a educação do Brasil, não tenham dúvidas de que faremos. Tanto a do Brasil quanto a de Brasília. Daí estamos aqui nesta importante sessão solene em homenagem aos educadores brasileiros.

Para concluir o dia de hoje, eu gostaria de homenagear aqui todos os professores do Distrito Federal e do Brasil, pelo transcurso do seu dia, na figura da Profª Aparecida de Oliveira Corrêa, primeira professora concursada de Brasília, no ano de 1958. Ela e suas colegas pioneiras desbravaram o Cerrado, trazendo as letras e o conhecimento às crianças dos cidadãos, nobre Senador Cristovam.

Como Parlamentares, temos a função de elaborar leis, de fiscalizar e também de alertar a sociedade e as autoridades para situações que podem comprometer o futuro do nosso País.

É por isso, Sr. Presidente, que, se nada for feito para melhorar a educação no Brasil, daqui a algum tempo, talvez dez ou 20 anos, a distância entre nós e os países desenvolvidos será tão grande, que se tornará impossível superá-la. E isso nós não podemos admitir.

Os novos desenvolvimentos da tecnologia, tais como a robótica, a inteligência artificial e a nanotecnologia mostram que o caminho a percorrer é longo. Temos ainda muitos problemas de base a solucionar, e o primeiro deles é, sem dúvida, a educação.

A vocês, professores, meus parabéns, porque, apesar dos baixos salários, da longa e cansativa jornada de trabalho, e de todos os problemas, vocês não desistem; continuam lá, firmes e fortes, reunidos no ideal de ensinar, de transmitir conhecimentos e de contribuir para um mundo melhor. São heróis anônimos, que ajudam a construir o futuro do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, amigo e colega, Senador Cristovam Buarque; muito obrigado a todos da Mesa; muito obrigado a todos os que me ouviram. Minhas homenagens ao Sr. Aníbal. E que Deus esteja conosco!

Parabéns a vocês, alunos do Colégio Militar!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

DISCURSO NA ÍNTegra ENCaminhado PELO SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ.

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Muito obrigado, Senador Hélio.

Eu passo a palavra à Senadora que muito nos orgulha por estar aqui, Vanessa Grazziotin, citando – que eu não falei ainda, mas aqui está e é muito agradável para nós – o Presidente da Associação de Docentes da Universidade de Brasília, Professor Virgílio Arraes.

Muito obrigado pela presença!



Senadora Fátima, a senhora lembrou muito bem aqui que o nosso projeto do piso salarial não teria sido possível sem o apoio do Presidente Lula, não apenas pela sanção que ele fez, mas também por ele dar apoio durante a tramitação. E eu queria lembrar também do Fernando Haddad, que era o Ministro da época, porque sem ele nós não teríamos conseguido aprovar o nosso projeto.

Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Cristovam.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, companheiros e companheiras que participam desta sessão e aqueles e aquelas todos que nos assistem, talvez alguns de muito longe.

Mas quero dizer, Sr. Presidente, antes de mais nada, da alegria de ver tanta gente na Mesa que trabalha em prol da educação brasileira. Trabalhar pela educação é trabalhar pela própria construção da sociedade e, sobretudo, por um País mais justo, um País que faz parte do imaginário, do sonho de todos nós, que é uma Nação onde as pessoas possam viver com dignidade, possam viver com toda a justiça. E, como dizem a Senadora Fátima e o Senador Cristovam, nós jamais alcançaremos esse estágio, na civilização, se não valorizarmos e priorizarmos sempre a educação, que é a própria formação das nossas crianças e da nossa juventude.

É lamentável que esta sessão tão importante ocorra alguns dias após a tragédia que aconteceu em nosso País e que deixa o coração de todos nós – e deixará por muito tempo – no mais absoluto e profundo luto. E eu aqui me refiro às crianças que perderam suas vidas e os professores em Minas Gerais, quando uma pessoa que não vinha recebendo um tratamento adequado, pelo que sabemos, tirou, de forma brutal, a vida de tantas meninas, tantos meninos.

Mas, enfim, além de V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, a quem parabenizo pela autoria e por nos possibilitar estarmos aqui, quero cumprimentar o Magnífico Reitor da Universidade de Brasília, instituição pela qual todos temos um profundo carinho, respeito e reconhecimento, Professor Enrique Huelva. Quero cumprimentar o Professor Emérito, também da Universidade de Brasília (UnB), Vamireh Chacon; cumprimentar o fundador do Colégio e do Centro Universitário da Faculdade Projeção (UniProjeção), Oswaldo Luiz Saenger; cumprimentar a Professora do Centro de Ensino Especial de Santa Maria, Sr^a Márcia Ehns; e cumprimentar o Presidente da Academia Mundial de Arte e Ciência, Sr. Heitor Gurgulino de Souza, assim como o Prof. Aníbal Coelho e cada um e cada uma das senhoras e dos senhores que aqui estão.

Quero dizer, Sr. Presidente, que nós falamos sempre, na comemoração do Dia do Professor, aqui no Brasil, no dia 15 de outubro, data em que nacionalmente comemoramos o Dia do Professor. Mas, no dia 5, dez dias antes, comemora-se, no mundo inteiro, o Dia Mundial dos Professores, e a data no Brasil foi estabelecida e instituída por um decreto do Imperador Dom Pedro I, quando criou o ensino elementar no Brasil, com a criação das escolas de primeiras letras nos vilarejos e nas cidades brasileiras.

São datas que nos levam a refletir sobre a importância dessa categoria para a construção de uma sociedade desenvolvida. Afinal, como diz Paulo Freire: "Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção."

Sr. Presidente, quero dizer que, para mim, é muito especial esta sessão, como é para V. Ex^a, que é professor, já foi reitor da Universidade de Brasília, como é para a Senadora Fátima, porque, juntas, nós militamos muito no movimento de professores, numa época em que ao servidor público,



fosse professor ou de qualquer outra categoria, não era sequer dado o direito de se sindicalizar. Então, nós tínhamos as nossas associações, as quais transformávamos nos nossos verdadeiros sindicatos. E tanto eu quanto a Fátima fomos da diretoria da hoje Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), mas, na nossa época, Confederação dos Professores do Brasil (CPB).

E, sem dúvida nenhuma, no meu Estado, no Amazonas, no Rio Grande do Norte, de Fátima, e em tantos Estados brasileiros, foi exatamente o conjunto dos professores e professoras, dos docentes, que contribuiu muito para fazer com que se reacendessem os movimentos populares que nós vimos durante o restabelecimento da democracia brasileira. Então, para mim é uma alegria muito grande, Senador Cristovam, senhoras e senhores, e é o motivo especial para que eu pudesse estar aqui neste momento.

Desde muito cedo, eu tive a exata noção da importância da educação e dos professores na construção de um país desenvolvido, democrático e justo. Mas eu quero, Presidente, aproveitar esta oportunidade para ir além dessas constatações, constatações que são importantes, porque nunca é demais falar da importância da profissão do magistério. Infelizmente, isso, no passado, era dito e era reconhecido; hoje, não. Hoje é mais dito e nada reconhecido, porque, infelizmente, o nível dos salários, o nível de atenção que essa importante categoria recebe no Brasil inteiro é algo assim completamente inaceitável. Entendemos que a nossa sociedade vai efetivamente começar a mudar quando os professores começarem a ser tratados não por palavras, mas por atos e por gestos como verdadeiramente merecem e devem ser tratados.

Então, eu aproveito esta oportunidade para falar dessa importância e da importância da educação, mas na prática, porque são esses os profissionais que sem dúvida nenhuma sofrem primeiramente qualquer impacto de qualquer reforma que atinja diretamente o processo educacional brasileiro. Eu não posso deixar de repetir – sei que os Senadores que me antecederam e as Senadoras falaram do assunto –, mas eu não posso deixar de falar dos efeitos do projeto de emenda à Constituição de 2016 e que agora é efetivamente uma Emenda Constitucional de nº 98, que é a emenda que estabelece o limite e o teto de gastos do serviço público.

O que isso fará na educação brasileira? Que reflexos isso trará na educação e na sociedade como um todo? Afinal de contas, nós estamos falando de uma emenda constitucional com duração de 20 anos, que determina um teto para aplicação dos gastos públicos.

Eu vejo aqui muita gente importante do Ministério da Defesa, seja da Marinha, seja do Exército, ou da Aeronáutica; os senhores e as senhoras também estão sujeitos a esse teto, como sujeitos estão todos os setores públicos do Brasil: a segurança, a saúde, a própria educação, a aplicação dos recursos em infraestrutura, o desenvolvimento e a aplicação dos programas sociais.

É uma emenda constitucional que não tinha como objetivo, como disseram, enfrentar um momento de crise econômica grave, porque, se fosse isso, seria, de fato, uma transição muito pequena, mas a emenda constitucional estabelece um limite de gastos por 20 anos – 20 anos. O que significa dizer: na hora em que o Brasil superar a crise – e nós, como todos os demais países do mundo, superaremos a crise, o que não nos livrará de crises posteriores, que, aliás, são intrínsecas ao próprio sistema capitalista, que é um sistema que, por si só, gera crises, porque é um sistema imperfeito, além de ser absolutamente injusto –, qual será o nosso dilema e o nosso problema? Por mais que aumente a arrecadação, não poderão os recursos para a área da defesa, para a área da



saúde, de infraestrutura, de educação serem ampliados. Não, eles estão limitados a gastar igual o que se gastou no ano anterior, acrescido, no máximo, o limite da inflação.

Então, isso, obviamente para a educação, é extremamente danoso. Segundo uma nota técnica que foi produzida pela Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca), "a aprovação da PEC [do teto] significa estrangular a educação pública brasileira e tornar letra morta o Plano Nacional de Educação [da década de] 2014 [até] 2024."

E quais dados sustentam essa conclusão, que é aterradora? Eu aqui passo a falar de alguns somente:

Existem várias formas de se medir o impacto para a educação da PEC 241, e todas elas mostram graves consequências. [...] na prática, a PEC [...] vai corroendo a maior conquista da educação brasileira que foi a vinculação de um percentual da receita de impostos para a educação, definidos em um mínimo de 18% para a União e de 25% para estados e municípios, introduzido na [...] [Constituição] de 1934 e revogado apenas na ditadura do Estado Novo e [a partir] de 1964. Pois é exatamente esse o efeito da PEC 241, revogar a vinculação constitucional por 20 anos.

[...]

Pelos dados apresentados [...], constata-se que, partindo-se de um percentual de 18% e considerando-se um crescimento da receita real de 3% ao ano, após 5 anos a vinculação já estaria em 16%; após 10 anos, em 13,8% [Senadora Fátima] e após 20 anos chegaria a 10,3%, ou seja, uma redução de 43% no índice [exigido que seja aplicado em educação].

A situação aliás pode ser ainda mais grave, pois, em 2015, a União aplicou 23% de sua receita líquida de impostos em [Ministério da Educação], ou seja, cinco pontos percentuais apenas acima do mínimo. Se o atual governo continuar reduzindo os gastos até [o ano de] 2018 [2018 está aí, na porta], quando se iniciaria o congelamento, a queda real de gastos da União pode superar os 50%, o que representaria o colapso da rede federal de ensino, que sofreu forte expansão nos últimos anos.

E, apesar de os estudos apontarem para um agravamento da situação na educação após cinco anos, neste ano, já estamos assistindo ao estrangulamento financeiro das universidades públicas e dos institutos federais.

Afinal de contas, nós tivemos, nessa última década ou um pouco mais de dez anos, uma evolução, em termos de educação, nunca vista antes na história do nosso Brasil. E falo isso com muita tranquilidade, porque, quando ingressei na Universidade Federal do meu Estado do Amazonas, eu dizia: "Olha, a universidade federal tem a mesma quantidade de vagas que tinha há 10 anos." Quando eu saí da universidade, as vagas eram as mesmas; uma década depois, duas décadas depois, a mesma coisa, até que, na última década ou um pouco mais, nós conseguimos ampliar significativamente o número de vagas nas instituições públicas ou privadas de ensino superior.

Assistimos à implantação de programas sociais importantes, que garantiram, pela primeira vez, a possibilidade de um filho ou uma filha de um operário, de uma trabalhadora doméstica ingressarem na universidade, seja através do Prouni, seja através do Fies.

Foram mais de 18 universidades novas, escolas técnicas de nível superior no Brasil, a maioria delas no interior deste País, inclusive no interior do meu Estado do Amazonas, onde a maioria dos



brasileiros não imagina sequer como seja e não sabe sequer falar ou declinar o nome de um Município sequer, tamanha distância deles – como São Gabriel da Cachoeira, que os membros das Forças Armadas conhecem muito bem – até o Sudeste do nosso País, ou Tabatinga, outra região, ou Atalaia do Norte, que fica na outra tríplice fronteira.

Então, tivemos avanços significativos na área de educação: mais de 500 novas universidades federais, mais de 18 novas universidades públicas federais e mais de 300 *campi*.

E nós estamos hoje vendo a destruição, absolutamente a destruição disso tudo – e não só disso, mas também dos trabalhadores, que devem ser uma parte importante no processo educacional, porque essa reforma trabalhista, que eu não considero concluída ainda, porque o Presidente Michel Temer... E o Senador Cristovam, que resistiu muito, ao nosso lado, é testemunha disto: de que há um compromisso do Presidente Michel Temer de mudar pontos significativos da reforma através de medida provisória.

Ele, aliás, prometeu vetos e medida provisória. Os vetos não aconteceram. Esperemos que agora a medida provisória aconteça, para não permitir que façam o que querem fazer no Brasil: precarizar de vez as relações de trabalho, criando o trabalho intermitente, modalidade através da qual eles acabam com o salário mínimo; criando o tal do autônomo e empoderando tanto o autônomo individual, em que consideram a possibilidade de ele ser um autônomo, um trabalhador autônomo, exclusivo ou não, trabalhando para um único patrão ou não, com continuidade ou não, o que significa dizer: o trabalhador que hoje tem carteira de trabalho assinada deixará de ter e passará a ser um autônomo.

Ainda dizem, nesse discurso do liberalismo, que essa é a modernidade em que as pessoas são livres para escolher para quem trabalhar e em que jornada trabalhar. Isso não é verdade. Essa é a maior de todas as balelas. A modernidade, enquanto nós vivermos nesse sistema de exploração absoluta da mão de obra, é que deve ter um mínimo, por parte do Estado, de amparo aos trabalhadores.

Mas, Senador Cristovam, meu tempo já se vai. Eu quero dizer que esta é uma sessão solene de comemoração, mas esta é a minha forma de comemorar; é a forma de comemorar e de dizer o seguinte: nada, absolutamente nada deve nos abater, e a persistência – estou sendo assim muito direcionada por quem está aqui, no nosso plenário – é a melhor e a maior de todas as formas de resistência e de conquistas.

Hoje eles podem estar cantando, mas, sem dúvida nenhuma, amanhã será a nossa gente, será o nosso povo, será a nossa educação que voltará a cantar. E isso dependerá muito da nossa disposição de resistir e de lutar para vencer.

Um grande abraço!

Parabéns a todos os professores e professoras deste nosso querido Brasil!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Eu gostaria muito que a gente pudesse, inclusive, passar a palavra a todos, como homenagem aos professores, mas, dado o adiantado da hora, não vai permitir, pois eu me comprometi a terminar perto de 13h.



De qualquer maneira, quero passar a palavra aos que estão à mesa para uma breve fala de homenagem aos professores – aos que quiserem. A professora, eu soube, abriu mão de falar. É isso ou quer falar?

A SR^a MÁRCIA EHNS – Eu não sou boa no discurso, só na ação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não existe isso. Faça um discurso de ação, rapidinho. Quer?

A SR^a MÁRCIA EHNS – Só para agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Pronto. Pegue o microfone.

A SR^a MÁRCIA EHNS – Boa tarde a todos!

Sr. Senador, eu sou uma admiradora sua. Eu sou uma profissional da educação, mas, como acabei de falar para ele, eu faço; a minha ação é na escola. Eu já estou aqui pensando nos meninos que eu não atendi de manhã porque eu tenho um projeto pedagógico em ação. São crianças deficientes. Elas são atendidas duas vezes na semana. Então, eu fico com o coração pesado quando eu me afasto da escola.

Mas, em contrapartida, eu estou assim muito feliz por ver que pessoas honestas, pessoas que nos representam estão batalhando, brigando pela condição da educação no nosso País.

Bem brevemente eu agradeço esta homenagem. Fico, assim, tocada por representar os colegas. Espero que todos tenham muita luz, muita saúde, muita sabedoria para lidar com o momento atual. Que não abandonem nunca a nossa luta! Vamos sempre perseverar, vamos insistir, porque nós vamos conseguir.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não podia ser melhor, professora, e seus meninos e meninas estão vendo, alguém está vendo, pois está sendo transmitido pela televisão. Então, vão saber que a senhora estava aqui, em um bom lugar, participando de um belo evento.

Muito obrigado por suas palavras.

Eu passo a palavra ao Prof. Luiz Saenger.

Lembro que, pelo adiantado da hora, quanto mais rapidinho falarmos cada um de nós, melhor.

O SR. OSWALDO LUIZ SAENGER – Vou tentar ser rápido e pular o que eu puder.

Ex^{mo} Senador Cristovam, demais Senadores que usaram da palavra até esse momento, temos presentes militares, temos presentes diretores de colégios, de faculdades e temos presentes, principalmente, professores e professoras.

Ao saudar o Senador Cristovam, saúdo a Mesa toda.

Uma referência à Prof^a Márcia, que acabou de dizer que não é boa de fala, mas falou muito e falou muito bem. Parabéns, Márcia!

É com imensa honra e orgulho que ocupo esta tribuna para falar em homenagem ao Dia do Professor.

Primeiramente, é importante destacar que eu, ao longo dos últimos 53 anos, dediquei-me integralmente à educação brasileira, como docente e como gestor educacional. Entrei numa sala de aula como professor, pela primeira vez, em 1964, no mês de maio, fato este que me enobrece



sobremaneira e me habilita a dirigir-me aos professores brasileiros para reconhecer a sua importância para o desenvolvimento do Brasil.

Tenho plena convicção de que a educação é o único instrumento de transformação social, política, econômica e cultural de uma Nação. A educação formal promove o desenvolvimento humano, mas sobretudo impulsiona o crescimento da sociedade e contribui para a promoção do bem-estar e da convivência mais harmonizada entre as pessoas. É o conhecimento que promove o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano, até o ponto de torná-lo um ser social.

A educação tem como missão formar o cidadão para que ele esteja preparado para o seu tempo, com valores sociais e humanos universais, calcados no respeito mútuo, na defesa dos direitos humanos, na diversidade, na pluralidade de ideias e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária e, acima de tudo, democrática. Além disso, a educação amplia os saberes historicamente construídos, permitindo a compreensão dos avanços que são resultantes da ciência e da aplicabilidade no cotidiano da vida. Entretanto, a educação, como processo de formação e desenvolvimento, depende de muitos fatores, é resultado de muitas variáveis. Muitos são os agentes que fazem parte diretamente deste cenário; porém, somente um deles é realmente determinante: o professor.

O professor é o mediador das aprendizagens. Conduz de forma sistematizada e planejada esse processo, transformando vidas, provocando, assim, a plena transformação da sociedade. O professor é o profissional que muda comportamentos, que inspira ideias, que forma cidadãos, e, assim, se destaca como o único profissional que realmente desenvolve pessoas e educa personalidades. Vou repetir: ele se destaca como o único profissional. Pai e mãe, a família, a rigor, não têm a profissão de serem professores.

(Soa a campainha.)

O SR. OSWALDO LUIZ SAENGER – São educadores também.

Somente o professor, na sua atuação em sala de aula, tem o poder de formar seres humanos preparados para os desafios da modernidade e capazes de responder aos desafios de uma sociedade cada dia mais complexa. É o professor que dá sentido aos novos valores, identifica o significado e relevância do novo para as pessoas e para os grupos sociais. É uma imensa responsabilidade. Reconhecemos o seu esforço permanente para conseguir cumprir o seu papel social, com dedicação e empenho, diante dos desafios.

O docente enfrenta as dificuldades da falta de valorização profissional e das condições estruturais ainda precárias, bem como a sua necessidade de formação continuada, buscando a ampliação constante do conhecimento. Nesse cenário, onde retratamos as dificuldades dos profissionais da educação e o seu valor como educador, trago outra vez a figura da mais nova heroína da educação no Brasil, a Prof^a Heley de Abreu Silva Batista, vítima da tragédia em Janaúba, Minas Gerais, onde perdeu a vida defendendo seus alunos. Aproveitamos para lembrar também todos os professores que a precederam em situações semelhantes, que perderam a vida no exercício da missão de educar e de preservar a vida.

Já encerro, Senador.

Registrarmos a admiração pela profissão docente, pelo compromisso do professor com a vida, com o aluno e com a sociedade. O professor enfrenta, em todas as regiões do Brasil, as adversidades do ato de ensinar, com grande honradez e orgulho da sua escolha profissional.



(*Soa a campainha.*)

O SR. OSWALDO LUIZ SAENGER – As instituições de ensino superior possuem a grande responsabilidade de formar professores preparados para centrar no aluno o protagonismo do processo educativo, reconhecendo em si o papel de facilitador da aprendizagem e de agente de transformação social.

Só mais um minuto e meio.

Os entes públicos são responsáveis pela ampliação dos avanços educacionais por meio de políticas públicas consistentes, que percebam a educação como política de Estado, e não de governos. Somente o espaço público da palavra é capaz de suscitar a sinergia política necessária para a mudança. E aí eu tomo como exemplo o próprio Senador Cristovam, que tem feito isso a vida toda e é valorizado por isso na Capital da República.

Visando cada vez mais à democratização do acesso e à permanência com qualidade, que todos os cidadãos possam...

(*Interrupção do som.*)

O SR. OSWALDO LUIZ SAENGER – ... contribuir de forma efetiva na construção de um país que pauta (*Fora do microfone.*) as ações públicas na honestidade e na defesa intransigente do interesse público. Da mesma forma, entendemos que a qualificação do capital humano de um país resulta em melhoria dos indicadores econômicos e sociais.

Encerro parabenizando todos os professores brasileiros, da Educação Básica e da Educação Superior, que precisam ser heróis dia após dia nessa jornada do conhecimento e da formação humana. Investidos da missão de educar, os professores superam barreiras, enfrentam desafios que por vezes são maiores que suas possibilidades. Mas, mesmo cansados, respondem "presente" todos os dias para construir uma história que vai muito além do hoje: educam para o presente e para o futuro.

Parabenizo todos os professores chamando-os, neste momento, de mestres.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado, Professor.

Passo agora a palavra, para uma mensagem rápida, ao meu querido amigo que está aqui por uma razão que eu quero dizer a vocês. Ele vai dizer a vocês se é verdade ou não que, no Japão, a única profissão que não se permite abaixar para o Imperador é o professor. Ele foi Reitor da Universidade das Nações Unidas durante dez anos, que fica em Tóquio, e teve oportunidade de falar com o Imperador do Japão. Ele vem aqui como uma figura que é testemunha de um país que prestigia a educação.

Meu caro Heitor Gurgulino com a palavra.

O SR. HEITOR GURGULINO DE SOUZA – Boa tarde a todos.

Dado o adiantado da hora, tenho de ser muito breve, como bem lembrou o Senador Cristovam.

Primeiro, agradeço o gentil convite para estar aqui nesta cerimônia homenageando o professor. Eu me sinto homenageado porque, há 57 anos, eu subi num palco em São José dos Campos, no Instituto Tecnológico de Aeronáutica, para dar uma aula de Física. Imaginem os senhores: 57 anos atrás. Eu tinha 22 anos. Foi o meu primeiro emprego. E realmente me orgulho muito desse período



da minha vida em que trabalhei em São José dos Campos, ajudando a formar engenheiros de aeronáutica, que, depois, criaram a Embraer, que hoje é esse grande sucesso do Brasil.

Quero lembrar algo que poucos sabem: o ITA organizou, dois anos depois desses em que eu estava lá, cursos para professores de Física de todo o Brasil, professores secundários. Nós levávamos professores dos Estados do Brasil para São José dos Campos nos aviões da FAB, dávamos alojamento aos estudantes, e passávamos lá as férias, trabalhando nos nossos laboratórios. Então, eu me lembro da dedicação do ITA. Durante dois anos fizemos esse trabalho com o professorado brasileiro, em colaboração com o Ministério da Educação.

Mas eu quero lembrar uma outra coisa que é mais importante ainda, que eu vivi. Como disse o Senador Cristovam, eu passei dez anos no Japão como Reitor da Universidade das Nações Unidas. Sou realmente encantado com aquele país, o Japão, porque o professor no Japão é respeitado. O professor é respeitado pela sociedade, o professor ganha bem. As pessoas querem ser professores. Isso é uma coisa importante. E nós precisamos fazer principalmente essa imagem de atrair os melhores alunos das nossas universidades para o magistério. E isso tem de ser feito não só como prioridades de que os dirigentes falam, mas com salários adequados. Esse é um ponto importante que devo mencionar aqui.

Finalmente, eu queria mencionar que, na minha experiência de professor – eu estou com 89 anos, vou fazer 90 daqui a oito meses –, eu acho que a profissão de professor é a melhor possível. Toda a minha vida foi feita no magistério.

Eu hoje sou um professor aposentado, mas aí os meus colegas resolveram me eleger – fui o primeiro brasileiro que foi eleito Presidente da associação, da nossa Academia Mundial de Arte e Ciência. E também de um consórcio nacional de universidades – internacional, realmente. E nessa academia nós estamos valorizando o ser humano; portanto, a educação é importante. Daí que nós estamos, graças à minha insistência, organizando uma reunião sobre o futuro da educação, que terá lugar em Roma, na Universidade de Roma, no mês de novembro. Os que quiserem mais informações, com muito prazer eu darei.

Prof. Cristovam, agradeço a sua oportunidade.

O tempo é curto. Quero deixar aqui meu grande abraço a todos os professores brasileiros e agradecer ao Senador Cristovam e aos demais Senadores que tomaram aqui a palavra pelo interesse que eles dedicam para transformar realmente a educação numa prioridade nacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado, Prof. Gurgulino.

Este aqui ao meu lado esquerdo tem uma razão de estar aqui também. Na minha sala, eu tenho foto dos professores que tive na minha vida, desde a minha primeira professora. Está lá a foto minha com ela, obviamente não eu pequenininho, não é? Uma visita que eu fiz já muitas décadas, algumas décadas depois. E na lista de sete ou oito professores que eu considero marcantes está este aqui, que foi meu professor em um curso muito curto lá em Recife, quando eu era ainda muito jovem.

É o Prof. Vamireh Chacon, a quem eu peço que faça uma mensagem muito rapidinha para homenagear os professores.



O SR. VAMIREH CHACON – Sr. Presidente desta sessão, Senador Cristovam Buarque, representante de Brasília e do Brasil, senhores companheiros da Mesa, meus amigos e minhas amigas, vou dizer estas breves palavras olhando o relógio.

Das muitas definições que conheço de ensino, ou do ensino, a que mais me parece conveniente é que o ensino é uma grande amizade. De fato, é mais fácil os alunos se lembrarem dos professores que os professores os alunos, porque eles costumam ser naturalmente mais numerosos, em turmas de 20, 30 e até 40. Em pós-graduação, menos numerosos. Mas há sempre alguns dos quais a gente se aproxima. Entre eles, Cristovam e mais alguns ao longo da minha vida professoral na Universidade do Recife, hoje Federal de Pernambuco, e na Universidade de Brasília, além de algumas universidades no exterior.

Para se ter uma ideia de como é isso na prática, eu lembraria o exemplo das universidades inglesas de Oxford e Cambridge, que estão entre as mais antigas do mundo. Cada uma delas tem mais de 700 anos. E os professores de Oxford e Cambridge se dividem em dois graus, por onde ele começa e por onde ele termina. Ele começa como *tutor*, tutor; usam uma palavra latina ao pé da letra, tutor.

Ele faz o acompanhamento pessoal, direto, como professor assistente – nós diríamos na nossa terminologia, que não é só brasileira, mas da imensa maioria dos países do mundo. Depois de ele ser muitos anos tutor, tendo feito já o seu bacharelato, tendo feito já o seu mestrado, fazendo em seguida o seu doutoramento, ou PhD, como lá se chama, e um longo percurso também na tutela ou no tutorado, como eles ele chamam – *tutorship* –, ele se torna *fellow*. Eles não chamam em Oxford e Cambridge de professor, nem *teacher*. Eles chamam de tutores e companheiros – *tutors* e *fellows*.

Parece-me, sem nenhuma dúvida, que o espírito inglês, com mais de 700 anos, em Oxford e Cambridge, captou muito bem o significado de que, no final das contas, em sua essência e substância, o ensino é uma grande amizade.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado, Professor Vamireh.

Passo a palavra agora ao Reitor em exercício da minha Universidade de Brasília.

O SR. ENRIQUE HUELVA – Boa tarde a todos e a todas. É um prazer estar hoje aqui.

Agradeço a oportunidade ao Prof. Cristovam Buarque, para mim sempre professor e sempre reitor da nossa querida Universidade de Brasília. Também Senador, mas sempre professor e sempre reitor antes do resto.

Desculpem essa voz rouca, mas acho que são necessárias todas as vozes para defender a educação; também as vozes roucas como a minha hoje aqui, que, além de rouca, tem um sotaque que, em muitos casos, dificulta a compreensão. Então, esse duplo pedido de desculpas.

Vou ser também bastante breve e falar dessa perspectiva do cargo que exerço, de ser gestor de uma das mais importantes universidades do nosso País, hoje Reitor em exercício da mesma.

A minha biografia e a minha vida me levaram por vários países. Vou falar um pouquinho disso, na maior brevidade possível. Nasci na Alemanha, sou filho de pai espanhol e mãe alemã. Conheci a Espanha e seu sistema educativo; a Alemanha, onde me formei – basicamente a minha vida acadêmica foi na Alemanha. Vivi na Coreia do Sul, também citada aqui por um dos palestrantes.



Por um ano e meio, atuei como professor lá, e agora faz 14 anos, talvez 15 já, que estou aqui no Brasil.

Eu constato que, dentre os países que acabei de mencionar, aqueles que identificaram que a educação é uma questão de Estado e não apenas uma questão de governo e, em hipótese alguma, uma questão de luta política do dia a dia, eles se deram muito bem. Eles estão hoje recolhendo os frutos de ter percebido isso a tempo, ter constatado isso já algumas décadas atrás.

Gostaria de deixar aqui humildemente essa proposta, essa sugestão de que, na medida do possível, caminhemos nessa direção aqui no Brasil também.

E constato, com muita preocupação, que nós apenas não estamos dando passos nessa direção, mas passos em outra direção, na direção contrária a isso que acabo de mencionar. A brevidade do tempo me exige sintetizar e reduzir a substância do que eu queria falar a vocês.

A segunda dessas substâncias importantes é a questão da universidade pública. Universidade, nós falamos ou deveria ser ou gostaríamos que fosse, na medida do possível, pública, gratuita, de excelência, de qualidade, eu acrescentaria também inclusiva, uma universidade inclusiva. Essas são, para mim, as virtudes primárias, permita-me fazer essa analogia à escolástica e talvez até a Aristóteles. Para mim, são as qualidades, as virtudes primárias – há outras – e elas devem ser internacionalizadas, elas devem ser eficientes, eficazes na sua gestão, na sua governança, enfim, um conjunto de outras virtudes, mas essas são talvez as essenciais. Cada uma, por si, tem importância. Nós queremos que ela seja pública para manifestar uma questão de Estado especialmente, como acabo de mencionar.

Nós queremos que ela seja gratuita para que a questão econômica, o filtro econômico não marginalize uns e beneficiem outros. Obviamente, nós queremos que seja de excelência e eu creio que a universidade pública no Brasil – os *rankings* mostram isso, todos os *rankings* mostram isso – é uma universidade de excelência e por excelência. A universidade é de excelência. E nós queremos que ela seja e ela é cada vez, de fato, mais inclusiva. Isso eu penso. Quando eu entrei na UnB, em 2002, e eu a comparo com a UnB de 2017, realmente demos bastante espaço nessa direção. Ela é uma universidade bem mais diversa, é uma universidade bem mais democrática em relação ao acesso.

Mas o importante não é cada uma dessas virtudes cardeais por si, o importante é a junção delas. E a junção delas apenas se dá na universidade pública, na universidade como a UnB, caro Reitor; só se dá nas universidades, como se costuma falar, nas universidades de verdade, como é a UnB, um de seus melhores expoentes neste País. Não há alternativa para isso. Acreditem, não há alternativa para isso. Eu não vi, na minha biografia, no meu percurso por vários países, no conhecimento de várias realidades...

(Soa a campainha.)

O SR. ENRIQUE HUELVA – Concluindo. Não tem... É brutal o sistema, não é? Não há alternativa para isso.

Apenas um pequeno exemplo: eu ingressei na Universidade de Bielefeld, na Alemanha, numa cidadezinha de 300 mil habitantes, havia acabado de chegar da Espanha. Fui criado numa fazenda na Espanha. Eu criava cabras, ordenhava vaca e, de repente, ingressei na universidade, nas comunidades. O primeiro dia de aula foi com o sociólogo Niklas Luhmann. Na universidade, havia o sociólogo Niklas Luhmann, havia o Koselleck, havia uma série de figuras de calibre, impressionante.



Eu não fazia nem ideia de quem era aquele que estava a minha frente. Do meu lado, havia um imigrante...

(Soa a campainha.)

O SR. ENRIQUE HUELVA – ... turco, um curdo, um refugiado curdo, etc. Essa qualidade, essa vivência, essa oportunidade, apenas a junção desses elementos é que possibilita. Não se enganem: nós temos que apostar na universidade pública, nós temos que apostar que essas virtudes cardeais sejam desenvolvidas o máximo possível.

Muito obrigado. E parabéns a todos os professores e professoras deste País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Nós que agradecemos, professor.

Passo a palavra ao Prof. Aníbal, pedindo que seja muito curtinho.

O SR. ANÍBAL COELHO – Meu cordial boa-tarde a todos.

Senador Cristovam, em seu nome, eu gostaria de agradecer...

(Soa a campainha.)

O SR. ANÍBAL COELHO – ... a toda a Bancada Federal pela emenda de R\$12 milhões para construir o primeiro Colégio Modelo Rural do Brasil e do Distrito Federal Casa Grande.

Segundo, Prof. Cristovam, eu gostaria, aproveitando essa onda do Senado, lançar para todo o Brasil uma campanha para a gente colocar no Livro de Aço, que está no Panteão da Liberdade, o nome da nossa heroína de Janaúba. Eu gostaria que o senhor liderasse essa campanha porque, de fato, ela é uma heroína.

E, finalmente, Prof. Cristovam, eu tenho a honra de liderar aquele lema: Educação em Primeiro Lugar. Eu sou muito mais velho que o senhor. Então, a ideia é minha, não é do senhor, não.

Meu cordial boa-tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado, professor, mas eu sou um defensor da sua ideia. (*Risos.*)

Para encerrar – vou deixar para fazer o meu discurso em outra hora, não é problema –, mas eu queria de dizer que é uma honra estar aqui tentando homenagear os nossos professores. Esse dia devia se chamar o dia dos construtores do Brasil, que são os professores, que são os construtores de todos que constroem o Brasil.

E o Brasil vive um momento muito difícil, e que para mim os dois problemas que nós temos, são só dois, passam pela educação, logo, pelos professores: um, é coesão nacional, termos um sentimento de que somos um País, e não centenas de pequenas republiquetas, cada uma defendendo seu interesse específico; e, segundo, rumo para olhar que temos que trabalhar em busca das novas, futuras gerações. Coesão e rumo. Só duas coisas.

É claro que isso passa aqui, pelos políticos, mas são os professores que vão construir a coesão de uma maneira sólida. Quem descobre um país são os marinheiros, como os portugueses nos descobriram. Quem defende um país são os militares, mas quem constrói são os professores.

A Itália é um exemplo. A Itália era formada por pequenos grupos que se constituíam como pequenas nações independentes. Foi a escola que fez a Itália, ensinando italiano, que não se falava quase italiano. E o Exército para os que já estavam com mais de 18 anos de idade.



É a escola, é a escola que é capaz de fazer a língua, o civismo, ensinar Geografia, ensinar História e tentar igualar oportunidades, porque um País onde não há igualdade de oportunidades não é uma Nação.

Então, a coesão vem da escola e, portanto, dos professores, e o rumo também, porque, daqui para frente, não tem rumo o País que não for capaz de conseguir, na economia, três coisas pelo menos: produtividade, competitividade e inventividade.

Isso passa pela Ciência e Tecnologia, mas Ciência e Tecnologia passa pela universidade e a universidade passa pelo ensino médio, que passa pelo ensino fundamental e que passa pela pré-escola. É a escola que é capaz de trazer coesão – sentirmos todos num só País – e rumo para que este País possa avançar em direção ao futuro. Estamos sem coesão e estamos sem rumo, claro, neste momento, mas vamos superar tudo isso. Vamos superar pelo trabalho de cada um de nós todos; mas vamos superar, sobretudo, quando tivermos uma escola que seja das melhores do mundo e o filho do mais pobre possa ter a mesma oportunidade que os filhos dos mais ricos, como já fizemos com o futebol, porque a bola é redonda para todos. Felizmente, os ricos brasileiros não tiveram a péssima ideia de dizer: pobre só joga com bola quadrada. Se tivessem feito isso, o Neymar não era hoje um dos homens com o maior salário no mundo. Foi a bola redonda que permitiu a todos nós aqui disputarmos com ele. E cada um de nós, com perna de pau, não tivemos o talento, ou não tivemos a persistência, ou não tivemos a vocação. Ele teve talento, persistência e vocação, porque teve igualdade de oportunidade no futebol, graças à bola redonda para todos.

Precisamos de escolas redondas para todos. E isso passa, sobretudo, por um professor muito bem remunerado para ser escolhido entre os melhores do Brasil, com muita formação na hora da seleção, com dedicação absoluta à atividade e com avaliações periódicas do desempenho, para poder justificar até o altíssimo salário que deve ter, como você disse no Japão.

Por isso estamos homenageando os construtores do Brasil. E eu agradeço a cada uma e a cada um de vocês que aqui estiveram. Um grande abraço e feliz Dia dos Professores, no próximo dia 15, a todos aqueles que escolheram essa missão de construir, os construtores do Brasil.

Um grande abraço para cada um e para cada uma! (*Palmas.*)

Está encerrada esta sessão.

(*Levanta-se a sessão às 13 horas e 39 minutos.*)



**Ata da 152^a Sessão, Não Deliberativa,
em 9 de outubro de 2017**

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura

Presidência dos Srs. Lindbergh Farias, Elmano Férrer e Armando Monteiro.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 11 minutos e encerra-se às 17 horas e 32 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Eu passo imediatamente a palavra para a primeira oradora inscrita, a Senadora Fátima Bezerra. V. Ex^a tem vinte minutos.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Lindbergh, que ora preside os trabalhos, Srs. Senadores, Senadoras, telespectadores, ouvintes da Rádio Senado, os que nos acompanham pelas redes sociais, eu ocupo a tribuna agora, neste exato momento, para falar de um episódio muito triste, muito trágico que aconteceu lá em Natal, capital do nosso Estado, na semana passada.

Em virtude desse episódio, dessa tragédia, desse infortúnio, no sábado, exatamente nesse último dia 7 de outubro, levei o meu abraço de solidariedade às 90 famílias do Assentamento 8 de Março, localizado lá no bairro Planalto, na capital do meu Estado Rio Grande do Norte, que estão desabrigadas após um incêndio de grandes proporções atingir suas moradias. Essa tragédia comoveu todos nós potiguares, e, ao mesmo tempo, fez o infortúnio de alguns motivar a caridade, a compaixão e a ajuda mútua de outros.

O Assentamento 8 de Março, localizado no bairro Planalto, abrigava, para se ter uma ideia, cerca de 250 famílias que aguardam, há mais de cinco anos, a liberação das unidades habitacionais do Condomínio Village da Prata, que é um empreendimento popular pertencente ao Minha Casa, Minha Vida. Conheço bem o Assentamento 8 de Março, porque, desde o início da ocupação, Senador Lindbergh, coordenada lá pelo MLB, tenho participado dessa luta pelo direito à moradia.

Pois bem, ocorre que, repito, 250 famílias aguardam há cinco anos a liberação das unidades habitacionais do Condomínio Village da Prata. Enquanto isso, os entraves burocráticos não permitiram, até o presente momento, que 448 famílias possam apropriar-se de um direito que já lhes foi concedido. Mais do que isso: que essas famílias que vivem em moradias precárias realizem o sonho da casa própria.

O empreendimento, repito, já está concluído. Aí fica exatamente a seguinte pergunta: o que falta, meu Deus, para que essas pessoas possam finalmente ter a garantia da cidadania e de uma moradia digna?

Hoje mesmo, conforme assumi o compromisso com a Coordenação do MLB e com as famílias desabrigadas, quando lá estive no sábado passado, no bairro Planalto, no Acampamento 8 de Março, e havia assumido o compromisso com eles de que, assim que chegasse a Brasília, nesta segunda-feira, iria bater às portas do Ministério das Cidades e cobrar do Ministro das Cidades, o Ministro Bruno Araújo, que seja dada toda agilidade à conclusão definitiva do empreendimento e que as famílias cadastradas sejam finalmente contempladas.

Ao mesmo tempo, fiz também contato hoje com o Superintendente da Caixa Econômica lá no meu Estado, o Sr. Carlos Araújo, solicitando exatamente informações sobre o andamento do contrato que viabilizou o Condomínio Village da Prata, que é o condomínio destinado a exatamente abrigar essas mais de 400 famílias que fazem parte do Assentamento 8 de Março.



Pois bem, Senador Lindbergh, o que o Superintendente da Caixa me colocou? Simplesmente o seguinte: que, dos oito empreendimentos que formam o Village da Prata, seis estão quase 100% concluídos, faltando somente pequenos detalhes.

Então, vou aqui repetir. O superintendente da Caixa Econômica nos informa que, dos oito empreendimentos, seis estão praticamente prontos, concluídos, faltando pequenos detalhes.

Segundo o Superintendente, há algumas demandas pendentes que não dizem respeito à Caixa Econômica, mas dizem respeito à prefeitura, como, por exemplo, a pavimentação que dá acesso à moradia, bem como também agilizar a conclusão de todo o processo de cadastramento.

Então, diante isso, em ofício ao Ministério das Cidades, o que é que nós estamos pedindo? Nós estamos pedindo, nós estamos solicitando que, em nome da dignidade dessas famílias, em nome do sofrimento dessas famílias – são mais de 90 famílias que perderam tudo e estão, inclusive, neste exato momento, em situações extremamente precárias, abrigadas na escola, etc. e tal –, repito, em nome da dignidade dessas famílias, do sofrimento que elas passaram, é que nós estamos fazendo um apelo ao Ministro das Cidades, que consideramos extremamente razoável, já que os empreendimentos – seis – estão concluídos, que ele autorize a Caixa Econômica a liberar o empreendimento para que as famílias que foram vítimas dessa tragédia do incêndio possam finalmente realizar o sonho que eles acalentam há décadas – só de acampamento são cinco anos – para que eles possam realizar o sonho e finalmente tomar posse daquilo que lhe é de direito, que é ter a sua casinha própria, o seu apartamento.

Eu espero, Senador Lindbergh, que esse apelo nosso seja, enfim, acatado pelo Ministro Bruno Araújo. V. Ex^a que já foi, inclusive, prefeito, acho que considera que é bastante razoável que, mesmo em que pese ainda a pavimentação não ter sido concluída, mas considerando essas circunstâncias, essa situação de excepcionalidade, que são essas famílias neste momento, enfim, nesta situação extremamente precária, abrigadas nas escolas, que possa, inclusive, a própria Caixa Econômica, o Ministério das Cidades chamar as prefeituras e essas instituições tomarem, de forma conjunta, todas as providências, repito, para que essa obra seja entregue o mais rápido possível às famílias que precisam, porque, mais do que nunca, mais do que nunca, elas precisam de um teto digno para abrigar suas famílias.

Por fim, Sr. Presidente, quero aqui ainda dizer que, quando da visita ao acampamento 8 de Março, neste último sábado, também estive com o Coordenador Estadual do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, o MLB, o companheiro Marcos Antônio, e pude testemunhar a esperança nos rostos de cada pai, jovem, pessoa que poderiam estar desoladas pela tragédia pela qual acabaram de passar.

Mas Marcos, inclusive, lembrava da nossa luta, da luta do nosso Partido, da luta dos nossos governos: governos Lula e Dilma, pelo direito à moradia. Luta essa, Senador Lindbergh, que resultou, inclusive, em uma conquista muito importante, que foi exatamente o nascimento do Minha Casa, Minha Vida, seguramente um dos maiores programas de inclusão social na área de habitação já implementado no País.

Quero aqui dizer que nós não perderemos a esperança e a capacidade de luta jamais. Mas queremos dizer também que o Programa Minha Casa, Minha Vida, do qual estamos falando aqui, tem sido um dos mais atingidos pelo Governo ilegítimo do Sr. Michel Temer. Até 2016, 3,3 milhões



de unidades habitacionais do Programa haviam sido entregues à população, mais de 4,5 milhões haviam sido contratadas, e mais de 12 milhões de pessoas haviam sido beneficiadas.

Entre 2010 e 2016, só para se ter uma ideia, foram entregues mais de 1.200 casas por dia. A meta de entregar mais dois milhões de moradias até 2018, do governo da Presidenta Dilma, foi simplesmente para a lata do lixo, abandonada por este Governo ilegítimo que está aí, diante dessa política de austeridade, de Emenda 95, que tirou os pobres do Orçamento, tirou, inclusive, dos pobres o direito à casa própria, à moradia digna. E por quê? Porque o Governo Temer simplesmente desidratou por completo os recursos destinados ao Minha Casa, Minha Vida.

Para se ter uma ideia, na contramão dos investimentos dos governos Lula e Dilma em programas sociais, Temer vem promovendo cortes profundos na área social e agora pretende zerar os recursos para habitação popular.

Em 2017, só para se ter uma ideia, apenas 9% dos valores previstos foram destinados ao programa, e a expectativa, para 2018, é zerar o repasse de recursos, segundo o Projeto de Lei Orçamentaria Anual (PLOA), 2018, enviado pelo governo à Câmara.

Vou repetir: agora, em 2017, do que estava previsto para o Minha Casa, Minha Vida, foi executado apenas 9%. E, para 2018, simplesmente zero de recursos destinados ao programa. Ou seja, de forma escandalosa, o Governo Temer promove cortes orçamentários sobre programas que auxiliam na geração de empregos, na melhoria da economia e da qualidade de vida do cidadão, revelando, assim, a faceta mais cruel da sua política econômica de arrocho. É descaso atrás de descaso, é retrocesso atrás de retrocesso.

Mas quero terminar dizendo aos companheiros e companheiras do MLB de Natal e de todo o Rio Grande do Norte que nós não desistiremos, que nós continuaremos cada vez mais nas ruas e neste Parlamento lutando contra as políticas criminosas deste Governo ilegítimo, que retirou o piso mínimo da educação, da saúde, que está matando o Minha Casa, Minha Vida. Repito: nada, nada nos fará desaninar da luta. Muito pelo contrário.

Por fim, às famílias do 8 de Março, mais uma vez o meu abraço afetuoso de solidariedade. Mais uma vez quero dizer a vocês que, conforme meu compromisso que assumi, estou aqui, na tribuna do Senado, fazendo aqui o registro, ao mesmo tempo em que já encaminhei ofício ao Ministro das Cidades fazendo o apelo para que, repito, em nome do respeito e em nome da dignidade dessas famílias, que estão desabrigadas em função da tragédia que se abateu sobre eles nesta última semana, pelo amor de Deus, deixem os entraves burocráticos de lado, e Governo Federal, Prefeitura de Natal e Caixa Econômica se unam para que a liberação seja dada, o Ministro das Cidades autorize e os seis empreendimentos que já estão prontos sejam destinados imediatamente às famílias que estão neste momento nessa situação de muito sofrimento.

É esse o nosso apelo, é essa a nossa cobrança ao Ministério das Cidades.

(Durante o discurso da Srª Fátima Bezerra, o Sr. Lindbergh Farias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a e, antes de conceder a palavra ao nobre Senador Lindbergh Farias, do PT do Rio de Janeiro, esta Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a Mesa que, nos termos do art. 241 do



Regimento Interno, vai à publicação no Diário Oficial deste Senado da República. (**Vide parte II do Sumário**)

Outro expediente foi encaminhado ao Presidente Eunício Oliveira nos seguintes termos:

Sirvo-me desta para comunicar a V. Ex^a a minha filiação ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, conforme atesta em anexo a Ficha de Filiação, abonada por S. Ex^{as}, o Senador Tasso Jereissati, Presidente da Agremiação e o Governador de São Paulo Geraldo Alckmin. Solicito sejam procedidas as alterações devidas nos registros desta Casa.

Assinado, Senador Roberto Rocha, PSDB do Estado do Maranhão. (**Vide item 4.1.1 do sumário**)

Será atendido conforme dispositivo do Regimento Interno desta Casa.

Com a palavra o nobre Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este final de semana, no Rio de Janeiro, eu estive em Angra dos Reis no sábado, num amplo movimento em defesa dos empregos da indústria naval. Uma frente suprapartidária: estavam lá o Deputado Federal Luiz Sérgio do PT; o Prefeito de Angra dos Reis, Fernando Jordão, que é do PMDB; Deputado Gilberto Carvalho; Deputado Waldeck Carneiro; a Presidente do Sindicato, uma mulher, Cristiane; Manoelzinho e várias lideranças da cidade e de igrejas, para defender os empregos.

Na verdade, o Estaleiro Brasfels já chegou a ter doze mil trabalhadores. Está com 2.800. Mas qual é a preocupação, Senador Elmano Férrer? É que uma plataforma agora está para ser concluída. Sendo concluída em janeiro, o estaleiro pode fechar. E a preocupação que nós temos é que lá, objetivamente, existem quatro sondas que já começaram a ser construídas. Uma que está no começo, tem projeto, se iniciou; uma tem 45% já de construção feita; outra com algo em torno de 74% e uma sonda com 95%.

Então, nós queremos fazer um grande esforço. Eu quero conversar com o Ministro de Minas e Energia Fernando Bezerra Filho, para dizer que não se justifica deixar essas obras lá, sendo tomadas pela ferrugem. Nós temos que retomar aquilo e isso vai ser importantíssimo para gerar empregos novamente naquela região.

Eu chamo a atenção, Senador Elmano Férrer, porque esse assunto está diretamente ligado à crise que vive o Rio de Janeiro. E eu quero hoje fazer um pronunciamento todo em cima da crise do Rio de Janeiro.

Esse caso aqui é um caso emblemático. Na verdade, o primeiro ponto para a saída da crise é a retomada das obras paradas. Essas quatro sondas lá no Brasfels, em Angra dos Reis, têm que ser reiniciadas imediatamente e outros projetos que também estão parados no Rio de Janeiro. No Estaleiro Mauá, que chegou a ter 6 mil trabalhadores, há apenas 200 trabalhadores. Lá há três navios completamente parados, dois com mais de 90% construídos, que estão enferrujando. É triste ir lá e ver aquilo. Havia 6 mil trabalhadores. Outro estaleiro em Niterói tinha 3,5 mil trabalhadores, fechou-se. O Eisa, da Ilha, mais 3,5 mil trabalhadores, fechou-se.

Aqui são várias questões que estão em jogo. Primeiro, uma discussão. No caso do Brasfels, em Angra dos Reis, ali era a empresa Sete Brasil, com envolvimento na Lava Jato, só que quem pagou tem que ser preso, as obras não podem parar. Tem que se achar uma saída para esse ponto. No Estaleiro Mauá, a mesma coisa. Eu estou falando aqui de grandes empreendimentos. Estou falando



também do Comperj, que está completamente paralisado, uma obra daquela. E a Petrobras, no seu Plano de Negócios de 2017 a 2021, não tem a retomada das obras do Comperj. A retomada dessas obras, então, é fundamental para tirar o Rio de Janeiro dessa crise econômica.

Agora é onde entra o ponto central. Neste Brasil, foi construída uma política que se chamou de política de conteúdo local, também chamada de política de conteúdo nacional. O Presidente Lula, quando assumiu a Presidência da República em janeiro de 2003, disse o seguinte: "Chega, chega de fazermos navios, plataformas, sondas fora do País. Vamos ter que fazer aqui, no Brasil." A indústria naval estava completamente morta no Brasil. Nos anos 90, no governo do Fernando Henrique Cardoso, os estaleiros estavam todos fechados, e o Presidente Lula coloca essa política de conteúdo local. Chegamos a ter 84 mil empregos diretos no Brasil, só diretos, na indústria naval; no Rio de Janeiro, 30 mil empregos. A indústria naval é para o Rio de Janeiro o que a indústria automobilística é para São Paulo. Trinta mil empregos!

Pois bem, o Governo de Michel Temer reduz tanto os percentuais da política de conteúdo local que você está pagando apenas com serviços. As grandes empresas de petróleo não são mais obrigadas a investir aqui, no País. É um escândalo, um absurdo, no meio de uma crise econômica dessa monta, se acabar com a política de conteúdo local. E o meu Estado, o Estado do Rio de Janeiro, é que paga a maior conta disso, Senador Elmano Férrer. Não há jeito. O Rio de Janeiro não se recupera sem voltarmos à política de conteúdo local. Volto a dizer, a indústria naval é para o Rio o que a indústria automobilística é para São Paulo. São milhares de empregos não só na fabricação de navios dos grandes estaleiros, de plataformas, de sondas, são mais de mil empresas ligadas à cadeia de petróleo e gás.

E pior: há uma medida provisória, a 795, do Repetro, que estende o Repetro até 2040, mas faz modificações no Repetro, zerando o Imposto de Importação para produtos da cadeia de petróleo e gás. Agora é que vai acabar tudo mesmo aqui, no Brasil! Se você zera o Imposto de Importação, está dizendo o quê? Comprem lá fora, comprem fora do País! É um estímulo à geração de empregos fora do País, é uma loucura concreta.

Mas chamo a atenção aqui: o Rio de Janeiro não tem como sair dessa crise, se nós não voltarmos com a política de conteúdo local. Eu tenho um projeto que restabelece os índices que existiam nos governos Lula e Dilma, para tentar salvar a indústria naval do Rio de Janeiro e do Brasil.

Mas há mais, Sr. Presidente: a Petrobras investia 1,9% do PIB; puxava a economia do País, mas, em especial, a do meu Estado, o Rio de Janeiro. A política da Petrobras agora é a de desinvestimento. Já falei aqui: pararam – e não deram explicações a ninguém – as obras do Comperj; estão apodrecendo. Tanto dinheiro gasto ali, e estão fazendo uma política de privatização e desinvestimento.

Agora, na semana passado, o Pedro Parente anuncia que vão vender a BR Distribuidora, que é extremamente lucrativa, que é a bandeira da Petrobras espalhada por todo o País. É uma loucura.

Estão entregando campos do pré-sal. Venderam Carcará por 2,5 bilhões, entregaram à Statoil norueguesa. E não está investindo mais: de 1,9% do PIB a Petrobras reduziu investimentos para 0,8% do PIB. O Rio de Janeiro, novamente, é extremamente afetado.

Então, Senador Elmano Férrer, o Rio de Janeiro enfrentou enormes problemas. A gente sabe o tamanho da corrupção que está aí desvendada nos governos do PMDB no Rio de Janeiro; a gente



sabe que houve uma farra de isenções fiscais no Rio de Janeiro. Agora, quando a gente olha para frente, sobre como fazer para tirar o Rio desse buraco, quero primeiro dizer que a Petrobras tem um papel decisivo. Com essa política aí, o Rio de Janeiro não sai dessa crise. Segundo ponto, nós temos que voltar com a política de conteúdo local; terceiro ponto, o Rio de Janeiro não consegue sair dessa crise, Sr. Presidente, sem estar articulado a um projeto de desenvolvimento nacional. Sozinho não sai. Eu fico vendo esse Governo Temer, não existe Rio de Janeiro para o Temer; não existe. Não existe um aporte significativo de recursos.

Eu vou falar e ler depois: esse programa de recuperação fiscal é um engodo, joga a conta de tudo nos funcionários públicos, nos aposentados e amplia a visão de austeridade. E é isso que quero falar, porque a crise do Rio está muito vinculada com a crise nacional também. Na verdade, a recessão econômica bateu mais fortemente no Rio de Janeiro. Os números sobre desemprego são impressionantes. Em 2014, o desemprego era de 400 mil trabalhadores; subiu para 1,3 milhão o número de desempregados, uma subida sem comparação no País. Onde o desemprego está mais alto, onde cresceu mais foi no Rio de Janeiro.

Então, veja bem, não há como o Rio sair dessa crise com esse plano de austeridade fiscal. É um plano de austeridade fiscal consagrado na Emenda Constitucional do Teto dos Gastos, aqui em Brasília, no arrocho, na austeridade no Estado e nos Municípios. É preciso o contrário: um programa de investimentos públicos para tirar o Rio de Janeiro dessa crise.

Eu tenho conversado com vários economistas no Rio de Janeiro. Trabalha comigo o Prof. João Sicsú. Temos grandes estudiosos no Rio de Janeiro, como o Prof. Mauro Osório e o Bruno, que é da Uerj. O Prof. João Sicsú está rascunhando ainda para discutir na sociedade. Mas um programa de investimentos públicos que, nesses próximos quatro anos, coloque algo em torno de 12 a 20 bilhões no Rio de Janeiro para obras de infraestrutura, de moradia, de transporte público, de saneamento. Um pacote de investimentos dessa monta levanta o Rio de Janeiro.

Eu tenho dito sempre que a inspiração é em Roosevelt, no New Deal. É necessário um New Deal para o Rio de Janeiro: um conjunto de políticas articuladas que façam o Rio de Janeiro retomar o crescimento econômico, gerar empregos. O Rio não sai dessa situação se não houver esse aporte pelo Governo Federal – 12 a 20 bi em quatro anos é possível, é fundamental; é um Estado importantíssimo – e a mudança da política da Petrobras. Isso aqui é decisivo.

Você veja: a frustração de receitas do Rio de ICMS é impressionante. Houve uma redução, de 2014 para 2015, de 13,4%. Para os senhores terem uma ideia, em 2014 a arrecadação de ICMS era 34,9 bi. Caiu, em 2015, para 23,6 bi. Olha só a queda! Uma queda de algo em torno de 12 bilhões. Cai, em 2016, para 22 bi. Uma queda gigantesca. Caem também as receitas do petróleo. Para isso aqui só tem um jeito. Só se recupera essa receita do ICMS com a economia voltando a crescer. Por isso, eu falo que um pacote de investimentos públicos por parte do Governo Federal é fundamental.

Eu tenho conversado com o Presidente Lula sobre isso. A ideia é que o Presidente Lula apresente esse programa de um plano integrado que fale da mudança na Petrobras, da volta da política de conteúdo local e de uma política antiausteridade, uma política fiscal anticíclica para o Estado reagir. O Presidente Lula está animado com essa ideia porque ele sabe que, num momento como este, se não for o Estado investindo, não tem jeito.

É claro que existem outras questões em jogo. Quando a gente vai discutir a situação do Rio de Janeiro, há problemas estruturais. O Rio de Janeiro, Senador Elmano Férrer, é o segundo Estado que



mais perde com a Lei Kandir. Vários Estados perdem – o Pará perde, Minas Gerais perde. É uma lei que, sinceramente... Pela Lei Kandir, você dá isenção de impostos para a exportação de produtos primários e semielaborados. A lógica do Brasil devia ser outra. Devia ser tentar industrializar, agregar valor aos produtos. Não. Zera em tributação de imposto de exportação.

O Rio de Janeiro é o segundo mais prejudicado; perde, segundo estudos da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, ligada à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará, algo em torno de 60 bilhões, de 1997 a 2016. Então, esse é um problema estrutural. Existe outro problema estrutural: na Constituinte, infelizmente, cobra-se ICMS na origem em tudo, mas na energia, no petróleo, cobra-se ICMS no destino. O Rio de Janeiro perde algo em torno de 8 bilhões por ano com isso.

Eu sou autor de uma PEC, mas não consegui atingir, por motivos óbvios, Senador Elmano Férrer, nem as assinaturas necessárias para apresentar essa PEC, haja vista que é um debate sobre a questão federativa e a maior parte dos Estados não aceita, mas a nossa ideia, o que nós defendemos no Rio de Janeiro, é que o ICMS do petróleo seja cobrado na origem, como acontece com tudo.

Há um outro ponto, o Fundo de Participação dos Estados. O Rio de Janeiro é o Estado que mais perde na distribuição do FPE. O senhor sabe, Senador Elmano Férrer, que eu fiz um livro sobre *royalties* do petróleo e fui estudar essa questão tributária no País. Existia um Código Tributário Nacional, de 1966, que colocava regras bem objetivas para a distribuição do Fundo de Participação dos Estados. Eram regras que diziam o seguinte: 5% proporcional à superfície de cada Estado; 95% proporcional ao coeficiente individual de participação, que é resultante do produto do fator representativo da população – o tamanho, o número de habitantes dividido pelo inverso da renda *per capita*. Ou seja, quanto mais pobre o Estado, mais receberia.

Só que depois da Constituição, em 1989, foi feita pelo Congresso Nacional uma regulamentação da Constituição e foi estabelecida uma nova regra pelo FPE, que não foi feita em cima de nenhum critério objetivo. Foi um escândalo, feito em 1989. E é importante dizer: o Rio de Janeiro perdeu muito, ou seja, a distribuição do Fundo de Participação dos Estados hoje não obedece a nenhum critério técnico, foi um acordo político que prejudicou muito o Rio de Janeiro. Eu não sei os detalhes. Na época o Governador do Estado era Moreira Franco, mas o Rio foi muito prejudicado.

O que aconteceu de lá para cá? O Supremo Tribunal Federal decidiu que era inconstitucional aquela distribuição do FPE e pediu para o Congresso Nacional fazer uma nova legislação sobre o tema, e, até agora, o Congresso Nacional não fez uma nova legislação sobre o Fundo de Participação dos Estados. Na decisão do Ministro Gilmar Mendes, ele coloca lá de forma muito clara que o próprio Relator reconheceu que foi uma distribuição em cima de critérios políticos. Então, a gente precisa, no Rio de Janeiro, claramente, neste momento, que este Congresso Nacional revise a distribuição de recursos pelo Fundo de Participação dos Estados.

Há um outro problema que atinge o Rio de Janeiro, o Fundo de Participação dos Municípios. Você tem uma distribuição que privilegia os pequenos Municípios e você tem um valor máximo que é distribuído para os de até 140 mil habitantes. Então, independentemente de o Município ter 800 mil ou 150 mil, ele recebe o mesmo. Isso cria uma grande distorção que prejudica o Rio, porque o Rio tem grandes Municípios: São Gonçalo, com quase 1 milhão de habitantes; Nova Iguaçu, com 800 mil; Caxias, com 800 mil; São João de Meriti, que tem algo em torno de 500 mil; Belford Roxo também.



Esses Municípios têm a menor arrecadação *per capita* de FPM do País. Então, há vários fatores estruturais que dificultam a situação financeira, a situação fiscal do Rio de Janeiro.

Eu queria aqui, então, voltar ao tema das propostas. Eu já falei de uma política fiscal anticíclica, um programa do Governo Federal que auxilie a reconstrução do Rio de Janeiro com investimentos fortes, tanto investimentos públicos quanto investimentos sociais.

Aqui vale um registro: o Programa Renda Melhor, que era um programa do Governo do Estado, uma espécie de Bolsa Família estadual, que atingia as pessoas mais pobres do Estado do Rio de Janeiro, foi suspenso por falta de recursos. É necessário que o Governo do Estado socorra essas pessoas, porque aquele dinheiro era como Lula sempre fala, era colocar dinheiro na mão dos pobres. Aquilo estimula a economia. Então, é necessária uma política fiscal anticíclica, investimentos em infraestrutura...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... aumento de investimentos sociais.

Já falei da Petrobras, da política de conteúdo local. Falei da Lei Kandir. Falei do ICMS de petróleo cobrado na origem. Falei do Fundo de Participação dos Estados.

Há necessidade também, Sr. Presidente, no caso do Rio de Janeiro, de fazer uma tributação mais progressiva, que cobre dos mais ricos; tributação de grandes fortunas; tributação de heranças, infelizmente grandes heranças. Estou falando aqui dos multimilionários. Pagam sabe o quê? Pagam 4,5%. Projeto de resolução do Senado permite 8. Acho que tínhamos que aumentar. Estou falando de grandes heranças. Sabe quanto é na França? Quarenta. Nos Estados Unidos, 50. Na Inglaterra, 60. E aqui estamos cobrando 4,5%. Cobrar IPVA sobre jatinhos, iates. Porque aqui no Brasil, quando você compra um carro, que pode ser um carro mil, você paga IPVA; quem compra um jatinho, um iate, uma lancha não paga IPVA! Não paga IPVA. Então, esse ponto da tributação progressiva é muito importante, mas acho também que nós temos que revisar as condicionalidades desse acordo fiscal da União com o Estado do Rio de Janeiro, um acordo que prevê privatizações, suspensão de concursos públicos, de reajustes salariais, penalização dos aposentados.

Há outro ponto: aumentar a produtividade da cobrança da dívida ativa estadual. Infelizmente, o Rio de Janeiro cobra menos de 1% do estoque da dívida ativa; não tem uma estrutura fazendária para fazer isso. É fundamental! Há uma dívida gigantesca. São grandes devedores, conhecidos. Os maiores devedores são Petrobras, CSN, Nextel, Carrefour e Light, mas não há estrutura nem para cobrar.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Por fim, Sr. Presidente, é revisão completa dessa política de isenção fiscal irresponsável que foi construída pelo Governo de Sérgio Cabral e do PMDB.

Sr. Presidente, antes de concluir, muito rapidamente quero dizer que haverá, agora à tarde, às 18h, uma assembleia chamada pelo Sindicato dos Metalúrgicos na cidade de Volta Redonda.

Quanto a trabalhadores da CSN que trabalhavam em turno de seis horas, agora a CSN quer que trabalhem em turno de oito horas. Primeiro, uma preocupação: que isso aqui garanta as condições para a empresa demitir trabalhadores lá na frente. Se estão aumentando o turno para oito,



isso pode acontecer. Segundo, até agora não falaram em aumento de salário. Eles querem aumentar a jornada de seis para oito, sem que haja aumento de salário?

Então, eu quero trazer aqui a minha solidariedade aos trabalhadores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... de Volta Redonda, da Companhia Siderúrgica Nacional, que têm que resistir a essa medida que foi tomada depois de uma reforma trabalhista deste Governo do Temer, que veio só para penalizar trabalhador.

O que está acontecendo aqui no Brasil é o seguinte: é ataque aos trabalhadores e privilégios para os mais ricos, para as grandes empresas. Este Governo está dando isenção para tudo que é empresa, para sistema financeiro, para os bancos, e está apertando os trabalhadores.

Então, eu quero mandar um abraço ao Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, ao Sílvio, ao Carlos Santana, ao pessoal de lá, que está resistindo contra esse aumento da jornada de seis horas para oito horas.

Por fim, para finalizar, pedindo a compreensão do Presidente Senador Elmano Férrer, do Senador Alvaro Dias, do Senador Reguffe, quero só dizer que o jornal *Valor Econômico* de hoje traz números sobre programas sociais, com corte de até 96% em quatro anos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quanto ao Minha Casa, Minha Vida, eu tenho denunciado aqui, Senador Elmano Férrer, o que vai acontecer no Orçamento de 2018, com essa emenda constitucional do teto dos gastos. Nós vamos, na verdade, inviabilizar o funcionamento dos serviços públicos.

Mas esses são números de 2017. O Minha Casa, Minha Vida... Os pagamentos que chegaram em 2015 a R\$20 bilhões estão agora com R\$1,8 bilhão. Olhem o tamanho do corte!

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar teve um corte de 91%. Estão gastando só R\$41 milhões.

O Luz para Todos teve um recuo de 79%.

E eu fico vendo: o Bolsa Família, em 2014, teve um investimento de R\$26 bilhões; agora está R\$18 bilhões.

E o Temer ainda teve a cara de pau de dizer que não tinha dinheiro para reajustar o Bolsa Família. Está gastando bilhões para tentar salvar seu mandato...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... comprando Parlamentares, dando isenção para as grandes empresas.

Farmácia popular. Fecharam as farmácias populares.

Bolsa Atleta: de R\$123 milhões, caiu para R\$4 milhões.

O Bolsa Verde, que é feito para proteger o nosso meio ambiente, caiu de R\$83 milhões para R\$40 milhões.

É uma destruição gigantesca.



Eu encerro, agradecendo ao Senador Elmano Férrer, que me deu mais tempo, e dizendo que nós vamos trabalhar cada vez com mais afinco por uma proposta concreta, juntando um projeto do Estado do Rio de Janeiro com um projeto nacional, para tirar o Rio de Janeiro dessa situação de crise econômica e de paralisação dos serviços públicos, porque a saúde pública, a segurança pública, tudo está sendo profundamente afetado por esse descaso com o Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a.

Pela ordem de oradores inscritos, convido o nobre Senador Alvaro Dias, do Podemos do Paraná.

Por sinal, o nobre Senador, há uma semana, fez uma visita ao nosso Estado do Piauí, a Teresina, e à cidade de Parnaíba, onde foi bem acolhido, não só nessas cidades, mas no nosso querido Estado do Piauí.

Sempre será bem-vindo ao nosso Estado, nobre Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Elmano Férrer.

Quero agradecer a acolhida que V. Ex^a nos proporcionou, comparecendo ao evento organizado pelo Deputado Silas Freire, do Podemos. V. Ex^a nos honrou com a sua presença, com a elegância de sempre, com a cortesia, e certamente nós nos sentimos muito bem recebidos pelo seu povo do Piauí, exatamente pela representação que V. Ex^a exerce, com muita dignidade, nesta Casa do Congresso Nacional. Muito obrigado, Senador.

Hoje devo fazer abordagem também sobre uma passagem pelo Mato Grosso. Mas, antes, eu necessito dizer, Sr. Presidente, que, diante do fato divulgado recentemente, sobre uma movimentação do Governo relativamente ao Centro de Lançamentos de Alcântara, já que matéria publicada na página do Ministério da Defesa dá conta de que os Estados Unidos, a França, a Rússia e Israel manifestaram interesse em formalizar parceria com o Brasil, para a utilização do Centro de Lançamentos de Alcântara, no Estado do Maranhão. Obviamente, o Ministro Raul Jungmann tem a exata noção da importância de conduzir esses entendimentos colocando à frente, sempre, a soberania nacional. Esse é um setor estratégico, que diz respeito à segurança e que deve fazer com que a autoridade governamental tenha, como prioridade absoluta, o respeito à soberania nacional.

Mas trago esse assunto, Sr. Presidente, porque, no ano de 2015, protocolei requerimento de informações que até hoje não foi votado nesta Casa. Esse requerimento pedia ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria minuciosa na aplicação e no aproveitamento dos recursos orçamentários alocados para a implantação do sítio de lançamento do foguete Ciclone, no Centro de Lançamentos de Alcântara – um acordo Brasil-Ucrânia – e a participação da União no capital dessa empresa.

Por que fizemos essa solicitação, Sr. Presidente? Porque dados obtidos informam que a implantação do sítio de lançamento do foguete e a participação da União no capital da empresa custaram aos contribuintes brasileiros o valor de R\$464.812.451,57. E é certo, Sr. Presidente, que as obras não foram concluídas. As obras não foram concluídas, o foguete não foi lançado, o Governo brasileiro extinguiu o tratado com a Ucrânia, e os contribuintes brasileiros, que, de fato, pagaram a conta, não têm sequer informação a respeito dos resultados práticos do tratado, nem se foi proveitoso esse investimento de R\$464 milhões.



É evidente que, de antemão, nós temos que afirmar que não foi proveitoso esse investimento de R\$464 milhões. Se as obras não foram realizadas, se o foguete não foi lançado e se o Governo, hoje, busca entendimentos com outros países, pressupondo que houve, portanto, a extinção daquele acordo bilateral com a Ucrânia, é óbvio constatar que esses recursos não foram bem aproveitados. São recursos desperdiçados, como tantos outros bilhões de reais atirados pela janela da irresponsabilidade administrativa, da incompetência e da corrupção, certamente.

Ora, é preciso sempre repetir que dinheiro nas mãos dos últimos governos sempre foi vendaval, e, neste caso, o Maranhão deve ter sofrido um abalo sísmico, em razão desse vendaval que levou R\$464 milhões para os ares deste País. Por que requerimento dessa natureza fica dormindo nas gavetas do Senado desde 2015, impedindo que se tenham esclarecimentos sobre a aplicação de recursos públicos é uma pergunta que não pode faltar.

Portanto, Sr. Presidente, eu, particularmente, confio no Ministro Raul Jungmann. Creio ser ele uma espécie de exceção. Temos algumas outras, mas certamente ele é uma das exceções do atual Governo, em razão da sua postura, do seu comportamento. Raul Jungmann é um Ministro que realmente merece a nossa simpatia e a nossa consideração. Por isso, eu confio que, especialmente no que diz respeito à soberania do Brasil, nas tratativas que deverão advir do interesse desses países por esse projeto de Alcântara, eu não tenho dúvida de que, na dependência do comportamento do Ministro Raul Jungmann, nossa soberania estará assegurada.

Sr. Presidente, eu passei pelo Mato Grosso na última quinta-feira à noite, acompanhando o Senador José Medeiros, Líder do nosso Partido naquele Estado, e ficamos, no dia seguinte, na sexta-feira, concluindo a nossa trajetória naquele Estado, em reunião com as lideranças do setor produtivo do Mato Grosso. E é este o destaque: Mato Grosso é, seguramente, um dos Estados mais promissores do Brasil. É o celeiro nacional, líder na produção de grãos, grande exportador. Pela situação geográfica, pelas características e, sobretudo, pela competência dos produtores rurais daquele Estado, oriundo de vários Estados do País, especialmente do Sul.

Um Estado promissor, repito, competente e que, obviamente, deve chamar a atenção dos governantes brasileiros. Produz, como já afirmei, e lidera o *ranking* dos Estados brasileiros na produção de grãos. É grande exportador de produtos primários e preserva, Sr. Presidente, 62% do seu território.

Quando afirmam que produtores rurais são depredadores, a resposta está nos números. Um Estado extremamente produtivo, gerador de riquezas, exportador de produtos primários, com 62% do seu território preservado ambientalmente. Este é, portanto, um exemplo de Estado, que está a merecer a atenção governamental.

Os governantes brasileiros dos últimos tempos são excessivamente urbanos, não colocam o pé no chão fértil do interior deste País, para conhecer e reconhecer a importância da produção agrícola e o valor dos trabalhadores do campo.

A força deste País vem do campo. Basta verificar os números. Nos últimos 25 anos, a agricultura brasileira ou o agronegócio foi responsável pelo superávit de mais de US\$300 bilhões na nossa balança comercial. Por quê? Porque tivemos um déficit de mais de US\$500 bilhões nos demais setores da nossa economia. Não fosse o agronegócio alcançar mais de US\$900 bilhões de exportação, nesses 25 anos, nós teríamos uma balança comercial deficitária. O nosso superávit, Presidente Elmano, ultrapassa US\$300 bilhões nesses 25 anos.



A competência está instalada no campo. Além porteira, ao contrário, há incompetência, descaso e irresponsabilidade administrativa, porque há ausência de logística suficiente para dar sustentação a esta força que vem do campo. As estradas esburacadas, o transporte dificultado, ferrovias insuficientes, a infraestrutura rodoviária vivendo o caos que hoje conhecemos no País, os portos distantes da produção... Isso tudo, além de outras questões: dificuldades no plantio... Os recursos não são suficientes. Duzentos bilhões colocados à disposição do Plano Safra, para este ano, segundo lideranças do setor rural, não são suficientes e, muitas vezes, não chegam ao destino com a eficiência, a agilidade e a celeridade necessárias.

Na hora da comercialização, quando o produto chega ao porto, nós já perdemos em torno de 13% do que foi colhido, em razão de todas essas dificuldades. E a ausência de armazenagem obriga produtores rurais a venderem muitas vezes na baixa, porque não há onde guardar os produtos.

O déficit de armazenagem é antigo e cresce. Não há um programa governamental de estímulo à construção de armazéns no País. Não fosse a competência das nossas cooperativas, certamente essa situação seria ainda mais dramática.

Mas há outras questões. Eu colocaria como prioridade a questão tributária. Em razão do nosso modelo tributário atrasado – eu diria – nós temos que competir com países do Primeiro Mundo, com um sistema tributário moderno. E o nosso sistema tributário é do Terceiro Mundo, ou se houver quarto mundo, quinto mundo, quem sabe temos que empurrar ainda para esse espaço? Então, é uma desvantagem.

Se os nossos produtores são os mais competentes do mundo no campo, na terra, na hora de produzir, eles levam desvantagem na competição exacerbada que se estabelece com os seus concorrentes, em razão inicialmente do modelo tributário, que nos proporciona enorme desvantagem, que acumula problemas até hoje insanáveis. Obviamente, temos que considerar que as nações ricas, possuídas pelo egoísmo injustificável em relação a países emergentes, como o nosso, praticam as chamadas barreiras alfandegárias ou não alfandegárias, que certamente reduzem o lucro da produção nacional. Se tivéssemos uma autoridade presidencial capaz de convencer os países do Primeiro Mundo de que países emergentes como o nosso não podem ser contidos na sua vocação de progresso, porque inclusive são interessantes para países do Primeiro Mundo como mercado, no estabelecimento dessa relação comercial de via dupla no que diz respeito ao interesse nacional, certamente nós teríamos uma agricultura ainda mais rica e um País mais próspero.

O que vale, Sr. Presidente, é que há esperança de futuro em relação ao agronegócio brasileiro, porque, em que pese o fato de os governos serem descuidados em relação ao setor primário, o que há é esperança de prosperidade, porque até aqui, nos últimos anos, desde que a China se inseriu na economia mundial, os chineses melhoraram o padrão de vida e passaram a consumir mais, a comer, inclusive, mais e melhor. E tiveram que importar muito mais. O Brasil vem ganhando muito com isso – é um dos grandes exportadores para o povo chinês. E a China não para por aí. Certamente, esse país populoso vai necessitar de importações por mais dez, vinte anos, trinta anos, quem sabe.

Além da China, logo em seguida, vem a Índia, que também evolui e cresce economicamente, melhora a qualidade de vida da sua população, o que fará com que importe mais, e aí nós teremos, portanto, 30, 40, 50 anos de prosperidade, se nós explorarmos com competência a força que vem do campo, o agronegócio brasileiro. Tudo isso está acontecendo, em que pese o fato de não explorarmos cerca de 40%. Exclua a Amazônia, que é esse patrimônio, esse santuário ecológico universal.



Excluindo a Amazônia, nós temos ainda 40% da área agricultável brasileira não explorada, portanto temos ainda um potencial de crescimento extremamente significativo.

É preciso, portanto, destacar a importância do agronegócio para o futuro do Brasil. Veja que os produtores nacionais são preservacionistas, sim. Eu não entendo como alguém possa suspeitar sobre o comportamento de produtores rurais no Brasil, se são eles os mais preparados para destacar a importância da preservação ambiental, em razão da necessidade de preservar o solo rico e fértil que, eventualmente, é patrimônio privado individual, mas que, necessariamente, é um patrimônio da humanidade que deve ser preservado e conservado rico e fértil para ser repassado às gerações futuras, que dele arrancarão também a sua sobrevivência.

É por essa razão que nós destacamos o produtor rural como o brasileiro preservacionista, e não depredador, como querem alguns. Veja que patrimônio temos nós no Brasil, que precisa ser destacado, valorizado e tem que ter a repercussão internacional necessária no momento em que o aquecimento global leva as nações...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – ... a uma preocupação cada vez maior em razão dos terremotos, do avanço do mar, das intempéries que ocorrem, sacudindo nações e elevando o nível de preocupação de todos os seres humanos mundo afora, destacando a necessidade da preservação ambiental como faz o Brasil, ao contrário de outras nações que devastaram as suas florestas e comprometeram os seus rios e lagos, poluindo-os, ao contrário do que exigem de todos nós no Brasil, já que a exigência internacional de preservação aqui está presente e cada vez mais virulenta.

O mundo não teria que pagar por isso tudo? Nós temos 13% da água potável do mundo aqui, no Brasil; 12 mil rios cortam o solo nacional. Só a Bacia Amazônica tem 6 milhões de quilômetros quadrados. Portanto essa é uma riqueza que torna o nosso País próspero, lamentavelmente mal governado e indiscutivelmente desgovernado, abrindo portas oficiais da Administração Pública para a corrupção, como nunca se viu na história desta Nação, mas que haverá de se reerguer pela grandeza do seu povo e pelas suas riquezas naturais indiscutíveis.

Ao final, obrigado ao Mato Grosso pela acolhida e os cumprimentos aos trabalhadores do Mato Grosso, que constroem um grande Estado, que é um exemplo para o nosso País.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço as palavras de V.Ex^a e, para falar pela Liderança do PCdoB, convido a nobre Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, companheiros e companheiras.

Sr. Presidente, como todas as vezes que eu ocupo a tribuna e – tenho repetido também, lamento muito por isso, mas lamento muitíssimo –, não gostaria de estar desenvolvendo a atividade que agora desenvolvo, muito menos tratando desse assunto. Mas me obrigo, Sr. Presidente, porque eu me



determinei, desde o momento em que essa carta de Michel Temer foi divulgada aqui no Senado Federal e serviu como amparo para a decisão da maioria dos Senadores e Senadoras, sobretudo daqueles que dão apoio e formam a base de sustentação do Governo de Michel Temer, desde essa hora em que essa carta, assinada por Michel Temer, aqui chegou e que foi aceita e assinada por Senadores líderes do Governo nesta Casa, para começar do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, os Presidentes da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Assuntos Sociais.

Vejam, o que dizia Michel Temer aqui na carta? Que através de vetos e da edição de uma medida provisória, ele agregaria as contribuições e realizaria os ajustes sugeridos durante todo o debate travado no Senado Federal. Está aqui. Os ajustes que têm que ser feitos dizem respeito aos pontos da reforma trabalhista do trabalho intermitente, da jornada 12 por 36, salvaguarda à participação sindical na negociação coletiva, a questão das gestantes e lactantes — e só lembrando, essa reforma trabalhista simplesmente permite que mulheres gestantes e lactantes, ou seja, as que amamentam seus filhos, possam trabalhar em lugares insalubres —, insalubridade e negociação coletiva, o dano extrapatrimonial, que é um absurdo, uma inconstitucionalidade completa, porque no dano extrapatrimonial, a indenização por qualquer problema vivido dentro de uma empresa será diferenciada de acordo com o valor do salário de quem sofreu aquele dano, o que é um absurdo. Se o dano é igual, as pessoas serão diferenciadas pelo valor do salário que recebem. Inadmissível.

Também há a questão do autônomo e do trabalho exclusivo do autônomo, Sr. Presidente. Quero dizer, relembrar que a oportunidade dos vetos já não existe mais, uma vez que Michel Temer sancionou a medida provisória transformada em lei, convertida em lei, sem um veto sequer. Então, hoje se estão completando 88 dias que Michel Temer não cumpre a sua promessa perante esta Casa Legislativa, o Senado Federal, a sua base de apoio e o Brasil como um todo.

Estamos em outubro. Para o mês que vem está prevista a entrada em vigor da lei — que antes, bem antes da entrada em vigor da lei, a medida provisória precisa chegar e precisamos reabrir, retomar o debate sobre a reforma trabalhista, mesmo porque todos os noticiários dão conta, através de estudos, de análises, de dados estatísticos, que nunca cresceu tanto o trabalho informal no Brasil como agora. Dizem que, de dez novos postos de trabalho abertos, sete são precarizados. Mas é essa a base da reforma trabalhista. A base da reforma trabalhista não é modernizar as relações de trabalho. E eu concordo, acho que as relações de trabalho têm que ser modernizadas, mas não é para isso.

Quando se trata de trabalho intermitente, muitos Senadores e Senadoras sobem aqui dando o seguinte exemplo: "Um restaurante que não tem, todos os dias e todos os horários, o mesmo movimento precisa de um trabalho diferenciado." É verdade, só que o trabalho intermitente não é para o trabalhador do restaurante, é para qualquer trabalhador. Então, isso vai precarizar.

O autônomo poderá trabalhar exatamente da mesma forma como trabalha hoje, com carteira de trabalho assinada. A empregada doméstica que diz: "Não, essa legislação não me alcança." Alcança, alcança. É uma conquista jogada na lata do lixo.

Vejam, são 88 dias, são dois meses e 28 dias. Estamos para completar o terceiro mês em que Michel Temer deixa de cumprir a sua palavra.

Sr. Presidente, eu também venho à tribuna no dia de hoje — e lamentavelmente o faço — para tratar de uma matéria que foi muito divulgada neste final de semana. Vejam, Srs. Senadores, Senador Cristovam, Senador Reguffe, Senador Elmano, matéria publicada em vários jornais, meios



de comunicação, blogues do Brasil: homem mata ex-mulher dentro de uma viatura da Polícia Militar em Minas Gerais. Dentro da viatura da Polícia Militar. Vejam, trata-se de Laís Andrade Fonseca, uma trabalhadora que vivia em Teófilo Otoni, num vilarejo um pouco mais afastado, 30 anos de idade, mãe, que estava separada do marido e que descobriu que o ex-marido havia colocado uma câmera filmadora dentro do banheiro da sua casa. Pois bem, ela foi fazer a denúncia e, convocada que foi para depor, foi posta no mesmo carro que o seu agressor, na mesma viatura. Eu não entendo como isso pode acontecer, mas aconteceu.

Aí o agressor, o ex-marido, pediu aos policiais que dessem uma paradinha na casa dele, porque precisava pegar alguma coisa. E, quando parou na casa, Senador Cristovam, ele pegou. Sabe o que ele pegou? Uma faca. E, com a faca, matou a mulher dentro da viatura da Polícia Militar. É algo assim inacreditável. Seria até inacreditável, se contássemos essa história.

Então, veja, dizem que mulher fica no mimimi, mimimi, mimimi, que mulher reclama. Não há nada de mimimi. O que há aqui é uma realidade nua e crua da situação em que vivem as mulheres hoje, no País. Elas têm um maior nível de escolaridade e ganham menos; são penalizadas pela concepção, por darem à luz e terem que ter licença-maternidade para garantir os primeiros cuidados de seu filho ou de sua filha. Segundo estatísticas, 90% dessas, dois anos depois, são demitidas do emprego. Dois anos depois, são demitidas do emprego, ou seja, uma prevenção do patrão para que não engravidem novamente e não peçam outra licença-maternidade.

A violência, infelizmente, é crescente. Esse caso é algo assim alarmante.

Já o fizemos através da Procuradoria da Mulher no Senado Federal, mas quero aqui, desta tribuna, encaminhar a minha solidariedade a toda a sua família, aos seus amigos e às mulheres brasileiras, que são essas verdadeiras vítimas da violência crescente, da violência doméstica em nosso País.

A Lei Maria da Penha – a gente costuma dizer – é uma excelente lei, mas não se pratica, porque não há os equipamentos necessários, nem a atenção do Poder Público.

Eu vi o Senador Lindbergh falando de uma matéria publicada hoje, no jornal *Valor*, o que faz com que eu não precise mais tratar disso. É gravíssimo: programas sociais sendo cortados, ceifados. O programa da agricultura familiar, Senador Raupp – V. Ex^a que é de um Estado agrícola –, era um programa maravilhoso, em que o Estado comprava dos agricultores familiares para a merenda escolar no geral: cortado em 98% – 98%. A assistência social cortada em mais de 90% também.

Houve, na reunião da Bancada, a presença das secretárias municipais, secretárias de ação social, pedindo, pelo amor de Deus, ajuda à Bancada para não pararem os programas sociais de benefício continuado.

Enfim, Sr. Presidente, é lamentável.

Mas, por fim, neste tempo que me resta, quero dizer o seguinte: fiquei muito satisfeita com a notícia recebida do julgamento, por parte do Supremo Tribunal Federal – dessa vez, Ministro Alexandre de Moraes –, em relação àquele velho projeto de lei que queriam dar como aprovado aqui, no Senado Federal, e que de fato não foi aprovado.

Ele passou por uma única comissão especial, tempestivamente entramos com recurso para que fosse analisado aqui, no plenário – tempestivamente –, e o recurso não foi aceito num primeiro momento.



Pois bem, o Ministro Alexandre de Moraes determina que o projeto volte a ser analisado pelo Senado Federal. E isso é bom, porque nós queremos esta oportunidade de debater se os Senadores querem ou não permitir que as empresas de telefonia recebam de graça um patrimônio público avaliado em R\$100 bilhões – porque era isto que o projeto fazia: mudava o marco e dava benevolentemente esse benefício, esse ganho, que é muito importante. Tenho certeza de que o Senador Eunício, que está nos representando e deverá nos representar, representar o Parlamento brasileiro numa importante reunião, na Rússia, e, quando ele voltar, debaterá essa matéria no Colégio de Líderes e, em seguida, na Casa, que, na minha concepção, tem que passar, antes de chegar ao plenário, por cada uma das comissões que ele deixou de passar, por cada uma, cada uma das comissões.

O Senador Eunício tem sido muito correto nesse ponto de vista e tem colocado os projetos para tramitarem em todas as comissões em que devam efetivamente tramitar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, ao tempo em que concedo, pela ordem de oradores inscritos, a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Elmano Férrer, Sr^as e Srs. Senadores, Sr^as e Srs. ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores, antes de iniciar o meu pronunciamento sobre reforma eleitoral, eu queria destacar as feiras de indústria e comércio que aconteceram e que irão acontecer no meu Estado, nos próximos dias.

Na semana passada, ou melhor, na semana retrasada, estive em São Miguel do Guaporé, onde participei, juntamente com a Deputada Federal Maninha Raupp, com o Prefeito, com Vereadores e com autoridades locais, da Feira da Indústria e do Comércio da cidade de São Miguel do Guaporé. É uma feira que, apesar de nova, já está rendendo dividendos e muitos negócios para o Município de São Miguel do Guaporé.

Na mesma semana, no final da semana, estive na cidade de Montenegro. Montenegro é uma cidade nova, uma cidade jovem, mas que também representa um comércio e uma indústria forte do nosso Estado.

Nessa última semana, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, estivemos na cidade de Cacoal. Primeiro, estivemos na cidade de Ji-Paraná, com o Governador de Estado, com o Ministro das Cidades, Bruno Araújo; com o Prefeito, Jesualdo Pires; com a Bancada Federal quase inteira, Senadores e Deputados Federais, inaugurando oitocentas casas, conjuntos habitacionais, no chamado Bairro Capelasso. E temos ainda mais 1,4 mil casas para inaugurar em breve, na cidade de Ji-Paraná.

Tem sido uma constante, no Estado de Rondônia, inaugurar conjuntos habitacionais. No final do Governo Confúcio Moura e deste Governo Federal, nós devemos entregar em torno de trinta mil unidades habitacionais para famílias de baixa renda. É um avanço significativo, Sr. Presidente. Nunca, na história do meu Estado, nós tivemos tantas casas construídas, tantos conjuntos habitacionais, tantas famílias atendidas com casas populares. Em Ji-Paraná, foi uma festa. Lá



estavam mais de oitocentos homens e mulheres – mais, na sua maioria, mulheres – muito felizes com o recebimento daquelas casas no conjunto Capelasso.

Depois estivemos na cidade de Cacoal, onde participamos da Feira de Indústria e Comércio de Cacoal, uma feira já tradicional, é a 5ª Feira Industrial e Comercial da Cidade de Cacoal. Estava a Prefeita Glaucone e outras Prefeitas também, como a da cidade de Pimenta Bueno, Prefeita Juliana; a Prefeita Rosane Donadon, de Vilhena; Parlamentares da Bancada Federal, como a Deputada Maninha Raupp, o Presidente da Assembleia, Deputado Maurão de Carvalho, que também é do nosso Partido, e outros Parlamentares da Bancada Estadual e Federal.

Uma feira que movimenta o comércio e a indústria da cidade de Cacoal. Cidade na qual fui vereador, há mais de 30 anos, e orgulha-me muito ver que a cidade de Cacoal cresceu, desenvolveu-se e hoje está com quase 100 mil habitantes.

Encerramos na cidade de Ariquemes, no encontro das cooperativas da área de mineração. Aproveitei esse encontro das cooperativas, eu e a Deputada Marinha, também com Prefeito Thiago Flores, que é do meu Partido, da cidade Ariquemes, vereadores e empresários, para discutir o ramo da mineração. O Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Dr. Salatiel Rodrigues, estava lá também, presidindo esse importante evento da área da mineração, das cooperativas de mineração. Como todos os órgãos ICMBio, Ibama, Sedam, DNPM, CPRM, Polícia Ambiental e tantos outros órgãos envolvidos nesse seminário da mineração na cidade de Ariquemes.

E ainda encerramos a semana na cidade de Porto Velho em eventos de igreja, no evento do Partido das Mulheres, para comemorar o Outubro Rosa, ou melhor, divulgar a prevenção da saúde da mulher, sobretudo a prevenção do câncer, câncer de mama, do câncer do colo do útero e outros mais, com o Secretário de Estado da Saúde, Dr. Willianes Pimentel, o Chefe da Casa Civil, Emerson Castro, também a Deputada Federal Marinha Raupp e a Ministra Fátima Pelaes, de Políticas das Mulheres – do Presidente Michel Temer.

Enfim, foi um evento muito importante para difundir essa campanha do Outubro Rosa, que é divulgada em todo o País, e o Congresso Nacional também tem feito a sua parte na divulgação do Outubro Rosa, da prevenção do câncer.

Então, Sr.ºs e Srs. Senadores, entro, agora, em meu pronunciamento sobre a reforma eleitoral.

Eu queria perguntar: acho que eram 20 minutos, não é? Foram colocados só dez. Eu queria, pelo menos, mais uns cinco depois desses cinco que ainda restam aí, para que eu possa terminar esse breve pronunciamento.

Sr. Presidente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania começou a apreciar, na última quarta-feira, dia 13, três propostas de emenda à constituição que alteram o sistema eleitoral vigente no Brasil. Trata-se da PEC nº 61, de 2007, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares; da PEC nº 90, de 2011, proposta pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, hoje nosso chanceler, Ministro do Itamaraty; e da PEC nº 9, de 2015, que traz o Senador Reguffe, que está aqui no plenário, como primeiro signatário dela.

Essas proposições, das quais tenho a honra de ser Relator, tramitam em conjunto e propõem alterações na forma de preenchimento das vagas da Câmara dos Deputados, das assembleias legislativas, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e das câmaras municipais. Os argumentos para as alterações são bastante conhecidos e não creio que mereçam ser aqui aprofundados. São todos relativos às fragilidades do atual sistema proporcional com listas abertas que, sabemos todos, é



um dos principais vetores da crise de representatividade que vivemos hoje, caracterizada pelo distanciamento dos eleitores, pela fragilização dos partidos e pela elevação do custo das campanhas eleitorais.

Sabemos, Sr. Presidente, que nós já aprovamos uma minirreforma. Como sempre, uma meia sola, uma minirreforma eleitoral, e não é a primeira vez que nós aprovamos, no Congresso Nacional – por falta de consenso para uma reforma profunda –, reformas parciais, mas que vão valer para a próxima eleição.

Essas PECs que estou citando aqui, de que sou Relator, não valerão mais para a próxima eleição. E também não adianta querer aprovar uma reforma profunda para valer para a próxima eleição, porque hoje, com trinta e tantos partidos políticos na Câmara dos Deputados, não se aprova reforma profunda nenhuma, a não ser que seja para valer para as próximas eleições a partir do ano que vem. E esse é o nosso objetivo.

Para resolver esses problemas, as PECs propõem ora a adoção do sistema distrital puro, ora a adesão ao sistema distrital misto. Em ambos os casos, parece haver consenso de que as falhas atuais podem ser superadas pela redução em algum grau de circunscrição eleitoral: o eleitor passaria a identificar mais claramente seu representante; os custos da eleição seriam reduzidos; e o debate se concentraria em torno de grandes projetos políticos, fortalecendo as legendas partidárias.

Embora reconheça o mérito das três propostas apresentadas, gostaria aqui de fazer a defesa do sistema eleitoral misto, nos termos do substitutivo que compõe meu parecer. O substitutivo incorpora, essencialmente, o conteúdo da sugestão apresentada pelo Senador Roberto Rocha à PEC nº 90, de 2011, e é resultado não apenas dos muitos debates de que temos participado, mas também da contribuição formal de inúmeros Senadores.

Pela regra proposta no substitutivo, metade das vagas da Câmara dos Deputados será preenchida pelo sistema majoritário, em distritos uninominais; a outra metade será preenchida por meio do sistema proporcional em lista fechada. Assim, a cada eleição para a Câmara, os eleitores terão direito a dois votos desvinculados, um para o candidato de seu distrito eleitoral, e outro para o partido.

Para isso, os Estados e o Distrito Federal serão divididos em número de distritos correspondente à metade da respectiva representação na Câmara dos Deputados. Esses distritos serão definidos por meio de resolução do Tribunal Superior Eleitoral em até um ano antes das eleições e resguardarão os princípios da contiguidade, do equilíbrio numérico e da formação histórica.

O candidato mais votado em cada distrito será eleito seu representante, preenchendo-se, assim, metade das vagas da Câmara dos Deputados. Promovemos, com essa medida, uma regra clara, claríssima, de conversão de votos em cadeiras, que permite que o eleitor saiba exatamente quem é o seu representante distrital e possa, acompanharlo mais diretamente.

A outra metade da Câmara dos Deputados será eleita pelo sistema proporcional de listas preordenadas e corresponderá ao número de votos dados a cada legenda, deduzidos, do total de lugares, os ocupados pelos representantes eleitos pelos distritos. Com isso, contemplamos a diversidade política e as agendas supradistritais, além de fortalecermos o vínculo partidário, que são alguns dos principais méritos do sistema proporcional.

A proposta mantém o número atual de componentes da Câmara dos Deputados, respeitando-se os mínimos e os máximos por Unidade da Federação que estão hoje em vigor, mas transfere, para



legislação infraconstitucional, as estratégias de cálculo do quociente partidário, em casos de compensação necessária.

Por fim, disciplinamos também os critérios de suplência, que será realizada, no caso do Deputado eleito pelo sistema majoritário, por eleição suplementar, caso a vaga ocorra a mais de 180 dias para o final do mandato; e pela lista partidária nos demais casos.

Entendo, Sr^{as}s e Srs. Senadores, que esta proposta é a que mais representa hoje o consenso possível e desejável. E importa dizer que se baseia em sistema consagrado, adotado pela Alemanha a partir de 1949 e, desde então, imitado por inúmeras outras democracias do mundo, entre as quais a Itália, o México, o Japão e a Coreia do Sul. Se aprovada, não apenas corrigiremos as distorções do sistema atual, cuja falta de transparência vem sendo há muito criticada, mas asseguraremos à nossa democracia a preservação da diversidade política e a viabilidade do pluripartidarismo, que tanto valorizamos.

Meu parecer, lido na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da semana passada, teve a votação adiada em virtude de pedido de vista coletiva, mas pediria a todos que nos empenhássemos para que sua apreciação possa ocorrer ali o mais rapidamente possível, quem sabe ainda nesta semana, agora na quarta-feira, para que essa discussão seja trazida, sem muita demora, para este plenário e, aprovada aqui, enviada à Câmara dos Deputados.

Repto: não será um projeto que possa valer para o ano que vem, pois não dá mais tempo. Mas que possa valer para as eleições, quem sabe, de 2020, para vereadores e para deputados estaduais e federais.

Sr. Presidente, encerro aqui a minha fala, parabenizando mais uma vez o Senador Cristovam Buarque, que apresentou o requerimento e presidiu a sessão especial em homenagem às nossas professoras e aos nossos professores, que aconteceu pela manhã aqui nesta Casa, quando tive a oportunidade de me pronunciar e de parabenizar e homenagear todas as professoras e professores do nosso querido Brasil pelo relevante trabalho que fazem, formando a cidadania, formando o caráter dos nossos jovens.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a.

Convido o nobre Senador Reguffe, muito digno representante do Distrito Federal aqui no Senado da República, ao lado do orador seguinte, o grande Senador Cristovam Buarque.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Parlamentares, eu protocolei na tarde hoje um projeto de lei nesta Casa sobre o Comitê Olímpico Brasileiro, sobre a eleição para o Comitê Olímpico Brasileiro.

É estarrecedor o que está acontecendo no COB neste momento. O Presidente do COB, o Sr. Carlos Arthur Nuzman, está preso; o Comitê Olímpico Brasileiro, suspenso pelo Comitê Olímpico Internacional. Trata-se de um escândalo internacional, em jornais do mundo inteiro, como se o Brasil fosse aqui o grande país da corrupção. Existem muitas coisas erradas e muita corrupção neste País, e nós temos que reagir a isso. Mas também existem coisas erradas em outros países.

Mas não dá para aceitar, Sr. Presidente, de forma objetiva, a forma como se escolhe a direção do Comitê Olímpico Brasileiro. O Comitê Olímpico Brasileiro recebe 1,7% da receita das loterias. De 2001 para cá, ele já recebeu mais de R\$2 bilhões de dinheiro proveniente de recursos das loterias da



Caixa Econômica Federal – portanto, um dinheiro que é público, um dinheiro que é do cidadão brasileiro, que é destinado para o Comitê Olímpico formar atletas, incentivar atletas brasileiros.

E como se escolhe o Presidente do COB? Juntam-se os presidentes das confederações, e eles simplesmente escolhem o Presidente do COB. É sempre um cartola, é sempre alguém... Não dá para aceitar essa forma de escolha. Então estou propondo, Sr. Presidente, um projeto objetivo, um projeto de lei alterando a Lei 9.615, a Lei Pelé, no seu art. 18-A, inciso VII, alínea "g," alterando o colégio eleitoral que elege o presidente do COB. Ao invés dos presidentes das confederações, passa-se a ter como colégio eleitoral todos os atletas que representaram o Brasil nas Olimpíadas até hoje. Participou de uma Olimpíada representando o Brasil, passa a ter direito a voto para escolher o Presidente do COB. Ao invés de juntar um grupo de 20 pessoas e escolher o Presidente, nós vamos ter aí mil, 2 mil atletas escolhendo o Presidente do COB e escolhendo quem vai gerir esses recursos para a formação de atletas. Penso que teríamos uma eleição muito mais democrática, com menos conchavos, com menos esquemas, e o Brasil não estaria nas páginas policiais, nas páginas de jornais internacionais, como está neste momento.

Só no ano de 2016, foram transferidos 208 milhões desse recurso proveniente das loterias para o Comitê Olímpico Brasileiro. De 2001 para cá, mais de R\$2 bilhões. Com o meu projeto, somente poderão receber recursos da Administração Pública Direta e Indireta. E para fazer jus a esses 1,7% da receita das loterias, o COB terá que ter como colégio eleitoral todos os atletas que participaram de Olimpíadas representando o Brasil. E com o limite de uma única reeleição. Nesse sentido, já ocorreu uma alteração na legislação em 2015, e fica o limite de uma reeleição. O Carlos Arthur Nuzman está desde sempre no COB. Com isso, a pessoa poderá ficar, no máximo, dois ciclos olímpicos: ter quatro anos e, no máximo, mais quatro anos. Depois, não pode mais ser reeleita.

E, para o COB receber esses recursos da Administração Pública direta e indireta, recebendo esses 1,7% da receita das loterias, ele terá que alterar o seu colégio eleitoral, passando a votar não os presidentes das confederações e, sim, todos os atletas que participaram pelo menos uma vez das Olimpíadas representando o Brasil. Com isso, nós vamos ter uma eleição muito mais democrática, muito mais justa. Espero que tenhamos um Comitê Olímpico Brasileiro muito mais voltado à formação dos atletas brasileiros, ao esporte brasileiro, e não a negócios e esquemas.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a e, pela ordem de oradores inscritos, convido o nobre Senador Cristovam Buarque a ocupar a tribuna.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Elmano, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, ontem eu li um artigo que concluía com um parágrafo que tem os seguintes dizeres:

Se não organizarmos rapidamente um polo democrático (contra a direita política, que mostra suas garras), que não insista [ou seja, que esse polo democrático não insista] em “utopias regressivas” (como faz boa parte das esquerdas), que entenda [volto a insistir, o polo democrático] que o mundo contemporâneo tem base técnico-científica em crescimento exponencial e exige, portanto, educação de qualidade, que seja popular, e não populista, que fale de forma simples e direta dos assuntos da vida cotidiana das pessoas [ou seja, o polo



democrático; se não fizermos esse polo democrático], corremos o risco de ver no poder quem dele não sabe fazer uso ou o faz para proveito próprio. E nos arriscamos a perder as oportunidades que a História nos está abrindo para ter rumo definido.

Senador Reguffe, esse parágrafo é de um artigo que eu li ontem do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Eu vou resumir, porque é mais fácil ler, com tantos parêntesis e frases de certa maneira longas, do que falar. Lendo a gente entende melhor.

Depois de um longo artigo sobre quais os rumos do País, o que ele diz é que, se não organizarmos rapidamente um polo democrático – e aí ele insiste – que perceba o avanço técnico que está ocorrendo no mundo – não podemos fechar os olhos –, que olhe para a frente e não para trás, como muitos – ele fala aqui das esquerdas, mas eu não vou citar apenas das esquerdas –, como muitos fazem e ficam olhando para trás, nós corremos o risco de entregar o poder a quem achamos que não devemos entregar. O título é "Quais os Rumos do Brasil?" e o que está por trás disso, Senador Elmano, é que nós perdemos coesão e rumo. O País está sem coesão nacional e sem rumo.

E essa semana passada um grande jornalista brasileiro, que é o Roberto D'Avila, me perguntou, fora da entrevista que eu lhe dei: "Por que nós estamos nesta situação? E mais, por que nós não estamos vendo o caminho para sairmos disso?" Senador Elmano, no momento em que ele me fez esta pergunta, eu tive a sensação de que o Brasil vem caminhando dentro de um labirinto e perdeu a noção de como voltar ou de como sair e ir em frente. Nós já estamos há muito tempo no labirinto construído pelos conservadores: o labirinto da escravidão, o labirinto do latifúndio, o labirinto mesmo de um império, em vez de uma república, mas não dá para jogar a culpa no passado. Nós, esta geração, nós estamos nos embrenhando em um labirinto de posições ruins para o Brasil.

Fizemos uma democracia e uma Constituição; maravilha. Mas fizemos uma Constituição que foi basicamente orientada para sair da ditadura, e não para construir o futuro. Tanto que nós criamos direitos que o regime militar tinha eliminado, mas não criamos os deveres, que cada um de nós tem que ter com a República e com a Nação. E aí começou o nosso labirinto: o labirinto dos direitos sem deveres.

Esse labirinto de deveres e direitos terminou nos levando à pressão inflacionária. Essa pressão inflacionária até nós vencemos com o Plano Real, com a responsabilidade fiscal, mas não cumprimos plenamente isso, continuamos nos embrenhando no labirinto da dívida – dívida individual para trocar de carro a cada tanto tempo, para construir casas; os pobres para sobreviverem. Entramos no labirinto do endividamento e o Estado se endividou para fazer Copa, Olimpíadas, prédios majestosos – inclusive do Poder Judiciário, inclusive do Ministério Público, que luta contra a corrupção dos políticos, felizmente, mas não luta contra a corrupção das prioridades, fazendo palácios de vidro, de aço, quando, ao lado, as pessoas não têm casa, não têm saneamento.

Nós entramos no labirinto do desperdício. Dobramos uma escada do desperdício, do endividamento. Nós entramos no labirinto da depredação ecológica e estamos pagando o preço: rios secando, cidades sem água, rios sujos. Nós fomos entrando em um labirinto depois do outro e ficamos nos perguntando como sair do labirinto. E, por trás de tudo isso, nós não fizemos o que era necessário para não ficar no labirinto, que era educação de qualidade para todos, que era garantir que neste País, a cada criança que nascesse, todos soubessem, vai haver uma escola de qualidade e tão boa qualidade para uns quanto para outros, independente da renda, independente do lugar.



Talvez a maior causa de estarmos neste labirinto é não acreditarmos que é possível o Brasil ter escola de qualidade igual para todos. Não se acredita nisso.

Eu já repeti, creio, aqui – e volto a repetir –, que eu lia recentemente uma entrevista com o ex-jogador de futebol Raí, que jogou no mesmo time que joga hoje o Neymar. E a jornalista perguntava sobre o que mais o havia surpreendido quando ele morou na França, jogando nesse mesmo time do Neymar. E o Raí responde, nesse lugar que eu li: "O que mais me surpreendeu na França é que os meus filhos iam na mesma escola que os filhos da minha empregada".

Senador Elmano, eu fiquei tão impactado com aquela frase, que eu procurei o telefone e liguei para ele, para saber se era verdade. Primeiro, se era verdade que ele tinha dito; segundo, se era verdade que havia sido a coisa que mais o impressionou na França, mais do que torre Eiffel, mais do que todas essas coisas que lá vão ver os turistas. E ele me confirmou que, de fato, isso era o que mais o havia impressionado positivamente.

Por que é que os franceses fazem e nós não fazemos? E esse é o caminho para sair do labirinto. Labirinto que nós, aqui nesta Casa, temos ampliado, ao não darmos os exemplos devidos à juventude, sobretudo. Labirinto em que entramos por conta das mordomias que têm o Poder Público no Brasil, no Executivo, no Legislativo e, sinceramente, ainda mais no Judiciário.

Esses maus exemplos que vamos dando à população são os que agravam a situação e que fazem o Presidente Fernando Henrique Cardoso, ex-Presidente, escrever um artigo em que levanta a hipótese de que, se nós não fizermos um dever de casa que precisamos fazer, caminharemos para depois lamentarmos que o povo pode estar empurrando a política brasileira para uma situação de retrocesso na democracia.

O povo quer ter o poder de escolher as coisas pelas urnas. Mas quando ele sente que há um caos, que há uma insegurança, que as coisas não funcionam, que os dirigentes não dão bons exemplos...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... o povo é capaz de abrir mão do poder de determinar as coisas pelas urnas e aceitar ser controlado pelas armas.

E aí a gente joga a culpa nos que usaram as armas. Não: a culpa é nossa, que não soubemos usar as urnas. E não estamos sabendo. Tanto não estamos sabendo, que nos deixamos levar para dentro desse labirinto em que está o Brasil, um labirinto que vem das esquinas que nós dobramos, tomando decisões equivocadas. Decisões equivocadas que vão nos embrenhando num labirinto do qual não sabemos, hoje, como sair. E o povo não se satisfaz com que não saibamos como sair. O povo quer uma saída.

E se nossa geração, nós, hoje, os líderes, não formos capazes de encontrar essa saída, e muito rapidamente, a saída virá por fora de nós, por cima de nós, os líderes de hoje, os políticos, os civis. E não joguemos a culpa nos outros. Não joguemos a culpa nos que passarem por cima de nós, porque eles passarão, porque nós não fomos capazes de usar bem o poder que o povo nos deu pelas urnas.

Creio que Fernando Henrique Cardoso alertou ao dizer: "É preciso um polo; é preciso que organizemos rapidamente um polo democrático, mas um polo que não insista em utopias regressivas,



que não insista e que entenda as mudanças que estão ocorrendo, hoje, no mundo contemporâneo, na ciência e na técnica. E não adianta querer lutar contra isso."

Hoje a gente pode dividir os que estão aí na política em três grupos: os que recusam o avanço do progresso, os que aceitam os aspectos negativos do progresso... E um terceiro, que a gente precisa construir, com uma filosofia da construção, que seja capaz de dizer: o progresso é bom e temos que aproveitá-lo. Mas precisamos usar da ética e da política para corrigir os defeitos que esse progresso traz consigo. Uma espécie de filosofia da construção, no lugar da filosofia da aceitação de que as coisas continuem desse jeito, e que não há como fazer diferente, e também da filosofia da negação, reacionária, contra o progresso. Este é o nosso desafio, uma filosofia da construção de um mundo novo.

O Elmano é da minha geração, que acreditou tanto no desenvolvimentismo lá no Nordeste, como também o Armando, que é mais novo, mas também participou disso. Aquele desenvolvimentismo não dá mais resposta. Quantos de nós acreditou no socialismo? Aquele socialismo fracassou. Quantos de nós, às vezes, recusa o capitalismo, porque concentra renda, porque depreda a natureza? Mas é a realidade. A pergunta é como administrar isso, não é como se recusar; não é como aceitar do jeito que ele vem; mas como administrar, para trazer um progresso com cara humana?

E, aí, não adianta olhar pelo espelho retrovisor, nem adianta apenas querer limpar o banco do carro. É preciso olhar pelo vidro da frente. É preciso olhar pelo para-brisa, lá na frente.

Eu creio que, com outras palavras, foi nessa linha que o Fernando Cardoso escreveu ontem no *O Globo*. Só que eu acho que ele tem ainda idade e experiência para não apenas ficar escrevendo artigo, mas também para tentar nos ajudar, na construção desse polo democrático. E ele se esqueceu de dizer aqui que esse polo democrático... Mas está implícito: não é uma questão de siglas partidárias: A, B, C, D, E, F, G, H... Não. É uma questão de concepção de mundo, concepção de mundo democrático, concepção de mundo de oportunidades iguais para todos, concepção do mundo de equilíbrio ecológico, concepção do mundo de respeito ao equilíbrio fiscal. Tudo o que for feito tem que ser feito com responsabilidade fiscal. Compromisso e responsabilidade. É um desafio que ele faz e que, lamentavelmente, nós não estamos aqui sabendo fazer, com o devido cuidado, mas que, ao vir de um...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... ex-Presidente da República, com a formação intelectual e pessoal de Fernando Henrique, merece a nossa atenção. E é nesse sentido que eu vim aqui, fazer esse discurso.

Citei apenas o último parágrafo, mas o artigo inteiro nos faz refletir sobre como parar de aprofundar, embrenhar-se num labirinto que parece não ter caminho de volta, e como encontrar um caminho. E que não seja de volta; que seja para cima; que seja para frente.

E o Brasil tem tudo que é preciso para isto: tem um empresariado potente, criativo; tem líderes sindicais capazes de participar desse esforço; tem, hoje, 7 milhões de estudantes nas universidades; tem uma escola de qualidade deficiente, desigual, mas pelo menos quase todos matriculados nela. Precisa apenas que nós nos encontremos e criemos esse polo democrático...

(Interrupção do som.)



O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF)

– Eu tinha concluído, Senador. Faltam apenas duas últimas palavrinhas.

Quero dizer que precisamos nos encontrar aqui com o espírito de construir esse polo democrático que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso sugere. E eu gostaria muito que pudéssemos participar dessa construção, pois, se não fizermos isso, não seremos perdoados por esses jovens que eu vejo aqui nos visitando. Eles vão até um dia lembrar que assistiram a isso aqui e vão se perguntar de que adiantou aquela fala. Mas eu espero que, no futuro, eles olhem e digam "eu estava lá presente, quando se falou disso" e eles tenham conseguido levar o Brasil no bom caminho.

É disto que nós precisamos: do bom caminho. Sair do labirinto dos erros em que estamos mergulhados e no qual muitos se acham prisioneiros. O Brasil não é prisioneiro; nós, os políticos, sim! Mas o Brasil vai encontrar o caminho...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF)

– Conosco ou o País, com outra geração.

Era isso, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Elmano Férrer deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Armando Monteiro.)

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu quero me congratular com o Senador Cristovam, sempre lúcido na avaliação dos temas de interesse do País. E quero dizer a V. Ex^a que eu também pude ler o artigo do ex-Presidente e considero a abordagem dele muito interessante, lembrando que tem que haver, neste País, um espaço de convergência ao centro, para que se possa oferecer ao País uma nova agenda, um rumo, como ele aponta, pois o Brasil está carecendo da indicação de um rumo que não signifique uma opção pelas utopias regressivas, como alguns pretendem, tampouco nós descambarmos para propostas, talvez, messiânicas ou salvacionistas que algumas figuras mais extremadas pretendem oferecer.

Então, congratulo-me com o nobre Senador Cristovam Buarque, lembrando que V. Ex^a tem, aqui nesta Casa, sempre procurado pensar e refletir sobre esses temas.

Quero fazer aqui um registro, com muita satisfação, da presença dos alunos do nosso Colégio Reação, do Recanto das Emas.

Sejam muito bem-vindos aqui no Senado!

Eles são integrantes da turma do ensino fundamental do Colégio Reação.

Tenho a satisfação de passar a palavra ao nobre Senador Elmano Férrer, que representa, nesta Casa, o Estado do Piauí.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Armando Monteiro, grande Senador de Pernambuco, quando o nobre Senador Cristovam Buarque falou em rumos no Brasil, veio-me à mente que, em 1993, nós éramos Secretários de Planejamento do Estado do Piauí e, juntamente com o Prof. Raimundo Nonato Monteiro de Santana, àquela época, há 24 anos, idealizávamos e realizamos um evento que tinha o nome "Rumos do Piauí, Rumos do Brasil e Rumos do Mundo". E V. Ex^a, meu nobre Senador Cristovam Buarque, compareceu a esse evento.



À época, V. Ex^a era o Magnífico Reitor da UnB, e tínhamos em V. Ex^a, como temos hoje, a convicção da inteligência, da concepção que V. Ex^a tem de Brasil e, sobretudo, de mundo. E à época, também, estávamos na busca de reduzir o desequilíbrio entre o Estado do Piauí e os demais Estados do Nordeste e entre o Nordeste perante as demais Regiões do Brasil. E lembro-me de que V. Ex^a, naquela oportunidade, deu uma grande contribuição para aquele evento. E, hoje, V. Ex^a trata de para onde é que nós estamos indo.

Lembro-me, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que, quando aqui chegava para exercer o mandato de oito anos como Senador, em 2015, encontrei-me com o Senador Cristovam Buarque – 2015. E nós perguntávamos um ao outro: para onde o Brasil está indo? Ainda hoje, meu nobre Senador Cristovam Buarque, nós nos perguntamos, e a nós pergunta o povo brasileiro. Quer dizer... Para onde nós estamos indo?

Quanto à crise atual, todos nós sabemos como sair dela: é o engajamento. E todos nós estamos na busca dessa saída. E nós não temos – nós, Parlamentares – nem o Executivo... Mas temos que ter a humildade de ouvir a sociedade, de ouvir os segmentos sociais, que vivem esses sofrimentos de muitos segmentos que hoje a crise abate.

Mas, Sr. Presidente, eu queria só aproveitar a oportunidade... Eu estou aqui com o jornal do Estado do Piauí de quinta-feira, em que, mais uma vez, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em manchete, este jornal diz o seguinte: "No Piauí, reservatórios de água têm volume abaixo de 10%". Ou seja, os reservatórios construídos ao longo do tempo não foram suficientes para armazenar e assegurar à população aquilo que é mais importante na vida, que é a água. Nós dependemos dela.

O nobre Senador Armando Monteiro sempre tem trazido essa questão da segurança hídrica a este Parlamento – não só ele, como grande representante de Pernambuco, mas muitos outros Senadores do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, enfim, da região semiárida do Nordeste, e também os nossos antepassados.

Há mais de 50 anos, nós falamos na inclemência da seca, nas irregularidades pluviométricas e no carro-pipa, como tive oportunidade de ver, recentemente, no Estado do Piauí e em todo o Nordeste, a nos desafiar.

Eu participei, Sr. Presidente, na quinta-feira próxima passada, de um evento em São Raimundo Nonato – que é a síntese do Semiárido piauiense –, promovido pelo Exército, oportunidade em que se discutiram dois temas: defesa nacional e, de outra parte, desenvolvimento sustentável do Semiárido brasileiro.

Foi naquela oportunidade que o Coronel, o Tenente-Coronel Nixon Frota, Comandante do 25º BC, fez uma brilhante exposição sobre a Operação Carro Pipa, do Semiárido do Piauí, operação essa que abrange um universo de 70 cidades, 70 Municípios, atendendo a uma população de 220 mil habitantes, com um gasto mensal superior a R\$6 milhões. O Brasil, o Estado brasileiro, vem gastando, ao longo dos últimos seis anos, em torno de R\$6 milhões no Estado do Piauí e, no Nordeste, uma quantia em torno também de R\$850 milhões a R\$900 milhões – isso só numa operação emergencial, levando água a quem precisa dela para sobreviver.

Sr. Presidente, o que nos chama a atenção é que, ao longo de mais de 50 anos, nós ainda não fomos devidamente inteligentes, competentes – refiro-me a nós, setor público, sobretudo os organismos regionais, mas o próprio Governo central – para realizar obras de infraestrutura, no sentido de dotar aquela região de instrumentos de convivência com a seca.



É lamentável – e digo isso com muita convicção –, porque cheguei ao Estado do Piauí, meu Presidente, há 51 anos. É a primeira imagem que tenho do Piauí, ao adentrar, vindo, inclusive, pelo Estado de V. Ex^a, vindo de Recife, da sede da Sudene. Por terra, atravessamos a Paraíba, o Ceará e chegamos ao Piauí. E a imagem que temos é a de um carro-pipa, exatamente na fronteira do Estado do Piauí com o Estado de V. Ex^a, em Araripina, um Município do Estado de Pernambuco. Víamos um carro-pipa. E esse carro-pipa, depois de meio século, ainda é presente, está presente nos programas assistenciais do Governo.

Vejo isso com grande tristeza, lamentando profundamente a falta de divisão que nós tivemos. Eu, como técnico da própria Sudene, vi nascer a Sudene e vi, digamos, a Sudene agonizar, como agoniza hoje um órgão secular como é o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas).

Veja que aqui eu tenho, Sr. Presidente, só para ser mais rápido, a situação de alguns reservatórios no Estado do Piauí.

O que mais me chama a atenção é o Açude de Cajazeiras, feito há oitenta anos pelo Dnocs, que fica no Município de Pio XIX, que se limita com Inhamuns, no Ceará. Esse açude, com 24 milhões de metros cúbicos de água, pela primeira vez ao longo desses oitenta anos, secou há três anos. Não existe volume morto, não existe nada de água naquele reservatório. E é um reservatório de 24,7 milhões de metros cúbicos de água.

De outra parte, há outro a 35km, no Município de Fronteiras do Piauí, que também se limita com as regiões secas do Ceará e também com parte de Pernambuco. O Município de Fronteiras tem um reservatório também construído pelo DNOCS, há mais de setenta anos, com capacidade de 51,8 milhões de metros cúbicos. Ele tinha 1,5% de água. Não existe mais nem volume morto. O Açude Piaus, de 104 milhões de metros cúbicos de água, não tem 4%.

E por aí vai.

O Açude Petrônio Portela, com quase duzentos milhões de metros cúbicos de água; o Açude Joana, que abastece a cidade de Pedro II, também não tem água mais; o Açude Estreito, com 23,9 milhões de metros cúbicos, que devia estar abastecendo oito cidades, através de uma adutora que está parada, há vários anos. Aliás, as adutoras em construção, no Piauí, estão todas paradas, assim como os projetos de outras.

Então, são coisas dessa natureza, Sr. Presidente, que nós lamentamos.

Aqui, o nosso professor Cristovam Buarque foi muito feliz ao fazer as colocações de que, também no meu entendimento, nós precisamos de um projeto de Nação.

Eu também li o artigo de ontem do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que é um chamamento à inteligência deste País, no sentido de buscarmos alternativas para que sejamos aquilo que temos todas as condições de ser – e somos: uma grande Nação. Somos um País que tem todos os recursos naturais que muitos países não têm. Nós temos uma população, como V. Ex^as sabem, as Sr^as e os Srs. Senadores, de mais de 208 milhões de brasileiros. Mas temos desafios que dependem de nós, no meu entendimento.

O nosso problema maior é o problema político. Veja a reforma que saiu agora no apagar das luzes, que sintetizou em um fundo público, como disse V. Ex^a, que aqui todos nós tínhamos que realmente ter como financiar campanhas, mas a sociedade nos criticou porque, enquanto falta dinheiro para educação, para a saúde, nós constituímos um fundo, e, por sinal, V. Ex^a foi muito feliz



no projeto alternativo, no substitutivo que V. Ex^a fez, em que buscou tirar dinheiro, compensando aqueles recursos gastos com a propaganda partidária e também de nossas emendas. Talvez tenha sido melhor do que o que era, porque a previsão era de um fundão, mais de R\$3,5 bilhões e ficou de R\$1,7 bilhão.

Mas, creio, Sr. Presidente, que tudo isso são questões que nós temos que debater aqui. Sei que o professor, o nosso Senador Cristovam Buarque, tem sido constante em seus pronunciamentos, sobressaindo aí a questão em que ele sempre insiste e persiste, que a nossa saída está na educação.

Mas, eu queria, Sr. Presidente, só dizer, por último, que nesse evento de São Raimundo Nonato, em que se discutiu a questão, sobretudo, do desenvolvimento sustentável no Semiárido, tivemos a participação de algumas autoridades, secretários do Estado do Piauí. Eu gostaria aqui de nominar o nome do Secretário de Segurança, Sr. Fábio Abreu, do Secretário de Mineração, Sr. Luiz Coelho, também tivemos a participação do Subsecretário de Defesa Civil, Vitorino Tavares, do Prof. Dalton Macambira, na Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, além da participação do General de Divisão, Eufrásio, que é da Diretoria de Logística do Exército e do Tenente-Coronel Comandante do 25º Batalhão de Caçadores (25º BC), que foi um dos organizadores daquele evento.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria fazer esses registros, à luz do que disse o nosso nobre Senador Cristovam Buarque, pernambucano e que tem uma história política aqui em Brasília, no Distrito Federal. Eu sempre repito, conheci V. Ex^a como Presidente da Federação das Indústrias, no Estado de Pernambuco, como um dos mais eficientes conselheiros que a Sudene já teve. Tínhamos, naquele colegiado, governadores, representantes de vários ministérios, mas tínhamos também representantes da iniciativa privada. V. Ex^a tinha assento naquela casa, ainda com seus 30, não sei se 35 anos, mas muito jovem, e impressionava a todos pelas colocações e pelo conhecimento que V. Ex^a tinha e tem ainda do Nordeste do Brasil.

Por último, falando de Sudene, um órgão de desenvolvimento regional, Sr. Presidente, eu creio que o Brasil é um continente e tem suas regiões com características muito próprias. Temos o trópico úmido, que fica na Hileia Amazônica, onde já esteve a Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), o Banco da Amazônia S.A. (Basa) e outros organismos que atuam aquela região. Temos, de outra parte, o trópico semiárido, que é a nossa região, com características climáticas de solo, de vegetação, de fauna, enfim, a própria economia muito diferente do trópico úmido, ou seja, da Amazônia, onde nós temos a Sudene, que já tem um papel muito grande, um papel fundamental no desenvolvimento da região, o DNOCS, um órgão secular, o Banco do Nordeste, que ainda continua com atuação muito brilhante, muito eficiente na nossa região. Temos aqui, onde nos encontramos, os cerrados do Brasil, com suas características próprias, hoje incorporado ao processo de desenvolvimento, sobretudo através de grãos e da pecuária. Ou seja, com isso, Sr. Presidente, eu quero dizer da dimensão continental e das características diferentes das regiões. Logo em seguida, o Pantanal.

Com isso, quero dizer e fazer um apelo ao nobre Senador Armando Monteiro: temos que voltar a discutir o regionalismo. Somos, sim, um país único, onde há o predomínio do planejamento global, nacional, mas nós temos que retomar o planejamento e o desenvolvimento regional. Temos as nossas características próprias. Temos que recuperar a eficiência do DNOCS e da Sudene.

(Soa a campainha.)



O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Temos a própria Codevasf, Sr. Presidente, que tem um trabalho fantástico, sobretudo no Estado de V. Ex^a, Pernambuco. A Codevasf hoje está com problemas de orçamento. Mas eu vejo o pior, Sr. Presidente. Eu sei que era uma Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Depois, por iniciativa do nosso ex-Governador e ex-Senador desta Casa, Freitas Neto, estendeu à Bacia do Parnaíba. Agora está indo para várias outras regiões e Estados.

Creio que é chegado o momento de nós retomarmos essa discussão voltada para o planejamento. No meu entendimento, hoje a improvisação predomina, sobrepõe-se ao planejamento que deveríamos estar exercitando, porque não há saída. Não podemos ter política de desenvolvimento nacional ou regional sem um planejamento. O que nós queremos daqui a 30 anos, daqui a 50 anos?

Então, eu queria fazer um apelo a V. Ex^a no sentido de que nós, da Bancada do Nordeste – e mesmo a Bancada do Norte, do Centro-Oeste e de outras regiões –, tomemos esse discurso de discutirmos ou rediscutirmos a questão do planejamento, planejamento global e planejamento regional.

Então, eram essas, Sr. Presidente, as palavras que nós queríamos proferir na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Meu caro Senador Elmano, eu quero me congratular com o prezado e eminente Senador e registrar aqui que V. Ex^a, como sempre, tem uma capacidade de entender os desafios da Região.

V. Ex^a sublinhou aqui, com muita propriedade, a sua preocupação com a questão dos recursos hídricos, o desafio sobretudo do semiárido, em que os nossos Estados estão inseridos – ou parte expressiva do território dos nossos Estados – exatamente para poder criar uma infraestrutura hídrica capaz minimamente de nos fazer conviver com esse fenômeno, que é um fenômeno cíclico, é um fenômeno recorrente e que há séculos nos desafia. Não é verdade?

Lembro-me daquela passagem histórica do então Imperador Pedro II, que, impressionado com a cena que assistia da seca, uma seca muito severa que se abateu sobre a região ao tempo da visita dele, expressava, de forma assim até comovida...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – ... a sua posição no sentido de dizer que venderia as últimas joias da Coroa para que pudesse dar resposta àquele sofrimento da população do Nordeste, que era, à época, tão fortemente atingida.

Então, quero me congratular com V. Ex^a, que conhece muito bem toda essa questão, e dizer que eu compartilho da sua visão de que nós estamos precisando valorizar o planejamento e retomar a discussão de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional, ainda que em novas bases conceituais. Mas o fato é que não podemos ficar hoje como estamos, numa espécie de um vácuo, sem propostas, recriando instrumentos, mas sem saber exatamente qual é a política.

Então, nós precisamos ajustar os instrumentos à definição da política e tentar compatibilizá-los.

Congratulo-me muito com V. Ex^a e quero dizer que sou sempre, aqui nesta Casa, alguém que valoriza muito a sua posição, sempre serena, sempre equilibrada no debate e sempre construtiva.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Só dois minutos?

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Estou dando cinco a V. Ex^a.



O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só dois minutos.

A despeito dessas questões relacionadas a recursos hídricos, à segurança hídrica para a população, nós devemos fazer agora – é uma ideia concebida pela CPRM (Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais), hoje Serviço Geológico do Brasil – um projeto que visa captar água de um aquífero no Vale do Gurgueia, no Piauí, no Aquífero Cabeça, que é um aquífero fantástico em termos de água. Dizemos que é um rio subterrâneo.

Vamos fazer agora, através da Codevasf, do Ministério da Integração Nacional, com o apoio do Ministro Hélder Barbalho e do próprio Presidente Michel Temer, o estudo de viabilidade dessa adutora. Viabilidade do ponto de vista técnico, econômico e ambiental, se é possível nós levarmos... Aliás, existem já 38 poços tubulares no Vale do Gurgueia, nessa região entre as cidades de Eliseu Martins e Cristino Castro, poços perfurados na década de 60, poços com 30cm de diâmetro, 40cm, 50cm até 70cm de diâmetro, com uma vazão de 20 mil metros cúbicos por hora.

E, coincidentemente, fizemos, há vinte e tantos anos, um estudo, através da Aquater, que é uma empresa estatal italiana, sobre os recursos hídricos subterrâneos do Vale do Gurgueia, quando se estudou exatamente a recarga desses mananciais subterrâneos. Viu, Presidente? A recarga foi estudada por essa instituição italiana, que é a Aquater. O estudo dos recursos hídricos subterrâneos desse vale, onde se assegura hoje que nós podemos fazer essa adutora e ter certeza do abastecimento de água de 51 cidades do semiárido durante 300 anos, ou seja, a recarga... É claro que essas águas foram sendo acumuladas ao longo de milhões de anos, mas o estudo chegou. A Aquater, essa empresa, através de um estudo de cooperação Brasil-Itália – o Brasil, através da Agência Brasileira de Cooperação aqui do Itamaraty, e o Ministério das Relações Exteriores da Itália –, fez esse estudo. Nem o Brasil nem o Piauí gastaram nada, foi tudo de uma cooperação técnica que chegou a essa conclusão.

Então nós vamos iniciar, através da Codevasf e do Ministério da Integração, esse estudo de viabilidade. E em sendo possível, nós vamos trabalhar para que a água desse rio subterrâneo – de que eu o chamo –, do Aquífero Cabeça, chegue a 51 cidades do Semiárido do Piauí, que, no nosso entendimento, e no entendimento de técnicos de várias instituições, seria uma solução definitiva, digamos, por 300 anos, que abasteceria essas 51 cidades do Semiárido do Piauí, com uma segurança de que não teríamos problemas mais de variações climáticas, de seca, porque a água viria desse aquífero, desse lençol subterrâneo do Vale do Gurgueia.

Apenas queria aproveitar a oportunidade e fazer essa referência, esse registro aqui, para conhecimento das Sr^{as}s e dos Srs. Senadores, e enfim, de toda a população...

(Soa a campainha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – ... do nosso Estado.

Era isso, Sr. Presidente. E agradeço a gentileza de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Meu caro Senador, eu estava querendo lembrar exatamente essa circunstância de que o Piauí tem reservas, aquíferos fantásticos lá no Vale do Gurgueia. Então, isso é uma riqueza extraordinária. Eu espero que possamos utilizá-la aí nessa perspectiva de abastecimento e dar segurança hídrica a toda essa região. Eu me congratulo mais uma vez com V. Ex^a.



(O Sr. Armando Monteiro deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Armando Monteiro, do Partido Trabalhista Brasileiro, do Estado de Pernambuco.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Senador Elmano Férrer, que preside esta sessão, quero cumprimentá-lo e cumprimentar o Senador Cristovam, que está aqui presente, que é meu conterrâneo, com muita honra.

Eu estou trazendo hoje à tribuna um tema que tem sido motivo de muita preocupação dos pernambucanos nos últimos meses: é uma tentativa do Ministério da Saúde, que, através já de várias investidas, tem tentado esvaziar aquele projeto da Hemobrás, em Pernambuco. Então, neste momento, a Bancada do Estado está mobilizada para evitar – eu diria – que algumas iniciativas do Ministério da Saúde prosperem no sentido do esvaziamento definitivo do projeto.

Então, eu venho, mais uma vez – não é a primeira vez que venho a esta tribuna para poder discutir esse tema –, sou obrigado a vir mais uma vez, para, por assim dizer, apontar e, mais do que isso, cobrar do Governo Federal uma posição clara e inequívoca sobre a própria posição do Governo. O que temos assistido, estranhamente, é que o Presidente da República se manifesta, quando é procurado pela Bancada, reiterando o compromisso de evitar que esse golpe possa ser perpetrado contra os interesses de Pernambuco e, ao mesmo tempo, um ministro com muito desembaraço se movimenta na direção oposta a essa orientação do Presidente. Então, eu creio que seja algo, de certo modo, até difícil de entender essa posição absolutamente contraditória entre o que o Presidente expressa nas audiências e a postura do seu Ministro da Saúde.

Bom, essa questão ligada à Hemobrás, meus caros Senadores, tem origem... A Hemobrás foi implantada para fazer o fracionamento do plasma. A tecnologia vem avançando extraordinariamente nessa área e hoje há um plasma que não tem origem animal, mas que se presta extraordinariamente para atuar, é hoje um produto tecnologicamente avançado que se chama recombinante. Para terem uma ideia, de tudo o que o Ministério da Saúde hoje demanda nessa área, 90% do orçamento se destinam à compra do fator VIII, que é o fator recombinante. O plasma de origem animal hoje tem menos importância.

A Hemobrás, para se colocar na fronteira tecnológica, fez uma parceria de desenvolvimento produtivo com uma grande empresa internacional, que hoje é a Shire, a cedente da tecnologia, e há um contrato que está em curso, que está vigorando. Sofreu percalços, porque algumas contrapartidas que deveriam ser oferecidas pela própria Hemobrás não foram oferecidas à época, tempestivamente – menos por culpa da empresa e mais pelas dificuldades orçamentárias do próprio Ministério da Saúde –, e o fato é que esse fator recombinante hoje, graças a essa PDP, é importado dessa empresa cedente de tecnologia, mas ela tem, por assim dizer, nesse contrato, depois de um certo período, nós vamos fabricar e desenvolver o produto em Pernambuco.

Bom, com essas ações que têm sido lideradas pelo Ministério da Saúde, parece que o Ministro desconhece os investimentos já realizados na planta em Pernambuco, não atenta para a insegurança jurídica decorrente de uma quebra unilateral de contrato, desse contrato em vigência, que é a PDP, desconsidera que qualquer outra solução implicaria um maior prazo para transferência da tecnologia



e, além disso, haveria um impacto, no médio e longo prazo, sobre os gastos públicos decorrentes dessa decisão.

Também pouco se interessa, ao que parece, pela própria proposta de reformulação da PDP com a atual parceira da Hemobrás. Justamente através dessa reformulação é que poderia se dar o encaminhamento inicial e natural num processo de negociação equilibrada e justa. Assim, em defesa de Pernambuco e desse projeto que consolida o Polo Farmacoquímico de Goiana, eu venho fazer rapidamente uma cronologia dessas ações que confirmam, a meu ver, uma posição, eu diria, estranha e pouco clara, pouco transparente, que vem sendo revelada pelo Ministro da Saúde no tratamento desse tema.

Inicialmente, ainda em julho deste ano, em resposta à suspensão que foi feita dessa Parceria de Desenvolvimento Produtivo, a Hemobrás submeteu, no dia 24 do mês de julho, à época, uma proposta de reformulação, prevendo, entre outras condições, novos investimentos dessa empresa, a Shire, que é a cedente de tecnologia. A proposta atual se situa, alcançando quase US\$250 milhões para a conclusão da fábrica de recombinantes em Goiana. De lá até hoje, nunca houve claramente um canal de negociação aberto e fluido por parte do Ministério da Saúde, a meu ver, a respeito dessa iniciativa da empresa de adequar a proposta.

Enquanto isso, o Ministério avançava em uma tratativa específica, que, ao final, implicaria transferir a planta industrial de recombinantes – volto a dizer, o produto de maior valor agregado e disseminador de tecnologia de ponta – para o Paraná. Ou seja, a perspectiva de produção do fator VIII recombinante se deslocaria da planta de Pernambuco para o Paraná.

Em agosto de 2017, uma reunião de iniciativa do Presidente da República, que orientou o Ministro para que fizesse esse encontro com Ministros de Estado pernambucanos, o Ministério da Saúde, depois dessa reunião a que tive oportunidade de comparecer, a convite dos Ministros de Pernambuco, o Ministério da Saúde, depois desse encontro em agosto, aparentemente recuou, chegando a divulgar uma nota pública informando que o projeto de Pernambuco estaria preservado, no sentido de se poder fazer em Pernambuco a fabricação de recombinante. Nessa nota, o Ministério informou ainda que negociaria com investidores a construção da fábrica no Estado e fez alusão à proposta da própria Shire. Não obstante essa nota, esse informativo, no início do mês passado, o Ministério da Saúde publicou aviso de audiência pública, já realizada no dia 25 de setembro, com o objetivo de adquirir, por meio alheio à PDP, fora do âmbito desse contrato, 300 milhões de unidades internacionais do medicamento, o que corresponde a cerca de seis meses de fornecimento do produto.

Além de desrespeitar uma medida liminar concedida pela Justiça Federal do Distrito Federal, que confirmou a manutenção da parceria da Hemobrás com a Shire, a iniciativa do Ministério da Saúde de comprar o produto ignorando os compromissos e o contrato preexistente, como eu já falei, atenta contra a própria sobrevivência da Hemobrás, já que o fornecimento do medicamento é sua principal, senão única, fonte de geração de receita. Assim, em termos práticos, se concretizada a compra pelo Ministério fora da PDP celebrada pela Hemobrás, essa planta lá em Pernambuco ficaria praticamente inativa e sem capacidade de gerar receita.

Finalmente, há ainda em todo esse contexto um claro risco de desabastecimento, já que, na audiência pública do dia 25 de setembro, ficou claro que nenhuma das demais empresas que poderiam fornecer o produto quis se comprometer com o quantitativo e prazo de entrega exigidos pelo Ministério da Saúde.



A decisão mais sensata, Sr. Presidente, seria manter o atual contrato de compras, até porque a licitação lançada corre um sério risco de ser judicializada e existe um tempo mínimo de quatro meses para produção e distribuição dos medicamentos em toda a rede de Hemocentros do País.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, felizmente, na semana passada, mais duas decisões indicam que o caminho seguido até agora pelo Ministério da Saúde tem sido equivocado. Primeiro, foi indeferido pela Justiça de Brasília o pedido do Ministro para suspender a liminar que mantém a atual parceria de desenvolvimento produtivo da Hemobrás. Segundo, na mesma linha, o TCU determinou, em medida cautelar, em sede de medida cautelar, a manutenção da parceria que, de um lado, prevê a transferência de tecnologia do fator recombinante para a planta de Goiana e, de outro, a compra pelo Ministério da Saúde desse produto junto à Hemobrás, cujo fornecimento será feito pela empresa a que já me referi, que é a empresa internacional, até que se complete todo o ciclo de incorporação do processo produtivo e tecnológico.

E, finalmente, o Ministério Público Federal de Pernambuco deve ingressar com uma ação civil pública para impedir que o Ministério da Saúde faça licitação para a compra do fator VIII recombinante, usado por pessoas com hemofilia. Na avaliação do Ministério Público, a pasta estaria criando uma situação de urgência de forma artificial, justamente para fazer a aquisição evitando a compra por meio da planta de Pernambuco.

Nas palavras da Procuradora Silvia Regina Pontes Lopes – abre aspas: "Os estoques do medicamento vão acabar em fevereiro e o ministro, em vez de proceder com o contrato regular, como sempre fez, via Hemobrás, está", nos termos da procuradora, "inventando essa emergência para justificar indevidamente a sua atitude".

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, há cerca de duas semanas, numa nova reunião entre a Bancada Parlamentar, os ministros de Pernambuco e o Presidente da República, ficou determinado que a planta da Hemobrás em Pernambuco irá produzir o fator recombinante, além da atividade originalmente prevista de fracionamento do plasma.

Além da autonomia e segurança no fornecimento com a produção doméstica pela empresa pública, asseguram-se os impactos no desenvolvimento regional ao adensar o polo farmacoquímico da Mata Norte em função do empreendimento de elevada densidade tecnológica, que pode ser inclusive uma âncora para novos e importantes investimentos nessa área.

Eu quero, com muita satisfação, ouvir o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senador Armando, eu quero apenas que me inclua nessa Bancada de Pernambuco, nessa luta. Quando o senhor disse conterrâneo, eu disse: não, conterrâneo é quem nasceu no seu lugar. Eu não sou apenas conterrâneo, eu sou pernambucano.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Pernambucano. Muito bem.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sabe que, quando a gente pergunta às pessoas de outro Estado: "Você é de onde?" Eles dizem: "Nasci em tal lugar". Quando a gente pergunta a um pernambucano: "Você é de onde?" "Eu sou pernambucano." Não é apenas nascer. Então, eu sou. Além disso, eu sou casado com uma goianense, ou seja, da cidade onde está previsto o projeto e que deu esse salto tão grande com a indústria automobilística, nos últimos anos. Conheço Goiana desde que era desse tamanhinho assim. Então, eu



quero que me inclua. Até porque, nesse caso, tem algo que o senhor, pela sua generosidade e cortesia, não falou. É que eu acho muito suspeito que o ministro esteja querendo levar para o seu Estado. Eu acho isso meio esquisito, sinceramente. Precisava ter argumentos muito fortes para dizer por que não – se vai tirar de Goiana, não vejo razão para isso, mas, se tivesse razão –, tinha que dizer por que não um dos outros 26 Estados, por que não o Distrito Federal? Por que exatamente o Paraná? E isso não é bom para a imagem do Governo do Presidente Temer, que precisa tanto de credibilidade e passar a ideia de imparcialidade e não proteger ninguém. Lembre-se de que uma das coisas que abalou o Governo Temer – que vem, de lá para cá, piorando – foi aquele caso do edifício do Geddel, em que o Geddel tinha um apartamento e que se passou a ideia – aliás, mais do que a ideia, constatou-se pelo próprio Presidente, na época, do Instituto do Patrimônio Histórico – de que estava em causa própria. Nesse caso aí, eu não vou dizer que o Ministro está em causa pessoal, própria, mas pode passar a impressão de que é interesse do seu Estado. Se fosse Deputado, se fosse Senador, tudo bem, é o papel do Parlamentar lutar pelo seu Estado, mas ministro é do Brasil inteiro. O Ministro tem que colocar o interesse nacional à frente dos interesses de qualquer região e qualquer unidade da Federação. E a impressão que eu tenho é de que não está colocando e que, além disso, está privilegiando o seu Estado, como Ministro. Isso não fica bem. Então, para ser coerente... Podem me tomar como suspeito, no caso de defender Pernambuco, mas nem tanto, porque eu sou Senador pelo Distrito Federal. Uma das coisas boas de estar no Distrito Federal, de morar no Distrito Federal, de ser político no Distrito Federal é que no Distrito Federal todo mundo aceita você dizer: "eu sou daqui, mas sou pernambucano". Nos outros Estados é difícil um Senador ou um Deputado dizer isso. Mas, então, conte comigo na sua Bancada, Senador, porque eu acho isso correto, justo e porque eu sou pernambucano.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito obrigado, Senador Cristovam. Eu vou inclusive propor que o Senador Cristovam possa ser designado árbitro dessa contenda. Eu tenho certeza de que ele vai definir-se aí com toda...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu não aceito, eu não serei neutro. (*Risos.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito bem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Mas eu queria ouvir, com satisfação, o nobre Senador Jorge Viana.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria mais cumprimentar V. Ex^a e me associar ao colega, Senador Cristovam. Nós já tivemos hoje, graças a uma iniciativa dele, uma sessão extraordinária aqui, pela manhã, nesta segunda-feira. Eu tive a satisfação de usar essa tribuna que V. Ex^a usa agora, lembrando, celebrando, procurando alertar, procurando questionar os desafios, mas especialmente homenageando as professoras e os professores do Brasil, cujo dia é celebrado no próximo dia 15. O Senador Cristovam presidiu a sessão – com a história, com o compromisso de vida que tem com a educação –, de que eu tive a honra de participar, e agora veio esse aparte dele a V. Ex^a. Ele é pernambucano, mas é um cidadão brasileiro, do Brasil, de Brasília, Senador de Brasília. Eu já ouvi o meu querido Líder, colega de V. Ex^a de Bancada e meu colega aqui, Humberto Costa, várias vezes trazendo esse tema que V. Ex^a aborda na



tribuna. Então, é um tema suprapartidário, é um tema que pensa o Brasil, que pensa o Nordeste, que pensa Pernambuco. E eu, sinceramente, acho que tudo o que foi falado por V. Ex^as é mais do que fundamentos, são fatos. E dentro disso nós não podemos ter – nós não podemos sequer pensar na possibilidade de ter – algum tipo de contrabando em uma questão tão essencial, que é necessária para o Estado brasileiro. É uma questão de saúde pública, é uma questão fundamental. Então, eu quero parabenizar V. Ex^a, Senador Armando, e me associar ao Senador Cristovam, nascido em Pernambuco, o Estado de V. Ex^a. Eu vi também o Senador Elmano falando que a última parada dele, rumo ao Piauí, foi também em Pernambuco. Saindo de lá... E chegou... Eu estava acompanhando a sessão... É uma história muito bonita, de mais de 50 anos de Piauí, não é, Senador Elmano? Aliás, eu quero parabenizar o Governador e nosso amigo, Senador Wellington Dias, pela avaliação. Neste momento, ter um Governador como ele bem avaliado pelo povo, a principal liderança do Estado, é fruto de muito trabalho. É um trabalho decente e honesto, que o Senador, o nosso colega Senador... Muito me honrou ser colega dele e Governador junto com ele. Hoje o Wellington Dias é Governador junto com o meu irmão, Tião Viana. Mas eu queria, Senador Armando, fazer uma referência: saíram os números da balança comercial. Só queria aqui, fazendo justiça a V. Ex^a, que os pernambucanos, que todos os brasileiros, que os empresários entendessem: mais uma vez o Brasil está colhendo aquilo que plantou, mas não plantou agora. Eu tenho que dizer que, graças... A Presidente Dilma é criticada por muita coisa. Muita coisa é injustiça cometida contra ela. Em algumas pode-se ter até razão, porque, quem assume um cargo como o dela, também erra. Mas ela convidou V. Ex^a para ser Ministro. V. Ex^a, a duras penas, em um momento de extrema dificuldade do País, criou as bases de uma política de comércio exterior – e eu ponho na sua conta, na conta do governo da Presidente Dilma, uma política que pensou o País. E o que nós tivemos? Um único indicador muito positivo, que vem dos fundamentos positivos, é esse. A inflação que nós estamos vivendo hoje é fruto da falta de dinheiro, de o povo comprar. As pessoas não têm como comprar, e aí os preços caíram. Basicamente isso. Pelo menos um componente importante da queda de inflação é isso. Então, eu não posso, mesmo celebrando uma inflação baixa, pôr isso como um resultado da política do Governo. Não, isso é resultado da falta de política do Governo, do caos que nós estamos vivendo. Mas o trabalho que V. Ex^a fez no Ministério está rendendo frutos até agora. No ano passado, salvo engano, nessa época, havia um saldo comercial de trinta e poucos bilhões. Terminamos o ano com mais de 40 bilhões. Este ano já passou dos 50 bilhões no mês de outubro, ou seja, até setembro. Devemos ter um saldo... E eu queria cumprimentar V. Ex^a, fazer justiça, registrar, porque não falta agora vir dizer que foi o Meirelles, que foi não sei quem, que foi o Temer. Não, esse é o resultado de uma política de um governo que criou os fundamentos para ela, em uma relação lá atrás, trabalhando – e V. Ex^a estava na engenharia dessa política. Por isso que, além de cumprimentá-lo pelo discurso que faz sobre uma questão estratégica para o Brasil e Pernambuco, eu quero também aproveitar e fazer essa ressalva, até pedindo, se possível, um comentário de V. Ex^a sobre essa questão, que é tão fundamental. Imagine o Brasil, com um rombo de 159 bilhões na sua conta fiscal, conseguir ter um saldo comercial de mais de 50 bilhões no mês de setembro. Fruto, é bom... Eu queria que a imprensa, com todo o respeito a ela, registrasse isso: fruto de uma política desenhada, iniciada, que começou a acontecer no governo da Presidente Dilma, em plena crise, quando V. Ex^a era Ministro do Desenvolvimento neste País.



O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador Jorge, eu quero agradecer muito a referência que V. Ex^a faz a esse trabalho – que V. Ex^a faz sempre de maneira generosa –, mas eu queria pedir ao meu caro Presidente para poder me dar depois uns minutinhos para eu fazer um comentário específico sobre esse tema da balança comercial.

E mais uma vez agradeço essa generosa manifestação do Senador Jorge Viana, que acompanha – todos nós sabemos aqui no Senado – todas as questões de interesse do País, inclusive no plano econômico, e que caracteriza sempre a sua atuação com uma postura muito serena, muito equilibrada, que todos nós admiramos nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – V. Ex^a terá o tempo necessário, porque reputo da mais alta relevância...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito obrigado.

Para fechar o tema que me trouxe aqui a esta tribuna, eu espero que, depois dessas marchas e contramarchas, finalmente o Ministério da Saúde não fique desafiando as decisões jurídicas e tentando solapar o próprio posicionamento que o Governo Federal vem, através do Presidente da República, manifestando.

Então, nós esperamos que dessa vez a decisão possa ser definitivamente cumprida e que não haja mais essas tentativas artificiais de subverter essa ordem e que, de forma justa e equilibrada, se busque aí contemplar os interesses do País e de Pernambuco.

A minha palavra não é a expressão de um regionalismo estreito ou de uma manifestação provinciana. Trata-se de respeitar decisões estratégicas que foram tomadas, recursos públicos que foram investidos e um modelo de transferência de tecnologia que pode ser defendido à luz do dia sob qualquer critério e sob qualquer escrutínio que venha a ser feito do ponto de vista da aferição do interesse público. Então, eu gostaria de deixar essa palavra.

Quanto à balança comercial, meu caríssimo Senador Jorge Viana, o Brasil está registrando até setembro um resultado fantástico de US\$53 bilhões de superávit na balança comercial.

Se tomássemos pela média dos dez meses, nós poderíamos projetar um resultado neste ano que ultrapassaria os US\$60 bilhões. Isso é algo muito, muito significativo. Por quê? Porque isso nos leva a uma posição, meu caro Presidente, em que o déficit em transações correntes... Há uma conta do comércio e da transação de bens e há uma conta de serviços. A conta de serviços envolve a balança do turismo, de fretes. Entra na conta, no balanço de transações correntes, a remessa de dividendos das empresas estrangeiras. Então, não fosse o excepcional desempenho da balança comercial, o déficit em transações correntes se elevaria a 2% do PIB.

Mas graças ao desempenho da balança comercial, esse déficit vai se situar ao redor de 1%, o que é algo perfeitamente administrável. E mais ainda: nós poderemos ter a perspectiva de ampliar as reservas cambiais do Brasil. Por quê? Porque além de o resultado da balança de bens e serviços globalmente apontar para um pequeno déficit em transações correntes – imenso superávit na balança comercial, mas, ao final, um déficit em transações correntes muito pequeno...

Mas considerando, meu caro Senador Jorge, o IED (Investimento Estrangeiro Direto), que entra nessa conta e que vai se aproximar neste ano...

(Soa a campainha.)



O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... de US\$78 bilhões, nós poderemos ver o saldo das nossas reservas cambiais ampliado. Se o Brasil considera – sempre consideramos – que um seguro do Brasil contra a crise é esse nível extraordinário de reservas cambiais que nós acumulamos, imagine V. Ex^a a possibilidade de ampliação das reservas graças ao resultado da balança comercial e ao resultado bastante reduzido do déficit em transações correntes.

Isso é um trabalho que vem de longe, não vem da nossa passagem no Ministério. Mas eu acho que temos, Senador Jorge... E quando eu vejo um discurso, às vezes, a meu ver, enviesado, tentando desprestigar a função pública... Eu quero dizer a V. Ex^a da satisfação que tive de trabalhar com os quadros do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, sobretudo na área de comércio exterior.

O Brasil dispõe de recursos humanos, de quadros muito qualificados – são analistas de comércio exterior. Este é outro mérito dos governos Lula e Dilma: nós incentivamos a criação de uma carreira, pode-se dizer de Estado, de analistas de comércio exterior. São mais de 300 brasileiros do melhor nível possível.

Eu quero dizer a V. Ex^a que tive o privilégio de trabalhar com muitos deles, junto ao Itamaraty, na realização de vários acordos que ampliaram o acesso dos produtos brasileiros aos mercados internacionais; à promoção de acordos de nova geração – que não são apenas acordos tarifários *stricto sensu*, mas acordos de convergência regulatória –, acordos na área de serviços, acordos na área de compras governamentais – foi feito um acordo inédito com o Peru.

Então...

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Se eu puder...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Tenho a satisfação de ouvi-lo mais uma vez.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Com a compreensão do nosso Presidente Elmano Férrer. É um debate tão importante. Eu, hoje de manhã, tive uma longa conversa com o Presidente Lula, que está aqui em Brasília. Eu fico pensando: em que País nós estamos vivendo, pelo menos setorialmente, de intolerância? As pessoas sequer se preocupam em ouvir o que o outro, que pensa diferente delas, tem a dizer – uma ação odiosa em tudo. V. Ex^a está falando... Nós estamos falando de fatos concretos. O saldo da balança comercial do Brasil em 2017 – um ano de profunda crise econômica para os brasileiros, ainda com pequenos sinais de melhora, mas de uma crise profunda –, até setembro, é de US\$53 bilhões, um recorde. Agora, eu queria fazer uma análise. Eu, outro dia, em um debate na Comissão de Relações Exteriores, de que sou Vice-Presidente, fiz uma conta. Talvez o senhor, que foi Ministro, é meu colega, Senador Armando, nem tenha esse número, mas, durante os oito anos do governo do Presidente Fernando Henrique – não estou falando isso para falar mal do governo do PSDB, não. São os números, os fatos –, o saldo comercial, de oito anos somados, foi US\$30 bilhões – US\$30 bilhões. Foram tempos difíceis, que o Presidente Fernando Henrique também enfrentou. O saldo comercial... Eu fiz essa conta para um debate de que fui participar. O saldo comercial do governo do Presidente Lula, que é tão satanizado, que sofre uma verdadeira caçada... Tem horas que eu digo: meu Deus, essa classe política... Não somos nós que não merecemos o Presidente Lula; eu acho é que o Presidente Lula não merece essa elite brasileira, porque ele entrou para a história por coisas boas. No saldo comercial do



governo dele, nos oito anos, Senador Armando, foram US\$340 bilhões, porque o Presidente Lula saiu do país por país fazendo acordo comercial. V. Ex^a estava acabando de falar isso. Não começou agora, não. Ele saiu com o Egito, mexeu com os países da África, com a Ásia, coisa que nenhum Presidente havia feito antes. Ele falou: "Eu vou vender os produtos do Brasil." E não foi para ele ganhar dinheiro. Alguns podem achar... Porque já vasculharam tudo dele, e não acharam conta no exterior, não acharam ouro em casa, não acharam filho com conta bancária que não possa ter explicação... O Presidente Lula começou essa história de colocar o Brasil disputando o mundo, colocando os produtos brasileiros no mundo, e eu vi o resultado. Se nós formos olhar país por país, o saldo comercial do Brasil é uma coisa extraordinária. Eu sempre discordei de algo que a gente ainda vive hoje. O senhor foi Ministro. Todos os nossos vizinhos perdem dinheiro com o Brasil, da Argentina, da Venezuela, do Uruguai, da Bolívia, do Peru... Nós temos uma balança superavitária com eles. Claro que há alguma exceção, quando há um produto específico, uma *commodity* específica. É diferente da China. A China perde dinheiro com os vizinhos. Ou seja, ela trata bem os vizinhos, os vizinhos ganham dinheiro com ela, e ela ganha dinheiro de quem não é vizinho. O Brasil ganha dinheiro dos vizinhos e, às vezes, perde com a própria China, que fica distante e tal. Mas o Brasil ampliou fortemente o comércio. E veja o que acontece: durante oito anos nós tivemos um saldo de balança comercial de US\$30 bilhões. Por isso é que vieram aí as nossas reservas, no governo do Presidente Lula. Agora vão chegar a US\$400 bilhões. Que país, quantos países no mundo têm uma reserva que é uma espécie de selo de garantia mais profundo como o nosso? E agora nós estamos chegando, num único ano – não sei, V. Ex^a deve ter previsão –, a algo que deve passar dos US\$60 bilhões o saldo da balança comercial neste ano, e vai aumentar muito as nossas reservas. Devemos aos trabalhadores, devemos a empresários, devemos, enfim... Mas há uma política de estabelecer relação com o mundo. E eu lamento que, em outros setores que estavam indo tão bem, em vez de consertarmos o que estava errado, estamos destruindo tudo. No setor da indústria naval, por exemplo, é um pecado fazermos isso. Nós vamos voltar a ser compradores. Nós estávamos começando a produzir equipamentos de alta tecnologia, com um custo elevadíssimo, e, em vez de consertarmos, de combatermos um gatuno que estava ali se apropriando, um ladrão roto, nós resolvemos desmontar tudo. Então, Senador Armando, essa é uma questão fundamental. Mas eu queria aqui, ainda, para V. Ex^a, que foi Presidente da CNI tanto tempo... Hoje, nós vimos, em Estocolmo, a escolha do Nobel de Economia. Há dois dados: a escolha do Nobel de Economia hoje e também uma longa matéria sobre *spread* bancário. *Spread* bancário, para quem não entende direito, é o quanto o banco cobra, ganha para fazer suas transações. É de 22% no Brasil. Aí vêm, logo em seguida, Alemanha e Estados Unidos, 5%, quatro vezes menos. E depois entra alguém ligado aos bancos dizendo que o problema é que aqui, no Brasil, o custo é muito alto. Não, eu só não entendo isto, Presidente, Senador Elmano: como é que a gente consegue ter o estratosférico juro de cartão de crédito, juro de cheque especial, juro real? E os banqueiros são concentradíssimos, em quatro, cinco bancos, quanto mais crise, mais eles ganham. E nós estamos vivendo... E o novo Nobel de Economia ganhou por conta de uma tese sobre economia comportamental. Ele estuda como nós seres humanos lidamos com as coisas, quanto que temos de fraqueza na hora de comprar, na hora de poupar, na hora de ter um equilíbrio fiscal mínimo com a família, o que um cidadão tem que ter. Ao mesmo tempo, ele tenta sair dessa coisa mecanicista. Banco não socorre ninguém: ele tira quando a gente está bem e tira, quando a gente está muito mal, tudo, o resto que sobra. E eu acho que o Brasil ainda não encontrou uma maneira,



porque, veja V. Ex^a, nós temos um saldo comercial: US\$56 bilhões. Vamos fazer por baixo, V. Ex^a, que sabe bem o câmbio, isso dá quanto em bilhões de reais? Multiplicando por três ponto alguma coisa, nós estamos falando de R\$150 bilhões, mais, quase o valor do nosso déficit. Um rombo de R\$159 bilhões temos aí, mas nós temos que pagar 500, 600 bilhões de juros da dívida. E não aparece... A gente só empodera banqueiro, e não aparece ninguém para dizer: "Espera aí, será que não há um Nobel de Economia que não seja só economia comportamental, mas uma economia de Estado, para dizer que não se trata de calote, não se trata de não pagar, mas se trata de a gente sobreviver?" Nosso País é viável, tem um saldo lá fora? Eu queria um pouco de comentário de V. Ex^a, Senador Armando, também aproveitando pela vivência de empresário, Presidente da CNI por tanto tempo, um estudioso da matéria e alguém que ajudou a criar esses fundamentos que fazem o Brasil ter uma única notícia boa, que é o saldo da balança comercial. Será que não é possível mesmo para que atravessemos esse período de crise? Será que a solução é esta: tirar dinheiro das universidades, tirar dinheiro da ciência e tecnologia, falar a Funai, acabar com tudo o que nós temos de política social? Estão destruindo a política social que o Brasil tinha, e o resultado vai ser violência. As pessoas têm que se perguntar: "Quando a gente tira dinheiro da mão do pobre, vem o quê?" Vem desespero, vem uma situação mais grave, de instabilidade, para botar na concentração dos que já têm. O contrário do que o Presidente Lula fazia, porque pouco dinheiro na mão de muitas pessoas é distribuição de renda. Esse dinheiro vai vir para quem já tem dinheiro, porque eles vão comprar. Então, em vez de pacificar o País, nós estamos criando a cizânia, a separação. E eu fico muito triste de ver uma situação dessas e acho que a economia tem muito a ver com isso. Hoje foi o dia da escolha do Nobel, hoje foi o anúncio do saldo da balança comercial e hoje foi também o anúncio do *spread* bancário. E...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador, V. Ex^a traz aqui também um outro tema importante, que é esse dos *spreads*.

Agora, na avaliação do comportamento da balança ao longo dessas duas décadas, é sempre bom dar um desconto à questão da variação de preços de *commodities*. Por exemplo, durante o período em que estivemos lá no Ministério, lamentavelmente os preços estavam deprimidos. Então, nós estamos colhendo agora, nesse resultado da balança que nós temos... É claro que há alguns setores da manufatura que estão colhendo resultados fantásticos, como o setor automotivo, por exemplo, que aumenta as exportações, neste ano, 60%. Nós atuamos muito para abrir mercados para o setor automotivo: acordos com a Colômbia, acordos com o Peru, a renegociação do acordo automotivo com o México, com a Argentina.

Mas nós estamos tendo um bônus este ano, que é a valorização de preços das *commodities*, especialmente os minérios e o petróleo. O Brasil é exportador líquido hoje de petróleo. E essa conta é uma conta muito importante. Então, o efeito preço no resultado de recuperação de preço de *commodities* é muito expressivo, mas temos aumento no volume, no *quantum*, que é outra forma de ler a balança. Você lê pelo valor e lê pelos volumes físicos.

Ainda assim, o Brasil é ainda apenas o 25º exportador do mundo. Nós temos uma avenida imensa para aumentar ainda mais a inserção internacional do Brasil. Eu costumava dizer, quando lançamos o Plano Nacional de Exportação, que existem 33 brasis lá fora para descobrirmos. O que é isso, Senador Jorge Viana? É que o Brasil representa 3% do PIB mundial. Então, se nós temos um



mercado aqui, imagine que lá fora existem 33 brasis em PIB equivalente para nós descobrirmos, para nós ampliarmos as nossas exportações. Então, o Brasil precisa fazer muito mais no comércio exterior.

A relação entre a corrente de comércio e o PIB é de pouco mais de 20% neste ano. Há países em que essa relação alcança 40%, mesmo países que têm o mercado interno expressivo. Então, nós temos muito o que ampliar nas exportações. E há um outro ponto importante, o maior escrutínio, o mais importante da competitividade: quem mais exporta é quem é mais competitivo. Leia-se a Alemanha. O fator China não abalou a Alemanha, porque a Alemanha foi buscar os nichos da indústria de maior densidade tecnológica e continuou a crescer e extraordinariamente a ampliar as exportações, mesmo com a emergência da China, que se transformou na grande fábrica do mundo. A Alemanha mantém-se firme como uma potência exportadora de produtos manufaturados de maior valor agregado. Então, a estratégia de crescimento do País tem que levar em conta a questão do comércio exterior.

Sobre os *spreads* bancários, Senador Jorge, um rápido comentário: o nosso Senado está dando uma contribuição importante, quando aprovou, na semana passada, na CCJ, a nova legislação do cadastro positivo. Isso afeta o *spread* na veia. E eu espero que esteja na pauta desta semana e que a gente possa aprovar aqui no plenário. Essa é uma medida concreta para reduzir o *spread*, porque você passa a ter um cadastro positivo para poder discriminar o tomador do crédito de modo a não fazer com que todos paguem pela inadimplência de alguns, que é o que acontece no sistema atual.

Há um prêmio de risco que está na taxa de juros e que é cobrado para todos indistintamente, quando, na realidade, se eu mostro que tenho um histórico de bom pagador, eu deveria ter uma taxa de juros diferenciada. E é isso que a experiência internacional consagra. O Brasil só fala de cadastro negativo, de negativar, de Serasa. Vamos falar de cadastro positivo.

E, com essas alterações, nós vamos ter um banco de dados de mais de 100 milhões de brasileiros, vamos dar oportunidade, Senador Elmano, àqueles brasileiros que não estão no sistema bancário, que não são bancarizados. Nós podemos utilizar o pagamento deles de utilidades públicas, como a conta de luz e a conta de telefone, para usarmos no histórico de crédito como algo que abone a pessoa, o cidadão comum que paga a suas contas em dia. Então, essa nova legislação do cadastro positivo vai ser algo que vai incluir um contingente imenso de brasileiros que hoje estão à margem do mercado.

E, sobre o Prêmio Nobel, a economia é uma coisa fascinante, porque há um elemento, uma variável que não há modelo econômétrico que possa capturar, que é a variável do comportamento humano. É por isso que muitos acham que, como toda ciência social, tem essa precariedade. Mas, ao mesmo tempo, há modelos muito sofisticados, modelos econôméticos que, no mundo, vêm ganhando importância para que você possa fazer projeções, etc. Mas alguém já disse com muita propriedade – e eu queria fechar aqui a minha participação – que, na economia, a ignorância tem certezas e a sabedoria tem dúvidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Eu que agradeço as palavras de V. Ex^a.

Convido-o a assumir a Presidência desta sessão, ao tempo em que concedo a palavra, pela ordem de oradores inscritos, ao nobre Senador Jorge Viana, do PT, do Acre.



(*O Sr. Elmano Férrer deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Armando Monteiro.*)

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Com satisfação, passo a palavra ao nobre Senador Jorge Viana, do PT, do Acre.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Armando, eu estava atentamente ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a e acho que é importante, usando os recursos que nós temos, a TV Senado, a Rádio Senado, a tribuna da Casa, falarmos um pouco deste País que não queremos e falarmos também um pouco do País que nós queremos, que o povo brasileiro quer e merece.

Eu, quando fiz a intervenção, falava de saldo de balança comercial, que significa que o Brasil está produzindo mais, está buscando disputar o mundo. E os números que V. Ex^a trouxe são extraordinários porque mostram o caminho que nós temos que percorrer nessa área. E, quando traduzimos e dizemos: o que o Senador Armando estava falando? Ele estava falando que nós podemos ter muito mais atividades produtivas, mais emprego e renda, ganharmos mais recursos, mais dinheiro para o nosso País, crescendo três ou quatro vezes as exportações, que é o que os números, os indicadores permitem analisar. E, quando eu faço essa referência, é porque isso tem que ser estratégia de país, tem que ser uma estratégia.

A minha Região Amazônica é tida no Brasil, hoje, como um problema, Senador Armando; 20% da biodiversidade do Planeta...

Eu agora vou fazer uma viagem – não neste mês, mas no próximo – para a China. Pela primeira vez – claro –, o Brasil está entrando agora na organização mundial de ratã e bambu.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É uma organização ligada às Nações Unidas, que tem sede na China. Então, veja, uma organização que trata de ratã e bambu, que na Ásia são consumidos... São quase uma *commodity*.

E qual é o país que tem as maiores florestas de bambu do mundo? O Brasil. Qual é a participação nossa nesse mercado, nesse comércio? Zero! Nunca estudamos, ou pouco estudamos, e nunca trabalhamos como uma perspectiva de um bom negócio para o País. Aliás, um grande negócio. O Acre tem experiências. Estamos tentando trabalhar na fundação e tecnologia, mas eu lutei muito, três anos, para que o Brasil fosse signatário desse acordo. Agora, em novembro, vai haver a solenidade da entrada do Brasil, o que é um sonho para os chineses. Um dos países que tem as maiores áreas de floresta de bambu estar fora da organização que trata do comércio desse...

Eu poderia citar um mundo de outras coisas. Qual é a indústria que mais cresce no mundo? Turismo, cosméticos e fármacos. Essas são, tirando as áreas de tecnologia, as atividades que crescem assustadoramente, independentemente de crise ou de país. O Brasil está inserido nas três: no turismo, nós não temos nada; na parte de cosméticos, nós temos tudo. Quer dizer, nós não temos participação nenhuma no turismo, mas imagine este País, com 8 mil quilômetros de litoral, com a Amazônia, com o Centro-Oeste, com o Cerrado, com o Nordeste, com o Sul, com o clima? Nós somos a base, o berço do turismo, e não temos atividade econômica... É insignificante, por mil razões;



porque o Brasil nunca pensou em ter; por isso não tem. Na área de fármacos e cosméticos, há uma relação de dependência da biodiversidade, da natureza.

Nós aprovamos – eu fui Relator – a Lei de Ciência e Tecnologia e a Lei da Biodiversidade. Fui Relator das duas. São instrumentos poderosíssimos. Recentemente fui à L'Oréal, ao mais importante laboratório de cosméticos da América do Sul, a L'Oréal, no Rio de Janeiro, falando: "Agora há uma lei; vocês não vão ser tratados como biopiratas." Pretendo procurar a Natura. Isso é para que a gente possa usar a Amazônia como um ativo econômico; ninguém tem um ativo econômico, uma vantagem comparativa como nós temos.

Tudo isso mostra as possibilidades que este País tem de crescimento do comércio, de crescimento da indústria, de estar inserido nesse mundo contemporâneo tão desafiador, no qual vão desaparecer várias atividades econômicas, muitas profissões, mas vão se empoderar outras. Por que eu estou falando isso? Para que a gente possa vencer esse período de dificuldades olhando para frente, tentando ver como a gente faz para ajudar o País a se reerguer, a se levantar.

Veio recentemente, agora – eu fui fazer uma palestra em São Paulo, mas queria ter assistido a ele –, o Presidente Obama. Ele fez uma fala apropriada para o nosso País: ele estava falando de tolerância, de intolerância, de ouvir a pessoa de que a gente nem gosta, em quem a gente às vezes nem acredita... Mas temos que ouvir; é um outro igual a gente falando. Parece que resolvemos ir na contramão; e, na contramão, vai se abalar, vai se bater, vai se destruir, vai haver danos.

E eu queria, então, no dia em que sai a indicação do Nobel de Economia, que acaba de ser escolhido, o Sr. Richard, da Universidade de Chicago... Ele traz um repensar, ele traz um repensar para todos nós, porque ele fala de economia comportamental. Quando a gente acha que a economia é número – um paga, o outro compra, um vende, um empresta, o outro lucra o juro, o outro apostar na Bolsa –, não, ele fala de pessoas: que nós temos que nos preocupar com o outro.

Agora, como é que nós vamos viver isso com os bancos agindo do jeito que agem, com a ganância com que agem, ampliando fortemente os seus lucros – ampliando fortemente os seus lucros – e ganhando muito mais quando a crise é maior? Quer dizer, enquanto houver gente se desempregando, enquanto houver gente sofrendo, os bancos ganham mais. E é uma concentração bancária que nenhum país do mundo acho que tem como nós temos no Brasil. Acho que não tem nenhum país do mundo.

É incrível. É toda hora querendo copiar o Estados Unidos, mas tem coisa que a gente não faz igual a eles. Quantos bancos há nos Estados Unidos? Na Europa? E quantos há no Brasil?

Então, nós não vamos a lugar nenhum por esse caminho da ganância, da exploração do outro, sem pensar que... Há um provérbio africano que fala: "Quem quer ir longe vai com muitos. Quem quer ir perto vai sozinho". Então, sozinho a gente vai perto, a gente não vai longe. Para ir longe, tem que ir com muitos, tem que ter trabalho, tem que ter dificuldade, tem que ter convivência com o outro. E o Presidente Obama trouxe um pouco disso para nós, ele falava um pouco disso, que é do que o Brasil está precisando.

Eu não sei, mas certamente boa coisa não vai dar com esse justiçamento com que a gente vive: um reitor ter que se suicidar por conta da maneira como foi tratado, de não poder falar com um padre, de não poder falar com o advogado, de injustamente ser colocado nu, dentro de uma cela, com criminosos, sem ser criminoso e, "não, mas foi a Polícia que mandou, foi um ministério desses que mandou, foi o juiz que mandou".



Nós estamos assim: primeiro, a gente condena, destrói as pessoas; depois, a gente vai ver se elas têm alguma culpa. Esse é um caminho da insensatez, que não tem nada de civilizado, e eu fico triste de ver meu País vivendo isso, a intolerância, o preconceito, o ódio presente em tudo.

Então, fiz esses comentários porque tinha feito o aparte a V. Ex^a, mas eu vim à tribuna para fazer um registro. Queria aqui dizer duas coisas: agradecer ao povo de Sena Madureira, que nos recebeu numa plenária nesse final de semana. Nós fizemos a última plenária da Frente Popular para ouvir e discutir, com os pré-candidatos ao Governo, o nome da Vice-Governadora, Nazareth; do Líder do Governo na Assembleia, Daniel Zen; do Secretário de Segurança, Emilson Farias; e do Marcus Alexandre, Prefeito de Rio Branco. São os quatro nomes que nós temos, da Frente Popular do Acre.

Estamos fazendo algo muito bonito, que é, sem brigas, sem confusão, plenárias coletivas, discutindo. E já, agora, no mês de outubro, com o Governador Tião Viana nos ajudando nesse processo, nós temos a definição dos pré-candidatos ao Governo, a Vice-Governador e ao Senado (eu tenho uma honra, junto com Ney Amorim, de ver meu nome colocado). Nesses tempos de tanta insensatez, tem que haver bom senso, e, lá, no Acre, a gente, com união, conseguiu fazer plenárias em todas as regionais do Estado, e a última foi nesse fim de semana. Eu queria muito agradecer às lideranças de Sena Madureira, de Manoel Urbano, de Santa Rosa, que nos acolheram – e eu tive o privilégio de participar.

E uma outra questão, também muito rapidamente: queria agradecer ao Sr. Valter Casimiro, Diretor-Geral do DNIT. Eu não tenho nenhum problema em fazer isso, porque ele faz parte agora do Estado brasileiro, de um órgão, é um técnico. Nesse final de semana eu não pude participar porque estava em São Paulo, mas em Brasileia foi assinado um contrato para se iniciar as obras do anel viário, Brasileia-Epitaciolândia, na BR-317, que é o que nós chamamos de Estrada do Pacífico. Com isso, nós vamos ter uma obra fundamental naqueles dois Municípios. Inclusive, é a terra do meu pai. Essa é uma luta do Governador Tião Viana de muito tempo, é bom que se diga. Nós estamos trabalhando essa matéria desde o governo do Presidente Lula, depois no governo da Presidente Dilma. E foi a partir de uma emenda coletiva e impositiva de Bancada que nós conseguimos os recursos. Os recursos foram garantidos. A ordem de serviço, o projeto agora foi lançado.

Eu queria cumprimentar também o Thiago, o Engenheiro Thiago Caetano, que é o responsável, o representante do DNIT no Acre. Eu faço aqui esse registro. Quero agradecer à direção do DNIT, porque cobro muito, cobro muito, e vou seguir cobrando melhorias na estrada. Agora mesmo, de Sena Madureira para Rio Branco as obras estão muito devagar. Há um trecho – que é do Exército – que está muito devagar. Todas as horas há problemas de carros com risco de acidentes graves, problemas nos pneus, danos nos carros por conta da buraqueira nas BRs 364 e 317. Na BR-364 precisamos ter um melhor aproveitamento do período entre uma chuva e outra – porque agora começou o período chuvoso no Acre –, para que a gente não tenha a interdição dela. Essa BR-364 é fundamental para a integração do Acre. Não adianta algum político espertalhão querer se apropriar disso. Todas as pontes dela foram feitas com muito trabalho. Eu trabalhei oito anos nela e não abro mão de seguir lutando por ela, trabalhando intensamente para que a manutenção dela aconteça. Aí vem gente dizer que o dinheiro foi mal gasto. Eu falo: a BR-364 não funcionava muito bem até três anos atrás? Por que ela não está funcionando agora? Porque pararam de fazer manutenção, pararam de investir. Ela era muito melhor ou não era três anos atrás, dois anos e meio atrás do que agora?



Isso explica que o dinheiro que nós aplicamos foi um dinheiro necessário. E eu posso também afirmar que foi também aplicado de maneira correta. Agora, numa região em que não há pedras, numa região em que o solo é muito ruim, como é de Sena Madureira até Cruzeiro do Sul, não há dinheiro que chegue, e tem que haver sempre manutenção e investimentos.

Mas eu, além de cobrar isso, quero fazer esse registro e encerrar essa minha fala agradecendo ao DNIT, ao Ministério dos Transportes por ter possibilitado a operacionalização dessa emenda parlamentar. E digo: a nossa Bancada se uniu – eu sou parte. E digo ao povo de Assis Brasil, de Brasileia, de Epitaciolândia, que, graças ao trabalho do Governador Tião Viana lá atrás, com a Presidente Dilma, graças à união da Bancada Federal, da cobrança dos prefeitos... Está aí a Prefeita Fernanda: eu quero cumprimentar a Prefeita de Brasileia pelo trabalho que está fazendo. Quero cumprimentar o Tião Flores também, o Prefeito de Epitaciolândia, mas a Fernanda foi a anfitriã. Quero parabenizar você, Fernanda, por tudo que está fazendo, pelo trabalho.

E aqui quero deixar registrado os meus agradecimentos ao Dr. Valter Casimiro, Diretor-Geral do DNIT; ao Thiago Caetano, que é responsável pelo DNIT no Acre. Independentemente de qualquer coisa – eu expliquei para ele que eu não podia ir –, nós todos temos que estar unidos nas boas causas, nas causas que são de interesse de todo o povo do meu Estado. Essa luta por uma BR-364, pela BR-317, sem buracos, com boa manutenção, bem sinalizadas tem que ser uma luta de todos.

E esse anel viário em Brasileia e Epitaciolândia é algo esperado há muito tempo, por isso é que eu faço questão de registrar aqui no plenário do Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Cumprimento o Senador Jorge Viana.

E, ao que parece, não temos mais Senadores inscritos. Encerramos, portanto, a sessão do dia de hoje.

Muito obrigado a todos.

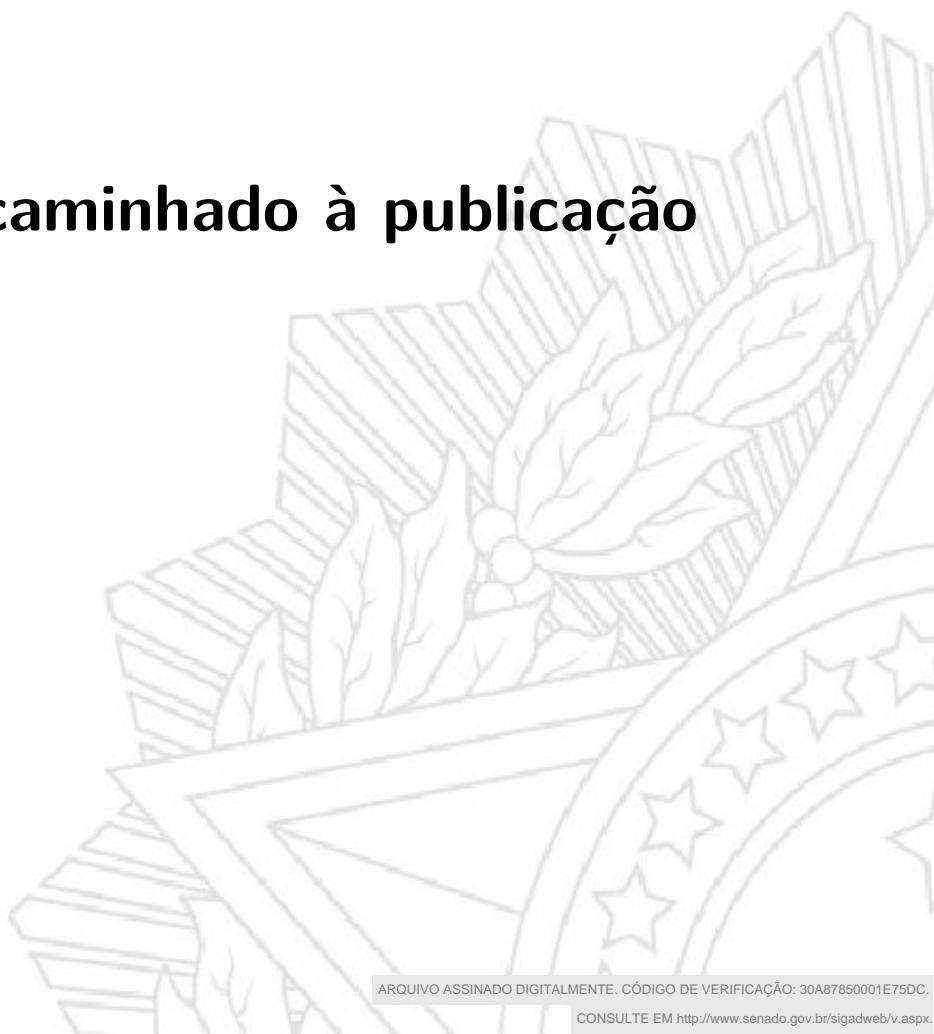
(Levanta-se a sessão às 17 horas e 32 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 151^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Discurso emcaminhado à publicação



O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, juntamente com o Senador Cristovam Buarque, e outros Srs. Senadores, apresentei o Requerimento nº 777, de 2017, propondo a realização desta Sessão Especial destinada a prestar uma singela homenagem ao Dia do Professor, celebrado em 15 de outubro.

Tudo começou em 15 de outubro de 1827, quando o Imperador Dom Pedro I baixou Decreto criando o Ensino Elementar no Brasil e determinando que *"todas as cidades, vilas e lugarejos tivessem suas escolas de primeiras letras"*. Tratava, ainda, da descentralização do ensino, do salário dos professores, das disciplinas básicas e até do modo de contratação dos professores. Mas somente em 1963, com o Decreto Federal nº 52.682, a data se transformou em feriado escolar. O Decreto definia, inclusive, a razão do feriado:

(abro aspas) *"Para comemorar condignamente o Dia do Professor, os estabelecimentos de ensino farão promover solenidades, em que se enalteça a função do mestre na sociedade moderna, fazendo participar os alunos e as famílias"* (fecho aspas).

De fato, trata-se de um profissional do mais alto valor, da mais alta importância para nossa sociedade, que precisa ser enaltecido sim, mas que, infelizmente, não tem recebido o devido reconhecimento por parte do Poder Público. Então, essa data deve servir para alertar as autoridades e a sociedade quanto à situação que os professores vivenciam atualmente em nosso País.

Trago aqui um exemplo de como a situação da carreira de professor no Brasil está realmente péssima. De acordo com o *ranking* de valorização elaborado pela fundação educacional Varkey Gems, em 2013, o Brasil ficou em penúltimo lugar, no universo de 21 países pesquisados. Numa escala que vai de 0 a 100, a avaliação do País ficou bem abaixo da média de 37 pontos, atingindo apenas 2,4 pontos.

A pesquisa levou em conta quatro indicadores – interesse pela profissão, respeito em sala de aula, remuneração salarial e comparação com outras profissões. Quanto ao interesse pela profissão, uma outra pesquisa, das fundações Victor Civita e Carlos Chagas, deu também indícios desanimadores: apenas 2% dos estudantes de ensino médio pesquisados no Brasil tinham como primeira opção no vestibular carreiras em pedagogia ou licenciatura.

E não é para menos!

Afinal de contas, no Brasil, os professores além de enfrentarem salas de aulas cheias e falta de condições adequadas de trabalho, ganham mal: menos da metade da média salarial paga aos professores de 46 países, foi o que mostrou um estudo divulgado pela OCDE, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Enquanto a média entre os professores da educação básica, no Brasil, é equivalente a 12.337 dólares por ano, nos outros países pesquisados ela é de 28.700 dólares!

Também, não é de se espantar, com um piso salarial nacional de apenas 2.298 reais por mês, não poderia ser outro o resultado!

Contudo, de acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, mais de dez estados brasileiros não pagam nem esse piso. Por outro lado, nossos professores são os que ganham menos, mas estão entre os que mais trabalham. Nos países pesquisados, o professor passa, em média, 40 semanas em sala de aula por ano. Isso inclui o tempo que eles levam para preparar as aulas e corrigir as provas. No Brasil, são duas semanas a mais de trabalho!



Então, ser professor no Brasil não é algo que motive quem está buscando uma profissão. Basta ver as estatísticas dos vestibulares para as nossas melhores universidades: enquanto os cursos mais procurados no vestibular da Fuvest, que seleciona alunos para a USP, têm mais de 50 candidatos por vaga, a concorrência nas licenciaturas e na Pedagogia não chega a 10.

Na Unicamp, a situação não é muito diferente: apenas a licenciatura em letras ultrapassa os 10 candidatos por vaga, em média.

Além dos baixos salários e da estafante jornada de trabalho, existem ainda outros graves problemas que precisam ser enfrentados e que afetam diretamente a qualidade da aula ministrada pelo professor. Refiro-me, por exemplo, à falta de autonomia pedagógica, às turmas superlotadas, ao sucateamento de escolas e ao filtro ideológico na indicação política do corpo de diretores.

Temos ainda o grave problema da falta de disciplina em sala de aula. Hoje o professor é frequentemente desrespeitado por pais e alunos e, muitas vezes, se vê impossibilitado de manter a disciplina em sala de aula, o que só aumenta o desgaste e o *stress* desse profissional.

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é uma situação preocupante, porque sabemos que, sem educação, é impossível construir um país melhor, com justiça social, com progresso e desenvolvimento. Basta ver os exemplos que estão ao nosso redor.

Não vemos, na literatura, nenhum caso de país desenvolvido que não tenha investido fortemente em educação. Investir em educação significa muita coisa, mas, sobretudo, significa valorizar o profissional da educação, o professor.

Nesse sentido, talvez seja uma alternativa federalizar o ensino básico e estabelecer um plano de carreira nacional que estimule o aperfeiçoamento dos profissionais e valorize seu tempo de trabalho, tanto em sala de aula, quanto fora dela.

Evidentemente, é preciso melhorar a remuneração do professor, diminuir as contratações temporárias e incentivar a formação continuada do profissional do magistério.

O Plano Nacional de Educação para o período de 2014 a 2024 pode ser um dos caminhos para tornar a carreira de professor atraente. Ele prevê, por exemplo, equiparar a remuneração dos docentes com a média de outras ocupações de nível superior e a criação de planos de carreira em todos os municípios.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

Educar é uma função nobre, e extremamente importante para qualquer sociedade. Todos nós, que aqui estamos, um dia estivemos sentados numa sala de aula, aprendendo as primeiras letras. Numa sociedade em que o conhecimento tem cada vez mais importância, e em que as transformações se aceleram a cada dia, o professor desempenha um papel chave. A ele compete não apenas formar novos profissionais para o mercado de trabalho, mas, sobretudo, formar cidadãos conscientes de seus direitos e dos seus deveres. Compete ao professor, também, transmitir bons valores para os educandos, para que se formem homens e mulheres de bem.

Já nos ensinava Pitágoras, no ano 500 a.C, que “é preciso educar a criança para não ter que punir o homem”. Se hoje enfrentamos graves problemas de violência urbana, uma das razões é, com toda a certeza, a deficiência do nosso sistema educacional, que começa pela falta de valorização do profissional de educação.



Para concluir, no dia de hoje, gostaria de homenagear aqui todos os professores do Distrito Federal, e do Brasil, pelo transcurso do seu dia, na figura da professora Apparecida de Oliveira Corrêa, primeira professora concursada de Brasília, no ano 1958, ela e suas colegas pioneiras desbravaram o Cerrado trazendo as letras e o conhecimento às crianças dos Candangos¹.

Como parlamentares, temos a função de elaborar leis, de fiscalizar e também de alertar a sociedade e as autoridades para situações que podem comprometer o futuro do nosso País. E por isso, Sr. Presidente, se nada for feito para melhorar a educação no Brasil, daqui a algum tempo – talvez 10, ou 20 anos – a distância entre nós e os países desenvolvidos será tão grande, que se tornará impossível superá-la. Os novos desenvolvimentos da tecnologia, tais como a robótica, a inteligência artificial e a nanotecnologia mostram que o caminho a percorrer é longo. Temos ainda muitos problemas de base a solucionar, e o primeiro deles é, sem dúvida, a educação.

A vocês professores, meus parabéns!!

Porque, apesar dos baixos salários, da longa e cansativa jornada de trabalho e de todos os problemas, vocês não desistem; continuam lá, firmes e fortes, munidos do ideal de ensinar, de transmitir conhecimentos e de contribuir para um mundo melhor! São heróis anônimos que ajudam a construir o futuro do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 152^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicações





Fica designado
o Senador Roberto
Rocha na forma do
expediente.
Em 09/10/17.
O Deputado:

Ofício nº 215/17-GLPSDB

Brasília, 05 de outubro de 2017.

Senhor Presidente,

Indico o Senador ROBERTO ROCHA para integrar,
como SUPLENTE, a Comissão de Serviços de Infraestrutura, na
vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Atenciosamente,

Senador PAULO BAUER
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

+ Terebida
em 09/10/17
Flávio
46380





Fica designado
 o Senador Roberto
 Rocha, nos termos do
 escrito.
 Em 09/10/17
 O Líder.
 (Assinatura)

Ofício nº 216/17-GLPSDB Brasília, de outubro de 2017.

Senhor Presidente,

Indico o Senador **ROBERTO ROCHA** para integrar, como titular, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, na vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Atenciosamente,



Excelentíssimo Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
 Presidente do Senado Federal





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

Fica de *designado*
o Senador Roberto
Rocha, nos termos
do expediente.

Em 09/10/17
Paulo Bauer

Ofício nº 218/17-GLPSDB

Brasília, de outubro de 2017.

Senhor Presidente,

Indico o Senador **ROBERTO ROCHA** para integrar, como titular, na vaga destinada ao PSDB, a Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das empresas nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997.

Atenciosamente,

Paulo Bauer
Senador PAULO BAUER
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

Recebido
em 09/10/17
Paulo Bauer
10250





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROBERTO ROCHA – PSDB/NA

Ofício nº 255/2017 – GSRR

Brasília/DF, 05 de outubro de 2017

A Sua Excelência o Senhor
PRESIDENTE EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal
N E S T A

*À Publicação.
Com 09/10/17
Roberto Rocha*

Senhor Presidente,

Sirvo-me desta para comunicar a Vossa Excelência a minha filiação ao PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira, conforme atesta em anexo a ficha de filiação, abonada por Suas Excelências o senador Tasso Jereissati, presidente da agremiação e o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

Solicito sejam procedidas as alterações devidas, nos registros da Casa.

Atenciosamente,

Senador ROBERTO ROCHA
PSDB/MA

Recebido em 06/10/17
Hora in : 41
Paula Póvoa
Paula Costa Póvoa Dantas - Mat. 256149
SGM - Senado Federal

Senado Federal – Anexo I – 25º andar
CEP 70165-900 – Brasília/DF – Fone: 61 3303 1437 / Fax: 61 3303 1438
e-mail: gabinete@robertorocha.com.br
www.robertorocha.com.br



Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 181, DE 2017

(nº 411/2016, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à RC FM – RÁDIO COMUNITÁRIA DE ITAMBÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itambé, Estado de Pernambuco.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1463467&filename=PDC-411-2016

- Documentos

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1427717&filename=MSC+584/2015

À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.



[Página da matéria](#)

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à RC FM - RÁDIO COMUNITÁRIA DE ITAMBÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itambé, Estado de Pernambuco.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 467, de 30 de abril de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por dez anos, a partir de 12 de setembro de 2011, a autorização outorgada à RC FM - Rádio Comunitária de Itambé para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itambé, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de de 2017.

RODRIGO MAIA
Presidente





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 182, DE 2017

(nº 663/2017, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1560836&filename=PDC-663-2017

- Documentos

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1457891&filename=MSC+217/2016

À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.



[Página da matéria](#)

Aprova o ato que outorga permissão à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 473, de 20 de junho de 2014, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga permissão à Universidade Federal do Pampa para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de 2017.

RODRIGO MAIA
Presidente





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 183, DE 2017

(nº 667/2017, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Poções, Estado da Bahia.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1560840&filename=PDC-667-2017

- Documentos

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1458020&filename=MSC+218/2016

À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Poções, Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 3.594, de 19 de agosto de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por dez anos, a partir de 2 de outubro de 2013, a autorização outorgada à Associação Lar Comunitário para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Poções, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de 2017.

RODRIGO MAIA
Presidente



Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 181 a 183/2017 serão apreciados terminativamente pela CCT, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.



Ofício da Câmara dos Deputados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 250/2017/PS-GSE

Brasília, 05 de outubro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de PL à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, com uma emenda de redação, o Projeto de Lei nº 1.465, de 2011, do Senado Federal (PLS nº 6, de 2009), que “Acrescenta parágrafo único ao art. 16 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer que, após os idosos, os professores tenham prioridade para recebimento da restituição do imposto de renda da pessoa física”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 05.10.17.

Atenciosamente,

Députado GIACOBO
Primeiro-Secretário

Recebido em 05 / 10 / 2017
Hora: 16 : 41

Thiago Geovanni Paes Ferreira
Matrícula: 29851-SLSF/SGM

Pareceres





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 98, DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o processo Projeto de Lei do Senado nº165, de 2015, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que Altera a Lei Complementar 101 de Maio de 2000.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço

03 de Outubro de 2017



PARECER N° , DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre as Emendas de Plenário oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2015 – Complementar, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que *altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000.*

SF/17791.93460-07

RELATOR: Senador **RICARDO FERRAÇO**

I – RELATÓRIO

Volta ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei de Senado (PLS) nº 165, de 2015 – Complementar, que *altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000*, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho.

A matéria tramitou nesta Comissão de Assuntos Econômicos, onde, em 15 de agosto de 2017, foi aprovado Parecer favorável à matéria, com a apresentação de uma emenda de redação, Emenda nº 3-CAE, alterando a ementa da lei, e rejeição das Emendas nºs 1 e 2-CAE, de autoria do Senador Romero Jucá, passando a constituir o Parecer nº 69, de 2017-CAE.

Na ocasião, foi aprovado também requerimento de urgência para a matéria.

O Projeto seguiu para o Plenário, onde foram apresentadas, na Secretaria Geral da Mesa, as Emendas nºs 4 e 5-PLEN, do Senador Romero Jucá.

A matéria retornou à CAE para exame das emendas apresentadas em Plenário, sendo redistribuída a este relator em 29 de agosto de 2017, por força do disposto no art. 126, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).



II – ANÁLISE

Ao exame da matéria, esta Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o entendimento deste relator, em concordância com o autor da proposição, no sentido de que *permitir a livre alteração de metas significa, na prática, a inexistência de qualquer planejamento. Desta forma, limitar os prazos para que o Poder Executivo possa alterar as metas fiscais de superávit fiscal irá contribuir para o fortalecimento dos instrumentos de planejamento orçamentário-financeiro previstos na Constituição, sobretudo a Lei de Diretrizes Orçamentárias.*

Nos termos originais do PLS nº 165, de 2015 – Complementar, aprovado anteriormente pela CAE, ficará vedado *ao Poder Executivo alterar a meta de superávit primário prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias após o término do primeiro período legislativo da sessão legislativa, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade*, conforme redação proposta ao § 5º da art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A Emenda nº 4-PLEN oferece nova redação a este dispositivo da LRF propondo a vedação ao Poder Executivo de *propor alteração da meta de resultado primário, no último trimestre do exercício financeiro, se a proposta importar em redução de superávit ou aumento de déficit referente ao exercício em curso.*

Percebe-se que a Emenda nº 4-PLEN flexibiliza o prazo de alteração da meta de resultado primário e impõe condições para que o Poder Executivo possa propor tal alteração, mas mantém o entendimento que metas anteriormente aprovadas pelo Congresso Nacional não podem ser livremente alteradas. Nesse sentido, a Emenda não representa maiores alterações ao projeto e pode ser perfeitamente acatada.

Porém, a Emenda nº 4-PLEN também suprime a expressão “sob pena de incorrer em crime de responsabilidade” que, no nosso entender, é fundamental para a finalidade pretendida, qual seja, fortalecer os instrumentos atuais de planejamento orçamentário-financeiro previstos na Constituição Federal, especialmente a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Desta forma, entendemos que a Emenda nº 4-PLEN deve ser acatada parcialmente, na forma de subemenda que apresentamos nos termos do § 6º do art. 133 do RISF, respeitando-se o art. 231 também do RISF,


SF/17791.93460-07

acrescentando ao seu texto a expressão “sob pena de incorrer em crime de responsabilidade”.

A Emenda nº 5-PLEN disciplina a apresentação de proposta de alteração da meta de resultado primário apresentada nos termos da Emenda nº 4-PLEN, aperfeiçoando-a, podendo, portanto, ser acatada.

III – VOTO

Diante do exposto, manifestamos nosso voto favorável à Emenda nº 4-PLEN, na forma da subemenda que apresentamos, e favorável à Emenda nº 5-PLEN, oferecidas em Plenário ao Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2015 – Complementar.

SF/17791.93460-07

SUBEMENDA 1 À EMENDA N°4-

PLEN (ao PLS nº 165, de 2015 –

Complementar)

Dê-se ao § 5º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000, constante do art. 1º do PLS nº 165, de 2015, a seguinte redação:

“Art. 4º

.....“

§ 5º É vedado ao Poder Executivo propor alteração da meta de resultado primário, no último trimestre do exercício financeiro, se a proposta importar em redução de superávit ou aumento de déficit referente ao exercício em curso, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Relatório de Registro de Presença

CAE, 03/10/2017 às 10h - 39ª, Ordinária

Comissão de Assuntos Econômicos

PMDB			
TITULARES		SUPLENTES	
KÁTIA ABREU	PRESENTE	1. EDUARDO BRAGA	PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO		2. ROMERO JUCÁ	
GARIBALDI ALVES FILHO	PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER	PRESENTE
RAIMUNDO LIRA		4. WALDEMIR MOKA	PRESENTE
SIMONE TEBET	PRESENTE	5. FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE
VALDIR RAUPP	PRESENTE	6. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTES	
GLEISI HOFFMANN		1. ÂNGELA PORTELA	
HUMBERTO COSTA		2. FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE
JORGE VIANA		3. PAULO PAIM	PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	4. REGINA SOUSA	PRESENTE
LINDBERGH FARIAS		5. PAULO ROCHA	PRESENTE
ACIR GURGACZ		6. RANDOLFE RODRIGUES	

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTES	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	2. DALIRIO BEBER	PRESENTE
JOSÉ SERRA		3. FLEXA RIBEIRO	PRESENTE
RONALDO CAIADO	PRESENTE	4. DAVI ALCOLUMBRE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTES	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
OMAR AZIZ		2. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		3. BENEDITO DE LIRA	

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)			
TITULARES		SUPLENTES	
LÚCIA VÂNIA		1. ROBERTO ROCHA	
LÍDICE DA MATA		2. CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE
VANESSA GRAZZIOTIN		3. VAGO	

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTES	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	1. PEDRO CHAVES	PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE	2. VAGO	
TELMÁRIO MOTA		3. CIDINHO SANTOS	PRESENTE



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 165/2015)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL À EMENDA Nº 4-PLEN, NA FORMA DA SUBEMENDA Nº 1-CAE, E FAVORÁVEL À EMENDA Nº 5-PLEN.

03 de Outubro de 2017

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER Nº 175, DE 2017-PLEN-SF

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o processo Projeto de Lei do Senado nº471, de 2011, do Senador Fernando Collor, que Dispõe sobre a restituição de contribuição social a que se refere o § 2º do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências.

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

RELATOR *Ad hoc*: Senador João Durval



PARECER N° , DE 2012

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 471, de 2011, do Senador Fernando Collor, que “dispõe sobre a restituição de contribuição social a que se refere o § 2º do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências”.

RELATOR: Senador **RICARDO FERRAÇO**

RELATOR “Ad Hoc”: Senador **JOÃO DURVAL**

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o Projeto de Lei do Senado nº 471, de 2011, de autoria do nobre Senador Fernando Collor. A medida altera a legislação previdenciária para estabelecer prazo máximo, de trinta dias, para a restituição dos valores retidos e recolhidos em nome da empresa cedente, com base no valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, por empresas contratantes de serviços realizados mediante cessão de mão de obra, inclusive em regime de trabalho temporário. O citado prazo será contado a partir da data do protocolo do pedido e o valor restituído será acrescido de juros.

Ao justificar sua iniciativa, o autor afirma que, como a lei não fixa prazo algum para a devolução das importâncias retidas a maior, “a Receita Federal não efetiva ou retarda indefinidamente a restituição, o que representa desequilíbrio inaceitável na relação entre o contribuinte e o Fisco”.



Destaca, também, que essa prática, além de punir o bom contribuinte, compromete a segurança jurídica e a capacidade contributiva das empresas prejudicadas, ofendendo frontalmente preceito constitucional que assegura a imediata e preferencial restituição de tais valores.

O projeto será, posteriormente, analisado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Nesta CAS, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

A matéria que se pretende disciplinar - restituição de valores retidos e recolhidos de contribuição previdenciária quando, posteriormente, verificar-se que o fato gerador não ocorreu - refere-se à seguridade social e se inclui entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. A competência para legislar sobre o tema é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Quanto aos pressupostos relativos à iniciativa e à competência para legislar, portanto, não há impedimentos constitucionais. Também não identificamos aspectos jurídicos ou regimentais que obstrem a aprovação da matéria, estando, portanto, apta a ser incluída em nosso ordenamento jurídico. Constatamos, além disso, que a proposta foi redigida com a técnica legislativa apropriada à espécie.

No mérito, firmamos posição favorável à aprovação da matéria, tendo em vista, principalmente, os benefícios sociais que proporcionará. O enfoque econômico da análise está reservado à Comissão de Assuntos Econômicos.

É necessário que a Receita Federal aja com presteza também no que se refere à devolução de contribuições indevidas, recolhidas como forma de medida cautelar, por empresas tomadoras de serviços, dado o elevado índice de evasão de contribuições quando se trata de empresas prestadoras de trabalho temporário ou terceirizadas.

Nesse processo, no mais das vezes, a empresa responsável pelo recolhimento atua como colaboradora do Estado, garantindo,



antecipadamente, recolhimentos que podem não ocorrer por diversas razões: os encargos são elevados, o capital garantidor dos empresários pode ser pequeno, a constituição do empreendimento pode ser frágil, ou, mesmo, pode faltar idoneidade ao empregador.

Essa prioridade, de retenção e recolhimento antecipado de contribuições, concedida ao fisco, pode até comprometer o recebimento futuro de direitos trabalhistas pelos empregados das empresas prestadoras de serviços de mão de obra. O que queremos registrar, em suma, é a importância desses recursos escassos para o funcionamento saudável e competitivo das empresas, tanto tomadoras como prestadoras de serviços.

É totalmente injusto que um empresário tenha de recorrer, eventualmente, a empréstimos no mercado financeiro, com juros extorsivos, para cumprir com despesas correntes, tendo a receber créditos da Previdência Social por recolhimento de valores cujo fato gerador de contribuição não chegou a ocorrer. Mais alarmante, ainda, é que a burocracia possa protelar indefinidamente a devolução das quantias devidas.

III – VOTO

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 471 de 2011.

Sala da Comissão, 16 de maio de 2012

Senador JAYME CAMPOS, Presidente

Senador JOÃO DURVAL, Relator “Ad hoc”





SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 471, de 2011

ASSINAM O PARECER, NA 21ª REUNIÃO, DE 16/05/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)
PRESIDENTE: Senador Jayme Campos
RELATOR: "Ad hoc" Senador João Durval

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT) <i>Relator "Ad hoc"</i>	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
VAGO	7. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
PLS Nº 471 DE 20/11
Fls. 08



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 103, DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o processo Projeto de Lei do Senado nº471, de 2011, do Senador Fernando Collor, que Dispõe sobre a restituição de contribuição social a que se refere o § 2º do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador José Pimentel

03 de Outubro de 2017




PARECER Nº , DE 2017


 SF/17671.25639-73

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 471, de 2011, do Senador Fernando Collor, que *dispõe sobre a restituição de contribuição social a que se refere o § 2º do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências”.*

RELATOR: Senador JOSÉ PIMENTEL
I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 471, de 2011, de autoria do Senador Fernando Collor. O projeto compõe-se de dois artigos.

O art. 1º acresce os §§ 7º e 8º ao art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), para fixar o prazo máximo de trinta dias, contados da data do protocolo do pedido, para que a Secretaria da Receita Federal do Brasil efetue a restituição de contribuição previdenciária retida pela empresa contratante de mão de obra, no caso de a empresa prestadora de serviços (cedente de mão de obra) não conseguir compensá-la integralmente com os débitos que possua relativos a contribuições destinadas à Seguridade Social devidas sobre a folha de pagamento. O novel § 8º determina que a restituição será acrescida de juros calculados à taxa Selic acumulada mensalmente até o mês anterior ao da devolução ao contribuinte e de um por cento no mês em que esta devolução for efetivada.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

2 3

O art. 2º é a cláusula de vigência. Dispõe que a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

A proposição é justificada pelo autor pela necessidade de dar cumprimento à determinação constitucional de restituição imediata dos valores não devidos pelo contribuinte (art. 150, § 7º, da Constituição Federal), ante a omissão legal existente quanto à matéria na Lei nº 8.212, de 1991, que atualmente fixa a obrigação, mas não estabelece parâmetro temporal para o seu cumprimento. Segundo argumenta, a fixação do prazo visa a coibir a prática de retardar indefinidamente a restituição, por vezes adotada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O PLS nº 471, de 2011, foi aprovado, sem emendas, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na reunião de 16 de maio de 2012, sob a relatoria *ad hoc* do Senador João Durval.

Não foram apresentadas emendas.

SF/17671.25639-73

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 91, inciso I, combinado com o art. 99, inciso IV, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CAE deliberar sobre proposições pertinentes a tributos, como é o caso, dispensada a competência do Plenário.

A iniciativa parlamentar para a matéria tem fundamento nos arts. 24, I, 48, I; 61, *caput*, e 195, I, a, todos da Constituição Federal (CF) de 1988.

No tocante à juridicidade, nenhum reparo ao projeto. Isso porque, utilizando-se do instrumento legislativo adequado (lei ordinária), ele inova o ordenamento jurídico de forma genérica e cogente, sem conflitar com os princípios que regem o sistema tributário nacional, nem com o ordenamento pátrio como um todo.

az2017-09194





Tampouco se vislumbra vício concernente à legislação específica relativa à responsabilidade fiscal, já que a medida proposta não acrescenta despesa nem dá azo a perda de arrecadação.

Quanto à técnica legislativa, o projeto foi formulado de acordo com as exigências da Lei Complementar (LCP) nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, o PLS nº 471, de 2011, fixa o prazo improrrogável de trinta dias, contados da data do pedido, para que a Secretaria da Receita Federal do Brasil restitua à empresa cedente de mão de obra (contratada) o saldo do valor retido pela empresa contratante (11% do valor bruto da nota fiscal ou fatura) que a primeira não conseguir compensar, isto é, não utilizar para abater débitos relativos às contribuições previdenciárias devidas, como é o caso da Contribuição Patronal Previdenciária, incidente à alíquota de 20% sobre a folha de pagamento.

É obrigação da Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmar o pleito da empresa de que faz jus à restituição. No exíguo período de trinta dias proposto, nem sempre terá transcorrido o prazo para que as informações necessárias a tal confirmação tenham sido prestadas pelos interessados e terceiros envolvidos. Isso porque é mensal a periodicidade de entrega da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), por meio da qual a empresa informa os fatos geradores das contribuições previdenciárias.

Para superar esse óbice, propomos, por meio de emenda apresentada ao final, a dilação para **noventa** dias do prazo máximo de restituição alvitrado pelo PLS nº 471, de 2011. Com essa iniciativa, o valor da contribuição previdenciária retida que a empresa cedente de mão de obra não conseguir compensar lhe será restituído em prazo razoável e ainda atualizado pela taxa Selic.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 471, de 2011, com a seguinte emenda:

EMENDA N° – CAE

az2017-09194





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

5

Na redação do § 7º acrescido ao art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 471, de 2011, substitua-se o numeral “trinta” por “noventa”.

Sala da Comissão, de outubro de 2017.

, Presidente

, Relator

SF/17671.25639-73

az2017-09194





Relatório de Registro de Presença

CAE, 03/10/2017 às 10h - 39ª, Ordinária

Comissão de Assuntos Econômicos

PMDB			
TITULARES		SUPLENTES	
KÁTIA ABREU	PRESENTE	1. EDUARDO BRAGA	PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO		2. ROMERO JUCÁ	
GARIBALDI ALVES FILHO	PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER	PRESENTE
RAIMUNDO LIRA		4. WALDEMIR MOKA	PRESENTE
SIMONE TEBET	PRESENTE	5. FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE
VALDIR RAUPP	PRESENTE	6. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTES	
GLEISI HOFFMANN		1. ÂNGELA PORTELA	
HUMBERTO COSTA		2. FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE
JORGE VIANA		3. PAULO PAIM	PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	4. REGINA SOUSA	PRESENTE
LINDBERGH FARIAS		5. PAULO ROCHA	PRESENTE
ACIR GURGACZ		6. RANDOLFE RODRIGUES	

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTES	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	2. DALIRIO BEBER	PRESENTE
JOSÉ SERRA		3. FLEXA RIBEIRO	PRESENTE
RONALDO CAIADO	PRESENTE	4. DAVI ALCOLUMBRE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTES	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
OMAR AZIZ		2. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		3. BENEDITO DE LIRA	

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)			
TITULARES		SUPLENTES	
LÚCIA VÂNIA		1. ROBERTO ROCHA	
LÍDICE DA MATA		2. CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE
VANESSA GRAZZIOTIN		3. VAGO	

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTES	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	1. PEDRO CHAVES	PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE	2. VAGO	
TELMÁRIO MOTA		3. CIDINHO SANTOS	PRESENTE



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 471/2011 com emenda

Comissão de Assuntos Econômicos

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB		
				SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
KÁTIA ABREU	X			1. EDUARDO BRAGA		
ROBERTO REQUIÃO				2. ROMERO JUCA		
GARIBALDI ALVES FILHO	X			3. ELMANO FERREIRA	X	
RAIMUNDO LIRA				4. WALDEIR MOKA		
SIMONE TEBET	X			5. FERNANDO BEZERRA COELHO		
VALDIR RAUPP				6. VAGO		
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO
GLEISI HOFFMANN				1. ANGELA PORTELA		
HUMBERTO COSTA				2. FÁTIMA BEZERRA		
JORGE VIANA				3. PAULO PAIXÃO	X	
JOSE PIMENTEL	X			4. REGINA SOUSA	X	
LINDBERGH FARIA				5. PAULO ROCHA		
ACIR GURGACZ				6. RANDOLFE RODRIGUES		
TITULARES - Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	SIM	NÃO
TASSO JEREISSATI				1. ATAÍDE OLIVEIRA		
RICARDO FERRÃO	X			2. DALIRIO BEBER	X	
JOSE SERRA				3. FLEXA RIBEIRO		
RONALDO CAIADO				4. DAVI ALCOLUMBRE		
JOSE AGRIPIÑO	X			5. MARIA DO CARMO ALVES		
TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO
OTTO ALENCAR	X			1. SÉRGIO PETECÃO		
OMAR AZIZ				2. JOSÉ MEDEIROS		
CIRO NOGUEIRA				3. BENEDITO DE LIRA		
TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	SIM	NÃO
LÚCIA VÂNIA				1. ROBERTO ROCHA		
LÍDICE DA MATA				2. CRISTOVAM Buarque	X	
VANESSA GRAZZIOTIN				3. VAGO		
TITULARES - Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	SIM	NÃO
WELLINGTON FAGUNDES	X			1. PEDRO CHAVES		
ARMANDO MONTEIRO	X			2. VAGO		
TELMARIO MOTA				3. CIDINHO SANTOS		

Quórum: TOTAL 15

Votação: TOTAL 14 SIM 14 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N° 19, EM 03/10/2017

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador(a) Tasso Jereissati
Presidente

DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 471/2011)

A COMISSÃO APROVA O PROJETO E A EMENDA Nº 1/CAE

03 de Outubro de 2017

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 471, de 2011, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno (Of. nº 102, de 2017-CAE).





OF. 102 /2017/CAE

Brasília, 05 de outubro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o projeto de lei do Senado nº 471 de 2011, que “Dispõe sobre a restituição de contribuição social a que se refere o § 2º do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências”, e a emenda nº 1/CAE.

Atenciosamente,


Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



Ofício terminativo.doc



Recurso





RECURSO N° 15 DE 2017

Nos termos dos parágrafos 3º e 4º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, solicitamos que o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2017, que *“Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer a obrigatoriedade de cobertura de serviços móveis de telecomunicações nas rodovias federais e estaduais”*, seja submetido ao Plenário desta Casa.

Barcode: SF/17191.07689-50

Sala das Sessões, em

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO
Vice-Líder do Governo no Senado Federal

2	<i>...enviado ao senador</i>	FLEXA
3	<i>Raimundo Soárez</i>	<i>...h...</i>
4	<i>J. J. Antunes</i>	<i>CASEA</i>
5	<i>Pedro Chaves (PSL)</i>	<i>...m...</i>
6	<i>Wimh A.</i>	<i>...m... ...m... ...m...</i>
7	<i>Comissão Farin</i>	<i>2--/F</i>
8	<i>LOBÃO</i>	<i>...m... ...m... ...m...</i>
9	<i>Aleandro Oliveira</i>	<i>...m... ...m...</i>
10	<i>Victor Sandoval</i>	<i>...m... ...m...</i>

Recebi em 5/10/2017
Hora: 14:20

Pérsio Henrique Barroso - Mat. 22600



Página: 1/1 03/10/2017 15:33:48

602a0ff849e985f4514bfcce4d4c8b7f1fa2c450

Recebido o Recurso nº 15, de 2017, interposto no prazo regimental, no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2017.

A matéria ficará sobre a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "c", do Regimento Interno.



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 868, DE 2017

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento da atriz e produtora teatral Ruth Escobar, ocorrido no último dia 5 na cidade de São Paulo.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias (PODE/PR)



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO Nº DE 2017

Requeiro, nos termos do art. 218, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento da atriz e produtora teatral **Ruth Escobar**, ocorrido no último dia 5 na cidade de São Paulo.

JUSTIFICAÇÃO

Apagou-se, na última quinta-feira, uma estrela de primeira grandeza do teatro brasileiro. A consagrada atriz e produtora teatral **Ruth Escobar** se foi, aos 81 anos, após prolongada luta contra o implacável Mal de Alzheimer.

Portuguesa de origem, nascida em 1936 na bela Cidade do Porto, Maria Ruth dos Santos, que era seu nome de solteira, mudou-se para o Brasil aos 15 anos, em 1951 acompanhando a mãe, Marília do Carmo. Elas se fixaram em São Paulo, onde Maria Ruth viria a se casar com o filósofo e dramaturgo Carlos Henrique Escobar. Com sua vocação para as artes cênicas estimulada pelo marido, juntos rumaram em 1958 para a França, onde ela aprimorou seu dom em cursos de interpretação.

Apixonada pela atividade teatral, de volta ao Brasil **Ruth Escobar** montou sua própria companhia, a Teatro Novo, em parceria com o diretor Alberto D'Aversa. Empreendedora, ousada e vanguardista, logo converteu-se em um dos mais destacados nomes do teatro brasileiro.



No início de sua carreira **Ruth Escobar** chegou a adaptar um ônibus para transformá-lo em palco móvel, com o qual levava espetáculos teatrais à periferia de São Paulo. Em 1964 inaugurou sua própria casa de espetáculos, o **Teatro Ruth Escobar**. Seu teatro logo se converteu em respeitado centro de artes cênicas. Mais que isso, também em trincheira de resistência aos desmandos dos governos militares, que teimavam em tentar manter amordaçadas as atividades culturais.

A presença de **Ruth Escobar**, no palco como atriz ou na retaguarda como produtora teatral passou a ser sinônimo de sucesso, cada vez maior. Em 1969, *O Balcão*, de Jean Genet, produção dela encenada pelo argentino Victor Garcia, arrebatou todos os prêmios importantes, o que deu a ela o Troféu Roquette Pinto como “Personalidade do Ano”.

Sempre empreendedora, **Ruth Escobar** não se conformou em ficar restrita às fronteiras do nosso país. Passou a organizar festivais internacionais, que traziam ao Brasil espetáculos teatrais de países tão diversos com o Irã e o Japão, a Islândia e a Rússia ou Formosa e a Espanha. Ao mesmo tempo, levava espetáculos ao Exterior, com igual sucesso. Sua produção de *Autos Sacramentales*, encenação de Victor Garcia baseada em Calderón de la Barca, estreou no Irã e foi um sucesso na Bienal de Veneza, em Londres e Lisboa. Sua atuação no cenário cultural europeu atingiu tal expressão que o governo da França agraciou-a com sua mais alta condecoração, a Legião de Honra.

Mesmo ciente dos riscos que corria durante os anos de chumbo, a sempre rebelde artista recusava-se a fazer auto-censura na hora de escolher temas para o seu trabalho. Mesmo ao preço de sofrer graves prejuízos. Foi o que ocorreu, por exemplo, em 1976, com seu projeto Feira Brasileira de Opinião, que iria apresentar textos dos mais respeitados dramaturgos da época. A Censura proibiu



o espetáculo e **Ruth Escobar** teve que arcar com os prejuízos da montagem que já estava em andamento.

Inconformada com o clima de pressão a que estava sujeito o cenário cultural ela optou por lutar também na trincheira política, elegendo-se, por duas vezes, nos anos 80, deputada estadual em São Paulo. No legislativo ela se empenhou em projetos de interesse comunitário e na luta pelo restabelecimento da democracia. **Ruth Escobar** era uma presença frequente nos palanques dos comícios da campanha das Diretas Já, que se sucediam por todo o país.

Que a consagração que **Ruth Escobar** conquistou como profissional de teatro e o respeito do qual se fez merecedora por sua atuação como cidadã que não se curvou ante os poderosos sirvam de consolo para seus filhos Anna, Inês, Nelson e Patrícia.

Pelo relevante trabalho que desempenhou por toda a vida no cenário artístico nacional e internacional e pela sua corajosa e firme atuação em defesa das liberdades democráticas, estou certo de que **Ruth Escobar** se faz merecedora desta homenagem, que sinto-me honrado em propor, em nome do Senado Federal.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2017.

Senador Alvaro Dias
(PODE - PR)
Líder





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 869, DE 2017

Requer, nos termos dos artigos 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenhar missão oficial em Caiena – Guiana Francesa, com ônus para a Casa, entre os dias 27 e 29 de outubro 2017.

AUTORIA: Senador João Capiberibe (PSB/AP)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador João Capiberibe

REQUERIMENTO N° , DE 2017.

Requeiro nos termos dos artigos 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenhar missão oficial em Caiena – Guiana Francesa, com ônus para a Casa, entre os *dias 27 e 29 de outubro 2017*.

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, que estarei ausente do país no período de 26 a 30 de outubro deste ano.

Participarei de um encontro entre moradores de Caiena e a comunidade brasileira.

Sala das Sessões, de setembro de 2017.

Senador **JOÃO CAPIBERIBE**
PSB/AP



00100.141927/2017-27



SENADO FEDERAL

Gabinete Senador João Capiberibe

Memorando Nº. 031/2017-GSJCAP

Brasília, 19 de setembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Eunício de Oliveira
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Licença para desempenhar missão oficial**

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, requeiro autorização para desempenhar missão oficial em Caiena na Guiana Francesa, com ônus para a Casa, onde participarei, entre os dias 27 e 29 de outubro de 2017, de um encontro entre os moradores da cidade e a comunidade brasileira.

Certo de contar com seu apoio, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

Senador **JOÃO CABIBERIBE**

PSB/AP





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 870, DE 2017

Requer, com base no artigo 222 do RISF, Voto de Louvor ao jornalista maranhense Neiva Moreira.

AUTORIA: Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSDB/MA

REQUERIMENTO N° , DE 2017

Requeiro, com base no disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, declaração de Voto de Louvor ao jornalista maranhense Neiva Moreira, por ocasião do centenário de seu nascimento, no dia 10-10-2017.

Justificação

José Guimarães Neiva Moreira nasceu em 10/10/1917 na cidade de Nova Iorque/MA e, no decorrer do presente ano, completaria 100 anos. Sua longa vida, encerrada aos 94 anos, em 10 de maio de 2012, confunde-se com a história recente do Maranhão.

Deputado estadual pelo PSP (1951 a 1955) e federal, pelo mesmo partido, de 1955 a 1964, Neiva Moreira, juntamente com Jackson Lago, foi um dos maranhenses fundadores do Partido Democrático Trabalhista (PDT) sendo signatário da Carta de Lisboa, de 17 de junho de 1979, o documento oficial de fundação do partido, idealizado por Leonel Brizola.

No PDT Neiva Moreira elegeu-se deputado federal em 1993 e em 1997, tendo assumido a presidência do PDT e se destacado como uma de suas figuras de proa.

Como jornalista criou a revista Cadernos do Terceiro Mundo, que cobriu acontecimentos políticos e sociais relevantes em países pobres da América Latina, da África, da Ásia e do Oriente Médio. Ainda hoje os arquivos dos Cadernos constituem um documento único da resistência democrática à ditadura militar e do pensamento da esquerda brasileira.

Neiva Moreira foi protagonista de acontecimentos marcantes e decisivos da política maranhense. Cassado e preso pelos militares, no golpe de 1964, asilou-se na Embaixada da Bolívia, de onde, protegido por salvo-conduto diplomático, viajou para La Paz, iniciando um exílio de 15 anos, que o levou a residir no Uruguai, na Argentina, no Peru e no México.

Como jornalista, trabalhou como repórter no jornal O Pacotilha e foi dono do Diário do Povo, ambos de São Luís. No Rio de Janeiro, foi repórter dos jornais Diário de Notícias, Diário da Noite, O Jornal e revista O Cruzeiro.

Senado Federal – Anexo II 2º andar
CEP: 70.165-900 – Brasília – DF – Fone: 3303 1437- / Fax – 3303 1438
e-mail: robertorocha@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSDB/MA

Sempre atuante, Neiva Moreira presidiu a Comissão de Transferência da Capital Federal para Brasília. Neiva Moreira é reconhecido no Maranhão como um político e um ativista de ideias, nacionalista ferrenho, homem de convicções e princípios.

Sala das Sessões,

**Senador ROBERTO ROCHA
(PSDB/MA)**

Senado Federal – Anexo II 2º andar
CEP: 70.165-900 – Brasília – DF – Fone: 3303 1437- / Fax – 3303 1438
e-mail: robertorocha@senador.leg.br



Término de prazos



Encerrou-se, no dia 5 de outubro, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 39, de 2017.

Não foram oferecidas emendas.

O Projeto vai à CCJ, onde se encontra o Projeto de Resolução nº 17, de 2009, que institui o novo Regimento Interno do Senado Federal.



Encerrou-se em 5 de outubro o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2017-Complementar.

Foi recebida a Emenda nº 2-Plen.

A matéria está incluída na Ordem do Dia de 10 de outubro.



Encerrou-se no dia 6 de outubro o prazo, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 740, de 2015.

Tendo sido aprovada terminativamente pela CCJ, a matéria vai à Câmara dos Deputados.



Encerrou-se no dia 5 de outubro o prazo sem interposição do recurso no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei do Senado nºs 664, de 2015; e 312, de 2017.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas comissões competentes, os Projetos de Lei do Senado nºs 664, de 2015, e 312, de 2017, vão à Câmara dos Deputados.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
 Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
 Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
 Bloco-PT - Lindbergh Farias*
 Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

-PMDB - Edison Lobão*
 -PMDB - João Alberto Souza*
 Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
 -PMDB - Jader Barbalho*
 Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
 Bloco-PT - Humberto Costa*
 -PMDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

-PMDB - Airton Sandoval* (S)
 -PMDB - Marta Suplicy*
 Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

-PMDB - Zeze Perrella* (S)
 Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
 Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
 Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
 Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
 Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
 Bloco-PT - Paulo Paim*
 Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

-PMDB - Eunício Oliveira*
 Bloco-PT - José Pimentel*
 Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
 -PMDB - Raimundo Lira* (S)
 -PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
 Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
 -PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
 Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
 -PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
 Bloco-DEM - José Agripino*
 Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalírio Beber* (S)
 Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
 -PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
 -PMDB - Renan Calheiros*
 Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
 Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
 Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

-PMDB - Eduardo Braga*
 Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
 Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
 -PMDB - Roberto Requião*
 Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
 Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
 Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
 -PMDB - Waldemir Moka*
 -PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
 -PMDB - Hélio José* (S)
 -S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
 -PMDB - Valdir Raupp*
 Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
 Bloco-PR - Vicentinho Alves*
 -PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
 Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
 Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
 -PMDB - Romero Jucá*
 Bloco-PTB - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 23

Ailton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Fernando Bezerra Coelho.	PE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 15

PSDB-11 / DEM-4

Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalírio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-9 / PDT-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 10

PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1

PODE-3

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	23
Bloco Social Democrata.	15
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	1
Vago	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Garibaldi Alves Filho* (-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (-PMDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (-PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (-PMDB-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (-S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (-PMDB-PA)	Renan Calheiros* (-PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (-PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (-PMDB-PB)	Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)	Romero Jucá* (-PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Rose de Freitas** (-PMDB-ES)
Dário Berger** (-PMDB-SC)	Kátia Abreu** (-PMDB-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (-PMDB-MS)
Edison Lobão* (-PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (-PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (-PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (-PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (-PMDB-SP)	Waldemir Moka* (-PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (-PMDB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (-PMDB-MG)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)	

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

PMDB - 23 Líder Raimundo Lira - PMDB (138) Vice-Líderes Valdir Raupp (141) Simone Tebet (142)	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 15 Líder Eduardo Amorim - PSDB (70,102,140) Vice-Líderes Ricardo Ferraço (78,85,112) Davi Alcolumbre (74,87,132,149) Ataídes Oliveira (75) Líder do PSDB - 11 Paulo Bauer (100) Vice-Líder do PSDB Ricardo Ferraço (78,85,112) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (103) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)	Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11 Líder Wilder Morais - PP (39,122,131,150) Vice-Líderes Benedito de Lira (105) Otto Alencar (49) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (105) Líder do PSD - 4 Omar Aziz (45,101) Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11 Líder Lindbergh Farias - PT (28,59,62,89,125,134,135) Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34) Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,59,62,89,125,134,135) Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,63,126) Líder do PDT - 2 Acir Gurgacz (8,26,116)	Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE) - 10 Líder João Capiberibe - PSB (1,11,113,153,154) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (13,19,145) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (52,71,146) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,22) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64) Líder do PODE - 3 Alvaro Dias (16,65,136) Vice-Líder do PODE Romário (137,152)	Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109) Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,58,84,106,127) Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97) Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (104) Vice-Líder do PR Magno Malta (108) Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (110) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (81,95) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)
Governo Líder Romero Jucá - PMDB (120) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (107,128,144) Davi Alcolumbre (74,87,132,149) Flexa Ribeiro (130,148) José Medeiros (12,14,18,88,133,143,147) Sérgio Petecão (10,129,151) Wilder Morais (39,122,131,150)	Maioria Líder Raimundo Lira - PMDB (138)	
Minoria Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,115)		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015-GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).



65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. N° 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. n° 14/2016-BLSDEM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. n° 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem n° 253/2016 e Memorando n° 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n° 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios n° 14/2016-GLDPT e n° 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo n° 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n° 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB n° 11/2017)
100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. n° 1/2017-GLPSD)
102. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
103. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
104. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
105. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
106. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.
107. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB n° 1/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/n°-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Oficio 2/2017-GLDPT)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
120. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-GLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB n° 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB n° 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).



126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



4) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



5) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (1)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (1)	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



6) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figueiredo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

- *. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.
- **. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
- ***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
- ****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
- *****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.
- *****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
- *****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
- *****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
- *****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
- *****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.
- *****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DA PREVIDÊNCIA

Finalidade: Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾

Leitura: 21/03/2017

Instalação: 26/04/2017

Prazo final: 08/09/2017

Prazo final prorrogado: 06/11/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Dário Berger (SC) ⁽⁵⁾
Senador Hélio José (DF) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO ^(2,7)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁸⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁴⁾	

Notas:

- * Em 16.08.2017, foi lido o Requerimento nº 647, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 60 dias.
- 1. Em 19.04.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Antônio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 039/2017-BLSDEM).
- 2. Em 19.04.2017, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 112/2017-GLPSDB).
- 3. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular; e o Senador José Pimentel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 052/2017).
- 4. Em 25.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 056/2017-BLOMOD).
- 5. Em 25.04.2017, os Senadores Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 104/2017-GLPMDB).
- 6. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Hélio José, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIPREV).
- 7. Em 2.05.2017, o Senador Ataídes de Oliveira deixou de integrar, como titular, o colegiado (Of. 127/2017-GLPSDB).
- 8. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto Marcelo Assaife

Telefone(s): 61 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



2)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1.
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).
2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)
3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).
4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



3) CPI DO BNDES

Finalidade: Investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das empresas nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997.

(Requerimento nº 375, de 2017)

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽²⁾

Leitura: 25/05/2017

Instalação: 02/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Airton Sandoval (SP) ⁽³⁾	1. Senador Zeze Perrella (MG) ^(3,6)
Senador Elmano Férrer (PI) ⁽³⁾	2. Senador Romero Jucá (RR) ⁽³⁾
Senador João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,5)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁹⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(4,11)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(7,10)

Notas:

1. Em 13.06.2017, o Senador Dalírio Beber deixa de compor o colegiado, como titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 160/2017-GLPSDB)
2. Em 02.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Roberto Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIBNDES).
3. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Airton Sandoval, Elmano Férrer e João Alberto Souza, como titulares, e os Senadores Waldemir Moka e Romero Jucá, como suplentes, para compor o colegiado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 133/2017-GLPMDB)
4. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Acir Gurgacz e Lindbergh Farias, como titulares, e o Senador Paulo Rocha, como suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 89/2017-GLBPRD)
5. Em 02.08.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 27/2017-GLDEM).
6. Em 02.08.2017, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Of. 156/2017-GLPMDB)
7. Em 10.08.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 87/2017-BLOMOD)
8. Em 17.08.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de ocupar a vaga de titular na comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 193/2017-GLPSDB).
9. Em 31.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Gladson Cameli, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. 69/2017-BLDPRO)
10. Em 12.09.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 92/2017-BLOMOD)
11. Em 19.09.2017, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLPRD)



12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Donaldo Portela / Leandro Bueno
Telefone(s): 3303-3511
E-mail: coceti@senado.gov.br



4)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017

Prazo final: 05/04/2018



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Kátia Abreu ⁽⁵⁾	1. Senador Eduardo Braga ^(5,8)
Senador Roberto Requião ^(5,8)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁵⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽⁵⁾
Senador Raimundo Lira ⁽⁵⁾	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁵⁾	5. Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,13,15)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,12)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾	2. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽³⁾
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁵⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁵⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁹⁾	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. (7,9)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁴⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,10,11)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(4,14)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).



2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº7/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
9. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
12. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
13. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
14. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
15. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES		SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
VAGO		1. VAGO
Maoria (PMDB)		
VAGO		1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)		
VAGO		1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾		
		1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
VAGO		1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).

8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Dalírio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)
2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalírio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).
3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁷⁾

TITULARES		Suplentes
Maioria (PMDB)		
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾		1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾		2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾		3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾		4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾		5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾		6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾		7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾		1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,18)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾		2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(5,16,17)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾		3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(5,10,12,18)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(5,16)		4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾		5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(5,18,21,26)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(5,21,26)		6. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)		
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,20,27,29)		1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,11)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾		2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,14,22,23,24,25)		3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾		4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁸⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁸⁾		5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(19,22,23,24,25)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁴⁾		1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁴⁾		2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(4,13)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁴⁾		3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁸⁾		
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1.	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2.	Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3.	Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1.	Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,15)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,9)	2.	Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,9)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3.	Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).



4. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
6. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. n°004/2017-GLDEM).
9. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
10. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
11. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
12. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
13. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
14. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
15. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
16. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
17. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
18. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
19. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
20. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
21. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
22. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
23. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
27. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
28. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
29. Suspenso.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomcj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES		Suplentes
PMDB		
Senadora Rose de Freitas (7,12)		1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)		2. Senador Hélio José (7)
Senadora Marta Suplicy (7)		3. Senador Raimundo Lira (15)
Senador José Maranhão (7)		4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)		5.
Senador João Alberto Souza (7)		6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)		1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)		2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)		3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)		4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)		5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)		6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)		
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)		1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)		2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
VAGO (1,9)		3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)		4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)		5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)		2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)		3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)		
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)		1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (2,16)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)		2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)		3. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (13)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)		1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)		2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (3)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)		3. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (8,10,11)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza
Telefone(s): 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ⁽¹¹⁾	1. Senador Airton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PÉ) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-T0) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(5,12,16)

Notas:

- * Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
- 2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalírio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
- 7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).
- 9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).
- 10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).
- 11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).



12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).
13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thières Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES		Suplentes
PMDB		
VAGO (5,9)		1. Senador Valdir Raupp (5)
Senadora Marta Suplicy (5)		2.
Senador Hélio José (5)		3.
VAGO (5,8)		4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)		1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)		2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)		3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)		4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)		
VAGO (1,7)		1.
VAGO (1,10)		2.
VAGO (1,11)		3.
VAGO (6,13)		4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		
Senador José Medeiros (PODE-MT) (2)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
		2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (15)		
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Romário (PODE-RJ)		2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
Senador Magno Malta (PR-ES) (4)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (4)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (4,12,14)		2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)

Notas:

- * O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).
- 2. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPDRO).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 5. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).
- 6. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 7. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 8. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).
- 9. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- 10. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).
- 11. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).
- 12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- 13. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).



14. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).

15. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 83, de 2017)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES		SUPLENTES
PMDB		
Senador Valdir Raupp (2)		1. Senador Hélio José (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)		1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (2)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁾		
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (2)		1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)

Notas:

1. Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
2. Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
3. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- * Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
- **. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁵⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(5,11)
Senador João Alberto Souza ⁽⁵⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾
Senador Roberto Requião ^(5,11)	3. Senador Hélio José ⁽⁵⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾	4. Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(3,14)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽³⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽³⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(3,14)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(1,10)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁴⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁴⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,8,12,13,16)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽²⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾

Notas:

- *. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- 6. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- 7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- 8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).
- 9. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
- 10. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
- 11. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).



12. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
14. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (6)	1. Senador Hélio José (6)
Senador Eduardo Braga (6)	2. Senadora Kátia Abreu (6,8,9)
Senador Fernando Bezerra Coelho (6,13)	3. Senadora Rose de Freitas (6)
Senador Elmano Férrer (6)	4. Senador Jader Barbalho (6)
Senador Raimundo Lira (6)	5. Senador Valdir Raupp (9)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (2)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (2)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (2)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2)
Senador José Pimentel (PT-CE) (2)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (2)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (5)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1,7,10)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (3)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (3)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) (3)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (3)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (3)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (3)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (14)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
	2.
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (4)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (4)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (4,11,12)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (4)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (4)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).
7. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
8. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).



9. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
10. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
11. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
12. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
13. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
14. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (6,12)	1. Senador Romero Jucá (6)
Senador Elmano Férrer (6)	2. Senadora Simone Tebet (6,12)
Senador Waldemir Moka (6,8)	3. Senador Valdir Raupp (6)
Senador João Alberto Souza (6)	4. Senador Dário Berger (6)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2,10)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (2,10)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (2)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) (2)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)	3. Senador José Pimentel (PT-CE) (2)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (2)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (3)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (3)
VAGO (3,9)	2. VAGO (5,13)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (5,13)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (1)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) (15)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁶⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (4)
VAGO (4,14)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (4)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
7. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
8. Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
9. Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
10. Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
11. Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).
12. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
13. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).



14. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
15. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
16. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30min -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁵⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁵⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁵⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽³⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽²⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽²⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁰⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	1.
	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(4,8,9)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
5. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
7. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
8. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
9. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
10. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES		Suplentes
PMDB		
Senador Waldemir Moka (8)		1. Senador Airton Sandoval (10)
VAGO (8,12)		2. Senador Hélio José (11)
Senador Valdir Raupp (8)		3. Senador Dário Berger (16)
Senador João Alberto Souza (8)		4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)		1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
VAGO (1,14)		2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)		3. Senadora Ángela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)		4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)		
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)		1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)		2.
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)		3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)		1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)		2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)		
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)		1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (3)
		2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
VAGO (5,13)		1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)		2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ángela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado(Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾
Senador Hélio José ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
12. Em 28.08.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
13. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 61 33034440

E-mail: csf@senado.leg.br



**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (10)	1. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Airton Sandoval (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (18)
Senador Dário Berger (10)	3. Senador Elmano Férrer (18)
Senador Romero Jucá (10)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (5)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (7)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (7)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (9)	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (17)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (9)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) (17)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2, ¹³)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (3)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (16)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,14)	2.

Notas:

- * Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).
- 1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalírio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).
- 6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).
- 9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).
- 10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Morais foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Oscar Pener do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁸⁾

1 ^a Eleição Geral: 19/04/1995	7 ^a Eleição Geral: 14/07/2009
2 ^a Eleição Geral: 30/06/1999	8 ^a Eleição Geral: 26/04/2011
3 ^a Eleição Geral: 27/06/2001	9 ^a Eleição Geral: 06/03/2013
4 ^a Eleição Geral: 13/03/2003	10 ^a Eleição Geral: 02/06/2015
5 ^a Eleição Geral: 23/11/2005	11 ^a Eleição Geral: 30/05/2017
6 ^a Eleição Geral: 06/03/2007	

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Airton Sandoval (SP)	1. Senador Jader Barbalho (PA)
Senador João Alberto Souza (MA)	2. Senador Eduardo Braga (AM)
Senador Romero Jucá (RR)	3. VAGO ⁽¹⁵⁾
Senador Hélio José (DF) ⁽¹⁶⁾	4. ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(2,3,9,12)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,5,13)
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ^(2,3)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(10,11)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,17)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)	

Atualização: 07/06/2017

Notas:

- O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1^a Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
- O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme OF. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros: 17 titulares****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013
7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS**PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

REDE

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

PTC**PODE**

Atualização: 08/02/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1^a Designação: 23/03/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS**PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

PTC**PODE****Atualização:** 01/06/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 30/11/2010

2^a Designação: 14/03/2011

3^a Designação: 21/03/2012

4^a Designação: 11/03/2013

5^a Designação: 20/05/2014

6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

PTC

PODE



Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB**PSB**

VAGO

PDT**PR**

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS**PCdoB**

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

REDE**PTC****PODE****Atualização:** 31/01/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 6º da Res. 15/2012).



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

PTC

PODE

Atualização: 18/10/2016

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015**MEMBROS****PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE**PTC****PODE****Atualização:** 11/11/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 47/2013).



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1^a Designação: 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 14/03/2011
2^a Designação: 21/03/2012
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 26/03/2014
5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

PTC

PODE



Atualização: 29/11/2016**Notas:**

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(*Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008*)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PSC

PRB

REDE

PTC

PODE



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PSC

PRB

REDE

PTC

PODE



16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PSC

PRB

REDE

PTC

PODE

Notas:

*. Vago (Art. 6º, §1º, da Res. 31/2016).



**17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

VAGO

PCdoB

VAGO

PDT

VAGO

PMDB

VAGO

PP

VAGO

PPS

VAGO

PR

VAGO

PRB

VAGO

PSB

VAGO

PSC

VAGO

PSD

VAGO

PSDB

VAGO

PT

VAGO

PTB

VAGO

REDE

VAGO

PTC

PODE

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Vago (Art. 2º, §1º, da Res. 08/2009).



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PDT

PSB

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PSC

PRB

REDE

PTC

PODE

Notas:

*. Vago (Art. 5º, §1º, da Res. 43/2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561

E-mail: saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

